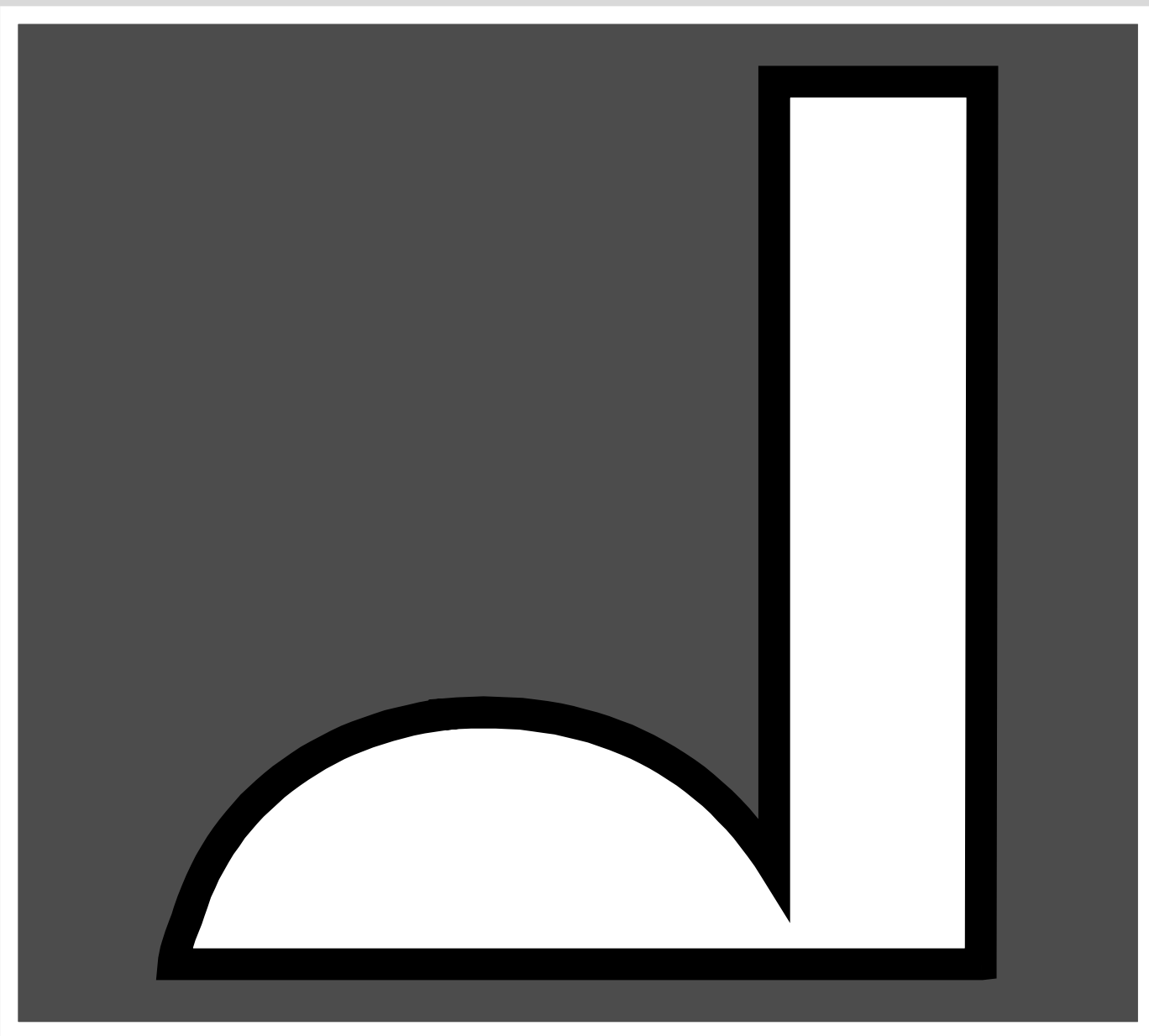




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVI - Nº 098 - QUARTA-FEIRA, 08 DE AGOSTO DE 2001 - BRASÍLIA-DF

Mesa não disponível!

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 87ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 7 DE AGOSTO DE 2001

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 74/2001, de 27 de julho último, do Ministro de Estado das Comunicações, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 263, de 2001, do Senador Carlos Bezerra. Ao Arquivo..... 15865

Nº 204/2001, de 11 de julho último, do Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 98, de 2001, do Senador Romero Jucá. Ao Arquivo. 15865

Nº 226/2001, de 26 de julho último, do Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 24, de 2001, do Senador Antonio Carlos Magalhães. Ao Arquivo..... 15865

Nº 251/2001, de 3 de julho último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 149, de 2001, do Senador Eduardo Suplicy. Ao Arquivo. 15865

Nº 271/2001, de 13 de julho último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 275, de 2001, do Senador Freitas Neto. Ao Arquivo. 15865

Nº 274/2001, de 13 de julho último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 110, de 2001, do Senador Mauro Miranda. Ao Arquivo..... 15865

Nº 690/2001, de 6 de julho último, do Ministro de Estado da Justiça, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 222, de 2001, do Senador Eduardo Suplicy. Ao Arquivo..... 15865

1.2.2 – Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 2.666/2001, de 20 de junho último, encaminhando cópia da Decisão nº 372/2001 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatórios e

Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada no Banco Central do Brasil e na Secretaria do Tesouro Nacional (TC 003.998/2000-9), em resposta ao Requerimento nº 117, de 2000, da Senadora Heloísa Helena. Ao Arquivo..... 15866

1.2.3 – Pareceres

Nº 724, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 165, de 2001, que encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 2001. (Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2001) 15866

Nº 725, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 160, de 2001 (nº 709/2001, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Benjamim Zymler para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União. 15869

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Inclusão na pauta da sessão deliberativa ordinária de amanhã, do Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2001, que aprova a Programação Monetária relativa ao terceiro trimestre de 2001, constante de parecer lido anteriormente, quando poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão. 15871

1.2.5 – Leitura de requerimento

Nº 408, de 2001, de autoria do Senador Arlindo Porto, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2001, de sua autoria, que torna imprescritíveis os crimes dos quais resultem danos ao Erário. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente..... 15871

1.2.6 – Comunicações da Presidência

Término de prazo, no último dia 29 de junho, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 27, de 2001, de autoria do Senador Osmar Dias, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para determinar a disponibilização, pela Internet, de proposições e pareceres (Anexado ao Projeto de Resolução nº 81, de

1999). Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora.....	15871	Alcântara, José Alencar, Antonio Carlos Valadares, Amir Lando, José Coelho, Lauro Campos, Roberto Saturnino, Luiz Otávio, Paulo Hartung, Carlos Patrocínio, Ademir Andrade, Renan Calheiros e Pedro Simon, havendo o Sr. Presidente Edison Lobão se associado às homenagens prestadas.....	15880
Término de prazo, no último dia 29 de junho, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 623, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão, que altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1996, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências, rejeitado terminativamente pela Comissão de Assuntos Econômicos. Ao Arquivo.	15871	1.2.9 – Comunicação da Presidência Designação dos Senadores José Sarney, Waldeck Ornelas e Francelino Pereira para representar o Senado Federal nas Cerimônias fúnebres do escritor Jorge Amado.	15894
Término de prazo, no último dia 29 de junho, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2000, de autoria do Senador Arlindo Porto, que dá nova redação ao inciso III do art. 4º e à alínea c do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que "altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas, e dá outras providências", aprovado terminativamente pela Comissão de Assuntos Econômicos. À Câmara dos Deputados.....	15872	1.2.10 – Leitura de requerimento Nº 413, de 2001, de autoria do Senador Paulo Souto e outros Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial do Senado, destinada a homenagear o escritor Jorge Amado. Aprovado.	15894
Término de prazo, no último dia 29 de junho, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2001, de autoria do Senador Moreira Mendes, que altera a Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para inclusão de novo trecho, aprovado terminativamente pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. À Câmara dos Deputados.	15872	1.2.11 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição Nº 21, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que altera a redação do artigo 6º da Constituição Federal. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania...	15894
1.2.7 – Discursos do Expediente		1.2.12 – Leitura de projetos Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2001, de autoria do Senador Geraldo Althoff, que cria o Serviço Social da Saúde (SESS) e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde (SENASS). Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.....	15897
SENADOR IRIS REZENDE – Situação da pecuária leiteira no Brasil frente à concorrência das multinacionais e à falta de uma política para o setor.	15877	Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2001, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que acrescenta dispositivo à Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para prever a convocação de plebiscito para decidir sobre a transposição das águas do Rio São Francisco. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa. ...	15899
SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Relato de sua participação no Encontro Internacional Socialista, organizado pelo PSB. Justificativa à apresentação de emenda à Constituição Federal, incluindo o direito à alimentação como direito social.....	15877	1.2.13 – Leitura de requerimentos Nº 414, de 2001, de autoria do Senador Carlos Bezerra, solicitando ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão as informações que menciona. À Mesa para decisão.	15900
1.2.8 – Leitura de requerimentos		Nº 415, de 2001, de autoria do Senador Carlos Bezerra, solicitando ao Ministro da Previdência e Assistência Social as informações que menciona. À Mesa para decisão.	15900
Nºs 409 a 412, de 2001, de autoria dos Senadores Antonio Carlos Júnior, Paulo Souto, Waldeck Ornelas, Maguito Vilela, Hugo Napoleão, Eduardo Suplicy, Carlos Wilson, do Senador Marluce Pinto e do Senador Pedro Simon, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do escritor Jorge Amado, ocorrido ontem, em Salvador/BA. Aprovados, após usarem da palavra os Srs. Antonio Carlos Júnior, Paulo Souto, Hugo Napoleão, Bernardo Cabral, Roberto Freire, Eduardo Suplicy, Maguito Vilela, Romero Jucá, Lúcio		Nº 416, de 2001, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2001, de sua autoria, que altera a redação dos arts. 148 e o § 2º do art. 902 da Lei nº 5.869, de 1973 – Código de Processo Civil, tendo em vista a já existência do Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2000, tam-	

bém de sua autoria, tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.....	15901	munitária de Radiodifusão Vale da Eletrônica F.M. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais. Aprovado. À promulgação.	15907
1.2.14 – Ofício		Item 6	
Nº 116, de 2001, de 6 do corrente, do Senador Lauro Campos, referente a sua filiação ao Partido Democrático Trabalhista – PDT, desde o dia 28 de junho último. À publicação.....	15901	Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2001 (nº 527/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga a permissão à MR Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Codó, Estado do Maranhão. Aprovado. À promulgação.	15908
1.2.15 – Leitura de requerimento		1.3.1 – Matéria apreciada após a Ordem do Dia	
Nº 417, de 2001, de autoria do Senador Paulo Hartung, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento de Irmã Marcelina de São Luiz, ocorrido no último dia 30 de julho, em Caracica – ES. Aprovado.	15901	Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1997 (Parecer nº 726, de 2001-CDIR). Aprovada, nos termos do Requerimento nº 419, de 2001. À Câmara dos Deputados.	15908
1.3 – ORDEM DO DIA		1.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia	
Item 1 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 4, de 1999)		SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Satisfação com a retomada, pelo Incra, do projeto Anauá, de assentamento no município de Rorainópolis/RR.....	15909
Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Cantá-RR). Aprovado com supressão do art. 6º, e votos contrários dos Srs. Tião Viana e Geraldo Cândido, tendo usado da palavra os Srs. Romero Jucá, Tião Viana, Carlos Patrocínio, Luiz Otávio e a Sra. Marluce Pinto. À Comissão Diretora para redação final.	15902	SENADORA MARINA SILVA – Avaliação do chamado “pacote ético”, sugerido pela presidência da Câmara dos Deputados como resposta às críticas da sociedade à atuação do Congresso Nacional.....	15910
Item 2		SENADOR GERALDO CÂNDIDO – Cobrança do cumprimento da lei que estabelece um plano de cargos e salários para o funcionalismo público, em particular para os servidores civis das Forças Armadas lotados no Comando da Marinha.....	15914
Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2001 (nº 563/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Artística e Ecológica de Planalto a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planalto, Estado da Bahia. Aprovado. À promulgação.....	15906	SENADOR MOREIRA MENDES – Homenagem de pesar pelo falecimento, no último dia 7 de julho, do Sr. Francisco José Chiquilito Coimbra, ex-Prefeito de Porto Velho/RO.....	15915
Item 3		1.3.3 – Leitura de requerimento	
Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 2001 (nº 564/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Jaguariúna a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo. Aprovado. À promulgação.....	15907	Nº 420, de 2001, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, ocorrido nesta data, em São Paulo/SP. Aprovado.	15917
Item 4		1.3.4 – Discursos encaminhados à publicação	
Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 2001 (nº 551/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural São Francisco para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais. Aprovado. À promulgação.	15907	SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Importância econômica e social da conclusão das obras da Hidrovia Araguaia-Tocantins e da Ferrovia Norte-Sul.	15917
Item 5		SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Registro da posse do novo presidente do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – Cebrap, o cientista político Fernando Limongi, ocorrida no início do mês de junho.	15918
Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 2001 (nº 571/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Co-			

SENADOR ROMERO JUCÁ – Comentários ao projeto denominado Infovia Multimídia para o Desenvolvimento de Programas de Educação e Saúde a Distância das Universidades Amazônicas, destinado a promover o ensino e a integração de populações carentes da região Norte.....	15919	Nº 213, de 2001.....	15924
1.3.5 – Comunicação da Presidência		4 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL	
Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada.....	15921	Nº 90, de 2001.....	15924
1.4 – ENCERRAMENTO		5 – ATO DO DIRETOR-GERAL	
2 – EMENDA		Nº 1.464, de 2001.....	15925
Nº 1, oferecida ao Projeto de Lei nº 22, de 2001-CN.....	15922	6 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)	
3 – ATO DO PRESIDENTE		7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		9 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	

Ata da 87ª Sessão Deliberativa Ordinária em 7 de agosto de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares e Mozarildo Cavalcanti

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Alberto Silva – Álvaro Dias –
Amir Lando – Antonio Carlos Júnior – Antônio Carlos
Valadares – Arlindo Porto – Bello Parga – Bernardo
Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos
Wilson – Casildo Maldaner – Edison Lobão – Eduardo
Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Emília Fernan-
des – Fernando Bezerra – Francelino Pereira – Frei-
tas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geral-
do Melo – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Gil-
vam Borges – Heloísa Helena – Hugo Napoleão – Iris
Rezende – Jefferson Peres – Jonas Pinheiro – Jorge
Bornhausen – José Agripino – José Alencar – José
Coelho – José Eduardo Dutra – José Fogaça – Juvên-
cio da Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quintani-
lha – Lindberg Cury – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho
– Luiz Otavio – Luiz Pontes – Maguito Vilela – Maria
do Carmo Alves – Marina Silva – Marluce Pinto – Ma-
uro Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti
– Nabor Júnior – Ney Suassuna – Nilo Teixeira Campos
– Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto –
Pedro Piva – Pedro Simon – Pedro Ubirajara – Renan
Calheiros – Ricardo Santos – Roberto Freire – Rober-
to Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Ro-
meu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha
– Teotônio Vilela Filho – Tião Viana – Valmir Amaral –
Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A lista de presença acusa o comparecimento de 74 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

AVISOS

DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 74/2001, de 27 de julho último, do Ministro de Estado das Comunicações, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 263, de 2001, do Senador Carlos Bezerra

Nº 204/2001, de 11 de julho último, do Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 98, de 2001, do Senador Romero Jucá.

Nº 226/2001, de 26 de julho último, do Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 24, de 2001, do Senador Antônio Carlos Magalhães.

Nº 251/2001, de 3 de julho último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 149, de 2001, do Senador Eduardo Suplicy.

Nº 271/2001, de 13 de julho último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 275, de 2001, do Senador Freitas Neto. Ao Arquivo

Nº 274/2001, de 13 de julho último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 110, de 2001, do Senador Mauro Miranda.

Nº 690/2001, de 6 de julho último, do Ministro de Estado da Justiça, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 222, de 2001, do Senador Eduardo Suplicy.

As informações foram encaminhadas, em cópia. Aos Requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

AVISO

DO PRESIDENTE DO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Nº 2.666/2001, de 20 de junho último, encaminhando cópia da Decisão nº 372/2001 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatórios e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada no Banco Central do Brasil e na Secretaria do Tesouro Nacional (TC 003.998/2000-9), em resposta ao Requerimento nº 117, de 2000, da Senadora Heloísa Helena.

As informações foram encaminhadas, em cópia, à Requerente.

Os Requerimento vai ao Arquivo.

PARECERES

PARECER Nº 724, DE 2001

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 165, de 2001, que encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 2001.

Relator: Senador Bello Parga

I – Relatório

Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que "Dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências", e por intermédio da Mensagem nº 165, de 2001, (Mensagem nº 719, de 4 de julho de 2001, na origem), o Presidente da República encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 2001.

2. Os seis parágrafos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, fixam normas a serem observadas quando da tramitação da matéria no Congresso Nacional. O § 1º prevê que a programação monetária, uma vez aprovada pelo Conselho Monetário Nacional, deve ser encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. O § 2º atribui ao Congresso Nacional o poder de, com base em parecer daquela Comissão, rejeitar a programação monetária por meio de decreto legislativo, no prazo de dez dias a contar de seu recebimento. O § 3º especifica que o decreto legislativo deverá restringir-se à aprovação ou rejeição in totum da matéria, vedada a introdução de qualquer alteração. O § 4º estabelece que, decorrido o prazo previsto no § 2º sem apreciação da maté-

ria pelo Plenário do Congresso Nacional, a programação monetária será considerada aprovada. O § 5º determina que, havendo rejeição da programação monetária, nova

programação deve ser encaminhada ao Congresso Nacional, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, no prazo de dez dias a contar da data da rejeição. O § 6º prevê que, caso o Congresso Nacional não aprove a programação monetária até o final do primeiro mês do trimestre a que se destina, o Banco Central do Brasil fica autorizado a executá-la até sua aprovação.

3. A Mensagem, cujo processado contém 23 (vinte e três) folhas, compõe-se de:

a) Aviso nº 243/MF, de 2 de julho de 2001, do Ministro de Estado da Fazenda, que encaminha a programação monetária, após sua aprovação pelo Conselho Monetário Nacional, ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, à folha 2;

b) documento Programação Monetária 2001: junho – 2001, de responsabilidade do Banco Central do Brasil, que especifica a programação monetária para o terceiro trimestre de 2001, às folhas 3 a 21;

c) Aviso nº 784 — C. Civil, de 4 de julho de 2001, do Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que encaminha a Mensagem à Primeira Secretariado Senado Federal, à folha 22;

d) declaração do recebimento da Mensagem pela Presidência do Senado Federal em 10 de agosto de 2001, à folha 23.

4. O documento Programação Monetária 2001: junho – 2001, por sua vez, compreende os seguintes tópicos:

a) A economia no segundo trimestre de 2001, que examina a evolução de dados do País relativos ao produto interno bruto, à produção industrial, ao faturamento real do comércio, aos índices de preços (IPCA — Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, IPC-FIPE — Índice de Preços ao Consumidor elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, e IGP-DI — Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas), à taxa de desemprego, ao resultado primário do Governo Federal, à dívida líquida e às necessidades de financiamento do setor público, ao saldo de transações correntes, ao saldo da balança comercial, aos investimentos estrangeiros diretos e às reservas internacionais; os dados referentes ao Produto Interno Público apresentaram-se em base trimestral e cobrem o período de ja-

neiro de 1998 a abril de 2001; os relativos aos índices de

preços distribuem-se em termos quadrimestrais, cobrindo o período de janeiro de 1998 a maio de 2001; os correspondentes à balança comercial apresentam-se, também, em termos quadrimestrais, restringindo-se, porém, ao período de janeiro de 1999 a maio de 2001; os demais dados estão em base trimestral e referem-se ao período de janeiro de 1999 a abril de 2001;

b) Política Monetária no primeiro trimestre de 2001, que se reporta à evolução dos meios de pagamento, nos conceitos M1 e M4, e da base monetária, restrita e ampliada, no primeiro trimestre de 2001, em termos de comparações previsto/realizado;

c) Política Monetária no bimestre abril-maio de 2001, nos mesmos moldes do texto a que se refere a alínea anterior;

d) Perspectivas para o terceiro trimestre e para o ano 2001, que analisa o comportamento provável da demanda agregada em termos de consumo e investimento, das taxas de juros, da crise energética, do resultado primário do setor público, da relação dívida/PIB, do balanço de pagamentos e da variação dos índices de preços;

e) Metas indicativas da evolução dos agregados monetários para o terceiro trimestre e para o ano 2001, formuladas em consistência com o regime de metas para a inflação, considerando-se, ainda, o comportamento provável de outros indicadores, como renda nacional, operações de crédito e taxas de juros.

II – Análise

5. O documento Programação Monetária 2001: junho — 2001 apresenta as metas indicativas da evolução dos principais agregados monetários para o terceiro trimestre de 2001 e traça um resumo da evolução dos principais indicadores macroeconômicos brasileiros no período de janeiro de 1999 a abril de 2001. Especifica, ainda, a política monetária para o terceiro trimestre de 2001, tecendo previsões para trimestre e para o restante do ano. Dele constam, às folhas 16 e 18 do processado, respectivamente, o Quadro 3, Programação monetária para 2001, e o Quadro 4, Evolução dos agregados monetários, transcritos a seguir, que detalham a programação dos principais agregados monetários para o terceiro trimestre de 2001.

Quadro 3: Programação monetária para 2001⁽¹⁾

Discriminação	Terceiro Trimestre		Ano	
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses (2)	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses (2)
M1 (3)	63,0 - 74,0	17,8	71,8 - 84,3	10,9
Base restrita (4)	41,4 - 48,6	18,4	47,4 - 55,7	11,4
Base ampliada (4)	590,2 - 692,8	23,1	646,2 - 713,6	22,3
M4 (4)	659,1 - 763,1	15,3	672,4 - 784,3	14,1

Fonte: Banco Central do Brasil

Notas:

(1) Refere-se ao último mês do período.

(2) Para o cálculo da variação percentual considera-se o ponto médio das previsões.

(3) Média dos saldos nos dias úteis do mês.

(4) Saldos em fim de período.

Quadro 4: Evolução dos agregados monetários⁽¹⁾

Discriminação	2000				2001			
	Ano		Abril-maio		Terceiro Trimestre (2)		Ano (2)	
	R\$ Bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões (3)	Var. % em 12 meses (3)	R\$ bilhões (3)	Var. % em 12 meses (3)
M1 (4)	70,4	19,2	66,2	22,0	68,5	17,8	71,8	10,9
Base restrita (4)	46,3	1,0	43,6	13,5	45,0	18,1	47,4	11,4
Base ampliada (4)	538,7	20,5	576,0	16,2	644,7	23,1	646,2	22,3
M4 (4)	640,6	16,3	674,3	17,0	706,6	15,3	713,6	14,1

Fonte: Banco Central do Brasil

NOTAS: (1) Refere-se ao último mês do período.

(2) Projeção.

(3) Ponto médio das previsões.

(4) Média dos saldos nos dias úteis do mês.

(5) Saldos em fim de período.

6. Segundo o Quadro 3, a variação em 12 (doze) meses da média dos saldos diários dos meios de pagamentos, no conceito mais simples, M1 (que corresponde ao somatório do papel moeda em poder do público com os depósitos à vista do público nos bancos comerciais), foi estimada em 17,8% (dezessete inteiros e oito décimos por cento) relativamente ao terceiro trimestre de 2001, e em 10,9% (dez inteiros e nove décimos por cento) relativamente a todo o ano de 2001. O montante do referido agregado monetário deverá situar-se entre 63,0 e 74,0 bilhões de reais em setembro, último mês do terceiro trimestre, e entre 71,8 e 84,3 bilhões de reais em dezembro, último mês do ano. Relativamente ao conceito mais amplo de meios de pagamento, M4 (que inclui, além do próprio M1, as aplicações do setor privado em fundos financeiros, ostítulos, tanto públicos quanto privados, em poder do mercado, e os depósitos de poupança), estima-se uma variação de 15,3% (quinze inteiros e três décimos por cento) em termos anuais, no terceiro trimestre, e de 14,1% (quatorze inteiros e um décimo por cento) no ano, com os valores situando-se entre

650,1 e 763,1 bilhões de reais em setembro e entre 672,4 e 789,3 bilhões de reais em dezembro.

7. As estimativas referentes à base monetária restrita (que corresponde à soma do papel moeda emitido com as reservas bancárias) indicam uma expansão em 12 (doze) meses de 18,4% (dezoito inteiros e quatro décimos por cento) no terceiro trimestre, com os valores situando-se em tre 41,4 e 48,6 bilhões de reais, e de 11,4% (onze inteiros e quatro décimos por cento) no ano, com os valores situando-se entre 47,4 e 55,7 bilhões de reais. Relativamente à base monetária ampliada (que inclui, além da base monetária restrita, os depósitos compulsórios, em espécie, do sistema financeiro no Banco Central e os títulos públicos federais), a variação em 12 (doze) meses prevista é de 23,1% (vinte e três inteiros e um décimo por cento) no terceiro trimestre, com valores entre 590,2 e 692,8 bilhões de reais, e de 22,3% (vinte e dois inteiros e três décimos por cento) no ano, com valores entre 606,2 e 711,6 bilhões de reais.

8. Apresenta, ainda, especial interesse para a análise o Quadro 5, Multiplicador monetário, constante da folha 19 do processado, que se transcreve em seguida:

Quadro 5: Multiplicador monetário ⁽¹⁾

Descrição	2000		2001					
	Ano		Abril-maio		Primeiro Trimestre		Ano (2)	
	Múltipl. valor	Var. % em 12 meses	Múltipl. valor	Var. % em 12 meses	Múltipl. valor	Var. % em 12 meses	Múltipl. valor	Var. % em 12 meses
M1/Base restrita (3)	1.520	16,9	1.517	8,0	1.520	-0,4	1.513	-0,5
Res. banc./Dep. à vista (3)	0,354	-30,6	0,176	-37,1	0,373	2,6	0,336	-9,4
Papel moeda/M1 (3)	0,379	-5,1	0,362	-1,5	0,365	-0,7	0,388	9,4
M2/Base ampliada (4)	1,189	-3,5	1,171	-1,6	1,102	-6,3	1,109	-0,7

FONTE: Banco Central do Brasil

NOTAS: ⁽¹⁾ Refere-se ao último mês do período.

⁽²⁾ Projeção.

⁽³⁾ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

⁽⁴⁾ Saldo em fim de período.

9. Verifica-se, do Quadro 5, que o multiplicador da base monetária restrita não deve apresentar tendência pronunciada de variação, em qualquer sentido, ao longo do ano de 2001. O texto esclarece que a redução do multiplicador da base monetária ampliada, projetada para o ano de 2001, da ordem de 6,7% (seis inteiros e sete décimos por cento),

“... de cor re do fato de que as emis sões mo bi li árias resultantes do processo de saneamento de instituições financeiras federais implicam impacto expansionista direto sobre a base ampliada, enquanto os efeitos sobre os meios de pagamento amplostendem

a ser amortecidos pela perspectiva de arrefecimento da alavancagem de operações de crédito”.

10. As informações constantes do documento Programação Monetária 2001 – junho 2001 permitem concluir pela adequação dos termos da programação monetária para o terceiro trimestre de 2001, que guardam inteira compatibilidade com os objetivos governamentais de contenção da inflação e de desenvolvimento econômico, o que recomenda sua aprovação.

III – Voto

11. Tendo em vista o exposto, manifesto-me favoravelmente à aprovação da programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 2001

com base no seguinte:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 213, DE 2001

Aprova a Programação Monetária relativa ao terceiro trimestre de 2001.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária relativa ao terceiro trimestre de 2001, nos termos da Mensagem Presidencial nº 165, de 2001.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 2001. – Lúcio Alcântara, Presidente – Bello Parga, Relator – Arlindo Porto – Jonas Pinheiro – Geraldo Althoff – Paulo Souto – Casildo Maldaner – Bernardo Cabral – Pedro Piva – José Agripino – Romero Jucá – Paulo Hartung – Roberto Saturnino – Lúdio Coelho.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.069, DE 29 DE JUNHO DE 1995

Dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para

CAPÍTULO II Da Autoridade Monetária

Art. 6º O Presidente do Banco Central do Brasil submeterá ao Conselho Monetário Nacional, no início de cada trimestre, programação monetária para o trimestre, da qual constarão, no mínimo:

I – estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários compatíveis com o objetivo de assegurar a estabilidade da moeda; e

II – análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre, e justificativa da programação monetária.

§ 1º Após aprovação do Conselho Monetário Nacional, a programação monetária será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

§ 2º O Congresso Nacional poderá, com base em parecer da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, rejeitar a programação monetária a que se refere o caput deste artigo, mediante decreto legislativo, no prazo de dez dias a contar do seu recebimento.

§ 3º O Decreto Legislativo referido no parágrafo anterior limitar-se-á à aprovação ou rejeição in totum da programação monetária, vedada a introdução de qualquer alteração.

§ 4º Decorrido o prazo a que se refere o § 2º deste artigo, sem apreciação da matéria pelo Plenário do Congresso Nacional, a programação monetária será considerada aprovada.

§ 5º Rejeitada a programação monetária, nova programação deverá ser encaminhada, nos termos deste artigo, no prazo de dez dias, a contar da data de rejeição.

§ 6º Caso o Congresso Nacional não aprove a programação monetária até o final do primeiro mês do trimestre a que se destina, fica o Banco Central do Brasil autorizado a executá-la até sua aprovação.

.....
PARECER Nº 725, DE 2001

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 160, de 2001, (nº 709/2001, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Benjamin Zymmler para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta realizada em 7 de agosto de 2001, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador José Agripino sobre a Mensagem nº 160, de 2001, opina pela aprovação da indicação do Senhor Benjamin Zymmler, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, por 15 votos favoráveis, nenhum contrário(s) e uma rejeição.

Sala das Comissões 7 de agosto de 2001. – Lúcio Alcântara Presidente – José Fogaça, Relator – Bernardo Cabral – Paulo Hartung – Romero Jucá – Eduardo Suplicy – Paulo Porto – Heloisa Helena – Jorge Bornhausen – Bello Parga – Roberto Saturnino – Freitas Neto – Jonas Pinheiro – Lúdio Coelho.

Relator: Senador José Agripino Maia

I – Relatório

O Senhor Presidente da República encaminhou, em 3 de julho do corrente ano, mensagem ao Senado Federal submetendo para apreciação desta Casa a indicação do Sr. Benjamin Zymmler para compor o Tribunal de Contas da União, no cargo de Ministro, conforme o disposto na alínea b, inciso III, art. 52, combinado com o inciso I, § 2º, art. 73, da Constituição Federal.

Inicialmente, devo destacar que muito me honra relatar a indicação do Sr. Benjamin Zymmler para o cargo de Ministro do Egrégio Tribunal de Contas da União (TCU), visto que esta é uma das instituições fundamentais para o controle da administração pública, zelando pela legalidade e legitimidade das ações que envolvam recursos públicos.

Ademais, a presente indicação reveste-se de uma peculiaridade que serve para abrilhantar ainda mais a oportunidade que me é concedida no exercício desta relatoria: o Sr. Benjamin Zymmler tornar-se-á Ministro após ascender profissionalmente no TCU sempre mediante concurso público. Primeiro, foi aprovado, em 1992, para o cargo de Analista de Finanças e Controle Externo, sendo que em 1997, foi aprovado para o cargo de Ministro-Substituto daquela Corte. Portanto, caros Senhores Senadores, estamos hoje sabatinando um servidor público exemplar que sempre progrediu com base em seu mérito.

A ocupação do cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União pressupõe o preenchimento de determinados requisitos básicos, quais sejam: profundo conhecimento a respeito de assuntos econômicos, jurídicos e de administração pública, assim como reputação ilibada.

No que diz respeito ao primeiro quesito, a análise do currículo do Sr. Benjamin Zymmler descreve claramente o seu preenchimento. Formado em Engenharia Elétrica pelo Instituto Militar de Engenharia — IME, em 1978, graduou-se em Direito pela Universidade de Brasília, em 1996. Em seguida, tornou-se Mestre em Direito e Estado pela mesma Universidade de Brasília.

Como Auditor e Ministro-Substituto do TCU, aprofundou-se no julgamento de processos de prestação de contas e de fiscalização financeira dos di-

nheiros públicos. Como Analista de Finanças e Controle Externo do TCU, por sua vez, especializou-se em auditoria e análise de prestação de contas no Setor Público. A sua experiência como Engenheiro Eletricista, por 15 anos, possibilitou-lhe aprofundar-se em estudos de Planejamento e Análise de Sistemas Elétricos, com ênfase em aspectos técnicos e econômicos de Sistemas de Transmissão, sendo coordenador de diversas equipes de engenheiros e tendo gerenciado projetos e contratos.

Por outro lado, o Sr. Benjamin Zymler mantém-se permanentemente atualizado quanto ao “Estado da Arte” da Ciência Jurídica, exercendo diversas funções de magistério. Destarte, é Professor de Direito Administrativo do “Programa de Direito em Módulos” do Superior Tribunal de Justiça — STJ; Professor de Direito Administrativo e Constitucional no Instituto dos Magistrados do Distrito Federal — IMAG/DF;

Professor de Direito Constitucional I no Instituto de Educação Superior de Brasília — IESB; Professor de Direito Administrativo e Constitucional na Escola da Magistratura do Distrito Federal e Territórios; Professor de Direito Administrativo na Escola Superior de Advocacia — OAB/DF, entre outras atividades de magistério.

No exercício de suas atribuições, tem-se destacado como um estudioso sobre o papel do controle externo, proferindo diversas palestras, dentre as quais se destacaram:

a) “A Atuação do TCU no Controle das Obras Públicas” no Seminário “Responsabilidades do Exercício Profissional e seus desdobramentos”, promovido pelo CONFEA e pelo CREA/SE; e

b) “Controle Externo no Contexto da Reforma do Estado”.

Destaque-se, também, que tem publicado diversos artigos em revistas especializadas, principalmente no que diz respeito a questões constitucionais e administrativas.

Cabe aqui também destacar que, entre os diversos processos que relatou como Ministro-Substituto, o Sr. Benjamin Zymler caracterizou-se pela qualidade de seu trabalho, bem como pela relevância de suas recomendações nas áreas sociais. Resalte-se como exemplo de tal conduta o processo nº TC-012.374/2000-3, Relatório de Auditoria Operacional realizada na Secretaria de Educação a Distância — SEED/MEC, onde devemos destacar algumas de suas recomendações feitas às autoridades do Ministério da Educação extremamente relevantes para a melhoria da estrutura educacional em nosso País:

a) que seja promovida a divulgação de softwares recomendados, que devem servir como referência e instrumento para atualizações dos professores, e ações junto às Secretarias de Educação para as futuras aquisições;

b) que seja fornecida às escolas, em conjunto com os Estados, Distrito Federal e Municípios, equipamentos em quantidade suficiente para atender uma turma inteira;

c) que seja fomentada política de incentivo aos Núcleos de Tecnologia Educacional para capacitação de maior número de professores, de forma a reduzir o tempo ocioso dos núcleos;

d) que seja promovida a melhoria na capacitação dos professores, estimulando as Secretarias Estaduais de Educação a desenvolverem acompanhamento dos cursos realizados por cada professor, a fim de implementar treinamentos mais direcionados, inclusive voltados para as áreas de redes e suporte.

No que diz respeito ao segundo quesito, qual seja a reputação ilibada, deve-se ressaltar que o Sr. Benjamin Zymler não possui nenhuma restrição que desabone quaisquer das suas ações nas diversas funções que desempenhou. De fato, todas as referências apontam no sentido de um servidor público zeloso de suas atribuições e consciente da importância da responsabilidade ética na administração pública.

É o relatório.

II – Voto

A análise da formação acadêmica e profissional do Sr. Benjamin Zymler obedece aos requisitos necessários para o ocupação do cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, para o qual foi indicado pelo Presidente da República. Assim, registra-se a reputação ilibada, notório conhecimento jurídico, bem como experiência prática nas questões relacionadas à Administração Pública.

Destarte, cumpridos os trâmites processuais necessários, bem como as práticas de natureza política e jurídica, voto que o nome em apreço está em condição de ser apreciado por esta Comissão.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 2001. —
Lúcio Alcântara, Presidente — José Agripino, Relator — Bernardo Cabral — Arlindo Porto — Paulo Hartung — Jorge Bornhausen — Romero Jucá — Eduardo Suplicy — Paulo Souto — Heloísa Helena — Bello Parga — Roberto Saturnino — Casildo Maldaner — Freitas Neto — Jonas Pinheiro — Lúcio Coelho.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Constituição da República Federativa do Brasil

TÍTULO IV
Da Organização dos PoderesCAPÍTULO I
Do Poder Legislativo

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

- a) Magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;
- b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República;
- c) Governador de Território;
- d) Presidente e diretores do Banco Central;
- e) Procurador-Geral da República;
- f) titulares de outros cargos que a lei determinar.

Seção IX
Da Fiscalização Contábil
Financeira e Orçamentária

Art. 73. O Tribunal de Contas da União, integrado por nove Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 96.

§ 2º Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos:

I – um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento;

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Do Expediente lido que vai à publicação, consta parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, que conclui pela apresentação do Projeto de Decreto Le-

gislativo nº 213, de 2001, que aprova a Programação Monetária relativa ao terceiro trimestre de 2001.

A matéria constará da pauta da sessão deliberativa ordinária de amanhã, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno, quando poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 408, DE 2001

Nos termos do disposto no Inciso I, do artigo 256, do Regimento Interno do Senado, requer a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2001, de minha autoria, que “Torna imprescritíveis os crimes dos quais resultem danos ao Erário.”

Sala das Sessões, 7 de agosto de 2001. – Arlindo Porto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O requerimento lido será incluído na Ordem do Dia, oportunamente, nos termos do art. 256, §2º, inciso II, alínea “b”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Encerrou-se no último dia 29 de junho passado o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 27, de 2001, de autoria do Senador Osmar Dias, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para determinar a disponibilização, pela Internet, de proposições e pareceres.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria, anexada ao Projeto de Resolução nº 81/99, nos termos do Requerimento nº 472, de 1999, vai às Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Esgotou-se no dia 29 de junho último, o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– Projeto de Lei do Senado nº 623, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão, que altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1996, que “dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências”;

– Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2000, de autoria do Senador Arlindo Porto, que dá nova reda-

ção ao inciso III do art. 4º e à alínea “c” do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que “altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas, e dá outras providências”; e

– Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2001, de autoria do Senador Moreira Mendes, que altera a Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para inclusão de novo trecho.

Tendo sido apreciados terminativamente pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura, os Projetos de Lei do Senado nºs 217, de 2000 e 26, de 2001, aprovados, vão à Câmara dos Deputados; e o Projeto de Lei do Senado nº 623, de 1999, rejeitado, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Os Srs. Senadores que desejarem requerer a palavra para uma comunicação inadiável, por favor, podem solicitá-la oralmente.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável, no momento oportuno.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, também solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável, no momento oportuno.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP. Pela ordem) – Sr. Presidente, também solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável, no momento oportuno.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, também solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável, no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Exªs poderão fazer uso da palavra, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Iris Rezende, por cessação do Senador Ronaldo Cunha Lima.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna para tentar despertar a atenção do Governo Federal para questões com as quais tem-se defrontado a sociedade brasileira.

Sr. Presidente, a primeira questão que trago e esta tribuna, muito importante para a nossa economia, inclusive sob o aspecto social, diz respeito à produção leiteira em nosso País, que já é bem antiga. Há anos que a produção de leite no Brasil tem experimentado momentos de sucesso e de frustração.

Sr. Presidente, a população brasileira tem crescido extraordinariamente e a taxa superior a 2% ao ano. Portanto, temos uma população jovem, onde milhões e milhões de crianças ainda dependem do leite como alimento principal. Sabemos que programas são instituídos por prefeituras, por governos estaduais, e inclusive pelo Governo Federal. No entanto, o setor encarregado da produção de leite não tem tido a devida atenção por parte do Poder Público. Quantas vezes já observamos produtores de leite, de uma hora para outra, acabarem com os seus rebanhos, desativando, assim, a produção leiteira por não justificarem economicamente a produção? De repente, os preços sobem. Com isso, os produtores buscam novas matrizes, aprimorando o seu rebanho. Investem em equipamentos, em infra-estrutura e, de repente, tudo cai por terra.

Sr. Presidente, vivemos exatamente um momento como esse, onde os produtores de leite do País passam pelo desespero, para não dizer frustração.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, amanhã os produtores de leite farão uma manifestação nas ruas da capital do meu Estado e também nas rodovias como intuito de sensibilizar o Governo Federal para a difícil situação por que passa essa classe produtora nos últimos dias.

Sr. Presidente, não faz muito tempo que os produtores de leite entregavam o seu produto a um preço

em torno de R\$0,40 o litro. E agora, para surpresa da classe, os preços estão desabando. Aí vem a grande indagação: como, no momento de entressafra, em que os produtores gastam muito mais para produzir aquilo que produzem nos períodos de safra, em que, normalmente, o animal é tratado com a pastagem natural? Na entressafra, o produtor tem que adicionar uma alimentação especial a fim de que a vaca continue a produzir pelo menos aquilo que produzia há alguns meses.

O preço de produção quase que dobra nessa fase. E, para surpresa dos produtores, os preços estão desabando. Foi por que aumentou a produção? Não. Por que, então? A alegação dos maiores compradores, das maiores indústrias, é a crise energética vi-vi-da pelo País. Entendo que essa questão, que considero grave, se deve, sobretudo, a uma política do leite que tranquilize os produtores e os incentive a investir.

A produção de leite aumentou muito nos últimos anos. Os governos federal, estaduais e municipais apelaram às classes produtoras para que aumentassem a produção. Eles investiram na melhoria genética do rebanho e em equipamentos para o resfriamento do leite; estão atendendo à exigência do Ministério da Agricultura para que, a partir de 2002, todo o leite a ser distribuído tenha que passar pelo processo de resfriamento e ser transportado a granel. Esse processo representará investimentos de milhões.

O nosso rebanho experimentou, geneticamente, uma melhora sensível. Mas, de repente, os produtores idealistas, os construtores anônimos desta Nação sentem-se frustrados.

Então, venho a esta tribuna para fazer coro ao clamor dos produtores de leite do Brasil. E falo com autoridade e em nome desses produtores, porque Goiás, hoje, é o maior produtor do Centro-Oeste brasileiro e o segundo produtor nacional de leite. Eu não poderia aqui, na condição de um dos representantes do meu Estado, assistir passivamente ao esmagamento de um dos mais importantes setores da nossa economia.

Sr. Presidente, há momentos em que chego a acreditar que essa variação escandalosa de preço se deve, sobretudo, à interferência das multinacionais nessa área da nossa economia, porque, ao se reduzir a produção interna, elas terão facilidade de buscar, em qualquer parte do mundo, o leite subsidiado pelos países da Europa e de outras partes do globo terrestre. Não podemos aceitar que os nossos produtores, que empregam milhões de trabalhadores rurais, fiquem à mercê de interesses econômicos de determi-

nados setores, sobretudo de multinacionais. Não podemos aceitar! E é o Governo Federal que deve interferir com toda a sua força e com veemência para que esse setor não seja esmagado.

É muito fácil, Sr. Presidente: entra uma empresa poderosa no setor e, num determinado momento, incentiva a produção. De repente, para que os pequenos sejam banidos, há uma melhora dos preços para que as pequenas indústrias não tenham condições de acompanhar. Ela sai. E, depois que ela sai, ficam poucos. Esses poucos, então, como que numa "cartelização" da área, descem os preços. Esmagam os produtores e tiram a diferença do que gastaram para banir da área do leite – repito – os pequenos industriais.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Conceda-me V. Ex^a um aparte, Senador Iris Rezende?

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Com muito prazer, Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – V. Ex^a foi Ministro da Agricultura e da Justiça também, portanto, fala com a autoridade de quem conhece esse assunto. V. Ex^a fala da "cartelização" de empresas, da espécie de monopólio que criam, fazendo com que haja esses grandes problemas com relação aos menores. Empresas pequenas tentam se estabelecer e há o movimento dos maiores que impedem, com o tempo, o crescimento dos menores. Chega o momento em que o monopólio se caracteriza dessa forma. V. Ex^a sente isso e vem à tribuna para dar um grito ao Brasil, ao Governo. V. Ex^a vem representar milhões de produtores que não podem usar esta tribuna para fazer com que suas vozes tenham maior eco. Quando V. Ex^a fala que uma das razões da queda do preço é o racionamento da energia elétrica, estendo isso ao meu Estado de Santa Catarina, que também possui várias bacias leiteiras e que também sofre as consequências do racionamento da energia, pois o pessoal apelou para economizar energia. Os jornais do meu Estado estampam hoje: haverá um aumento de 20,78% no preço da energia e será repassado aos consumidores. Haverá revolta principalmente dos que economizaram energia, de quem procurou viver mais na penumbra, não só nesse setor mas em todos os setores. Haverá uma revolta muito grande porque o pessoal atendeu ao chamamento, economizou no que pôde em relação à energia e, apesar disso, como o Governo deixou de arrecadar, precisa buscar esse dinheiro. É como se dissesse que não vai abrir mão da arrecadação. E acaba de anunciar, hoje, no meu Estado, 20,78% de aumento para repassar a todos os consumidores. É como se fosse um castigo para aqueles que não recolheram tanto quanto vinha acon-

tecendo, porque procuraram economizar um pouco mais. Não dá para entender, Senador Iris Rezende. Por isso, esse grito em relação ao tão importante setor das bacias leiteiras – e o Estado de V. Ex^a é um dos maiores produtores do Brasil – repercute em todo o País. É claro que essas redes de monopólio, como diz V. Ex^a, podem, num momento como esse, importar leite em pó. Mas isso provocará a falência dos pequenos produtores, causando o desemprego e a queda da renda. Não dá para trabalhar assim. Isso dói, dói na alma até. Por isso, cumprimento V. Ex^a. O Brasil está assistindo com muita atenção ao pronunciamento de V. Ex^a neste momento.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner, pelo importante aparte que V. Ex^a me concede, trazendo a solidariedade do Estado de Santa Catarina. V. Ex^a, com a responsabilidade que lhe é peculiar, procura também viver com profundidade todas as questões, todos os problemas que afligem a população do seu Estado. Senador Casildo Maldaner, agradeço muito a participação de V. Ex^a neste pronunciamento.

Quero dizer também que o Governo precisa proporcionar a importação de tudo o que é essencial à vida de nosso povo, mas não pode aceitar que se criem situações para reduzir a nossa produção, a fim de que uma, duas ou três empresas tenham milhões e milhões de lucro num fechar de olhos, buscando o produto lá fora, como disse, quase sempre subsidiado, para enfiar goela abaixo da nossa gente.

Sabemos que não foi fácil para o setor sensibilizar o Governo para criar obstáculos no sentido de evitar a importação de leite subsidiado. Aqui esse leite era hidratado e vendido por preços inferiores ao nosso, concorrendo deslealmente com a produção local. Essa importação foi reduzida – tiremos o chapéu para o Governo por essa atitude –, mas não foi tudo e não podemos, em hipótese alguma, aceitar que amanhã venha a se repetir esse mesmo quadro, porque temos condições de concorrer internacionalmente com cada país, mas nunca com produtores estrangeiros que recebem subsídios escancaradamente.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Senador Iris Rezende, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Ouço o Senador Maguito Vilela, com muito prazer.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Senador Iris Rezende, V. Ex^a tem demonstrado que realmente é um Senador atuante, constantemente atualizado em relação aos problemas do Brasil e que se preocupa, de fato, com o nosso povo. O tema que V. Ex^a aborda é extremamente momentoso e envolve mi-

lhões e milhões de brasileiros. Como disse V. Ex^a, a partir de hoje, muitas manifestações ocorrerão Brasil afora. Estão ocorrendo manifestações nos Estados de Goiás, Minas Gerais, São Paulo e, quero crer, em Santa Catarina, em função da incompreensível atitude tomada pelos detentores do monopólio ou do cartel do leite de reduzir drasticamente o preço do produto. V. Ex^a disse bem: o Governo Federal incentivou os pecuaristas a aumentarem a produção leiteira. E eles investiram não só na genética, melhorando seus rebanhos, mas na compra de ordenhadeiras mecânicas, com o apoio do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO. Além disso, investiram no resfriamento do leite, até porque a maioria das empresas não recolhe mais o produto a granel se ele não estiver resfriado. Assim, os produtores foram obrigados a comprar resfriadores. Hoje, as exigências feitas para que o leite tenha qualidade são fantásticas, o que até compreendemos e apoiamos; porém, em certos casos, as dificuldades são muito grandes para os produtores. Por exemplo, qualquer animal que receba algum tipo de antibiótico precisa ser isolado; ou seja, não se pode ordeá-lo. E isso ocorre frequentemente com grande quantidade de animais, em virtude da crescente incidência de doenças tais como a mastite, a doença do casco e outras. Dessa forma, ficou muito difícil produzir leite. Contudo, quanto mais difícil e mais cara a produção, menor o preço do litro do produto, que já era irrisório. O preço do litro de leite equivale ao de um copo d'água. E ficará mais baixo ainda. Esse é um problema seriíssimo, que mexe com milhares e milhares de famílias produtoras de leite. Pequenos chacareiros e fazendeiros que se sentiram motivados pelo Governo encontram-se agora num beco sem saída. Não da razão com a conta de pagar as prestações do FCO relativas aos gastos com o rebanho, a ordenhadeira, o resfriador e assim por diante. Quero dizer a V. Ex^a que o Senado Federal deve tomar uma posição sobre esse problema. O Congresso Nacional precisa defender os mini, pequenos e médios produtores, extremamente sacrificados com as últimas medidas. Vou mais longe, Senador Iris Rezende: se não conseguirmos atingir o cerne da questão, se não conseguirmos enxergar o que está por trás de tudo isso, o Congresso agirá bem se instituir uma CPI para investigar, em profundidade, a questão do leite no Brasil, que é extremamente danosa à nossa economia e preocupante no aspecto social e no tocante ao preço. Acredito que o tema comportará uma CPI. E V. Ex^a já nos alerta para a questão. Por isso, também queremos participar, queremos nos solidarizar com o alerta que V. Ex^a faz. Se não chegarmos a um objetivo, tal-

vez fosse o caso de criar uma CPI que averiguasse as causas desse imbróglio a que estão submetidos os produtores de leite. Meus parabéns, Senador Iris Rezende, pelo pronunciamento extremamente importante, num momento em que nossos produtores realmente precisam do apoio dos políticos. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Muito obrigado, Senador Maguito Vilela. Os apartes do Senador Casildo Maldaner e de V. Ex^a completam o meu pronunciamento, trazendo dados suficientes para mostrar ao Governo Federal a necessidade de uma intervenção imediata, com o fim de evitar desastres maiores. Diante da já conhecida questão do desemprego no Brasil, se a situação do setor leiteiro agravar-se – como tem se na liza do –, aí, sim, serão mais alguns milhões de trabalhadores rurais desempregados.

E mais importante ainda, Srs. Senadores, é que não se consegue um rebanho geneticamente especial, como o que temos hoje no País, do dia para a noite. Isso envolve muito esforço, muito investimento. Se deixarmos esse potencial ir por água abaixo, o prejuízo brasileiro com a importação de produtos, nem sempre bons como os nossos, será de bilhões de dólares. Mas o Governo pode evitar isso!

E é interessante salientar: de todos os produtores de alimentos que há neste País, o produtor de leite é o que contribui sensivelmente para fornecer à sociedade produtos de primeira qualidade e, muitas vezes, por preços vis. O que se paga por uma garrafa d'água, o que se paga por uma garrafa de Coca-Cola, o que se paga por produtos muitas vezes trazidos à nossa mesa por multinacionais chega a irritar, chega a agredir a sensibilidade do povo quando se compara esse valor com o preço do leite. Os produtores recebem hoje pouco mais de R\$0,20 por litro. É contra isso que nos insurgimos! Não podemos solucionar a questão “depois de estar a vaca morta”, pois gastaremos bilhões e bilhões para recuperar os rebanhos, os equipamentos e a infra-estrutura atuais, que oferecem à sociedade brasileira excelentes produtos.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Conceda-me V. Ex^a um aparte, Senador Iris Rezende?

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Com muito prazer, Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Iris Rezende, eu estava numa reunião em local próximo daqui, quando ouvi o aparte do Senador Maguito Vilela ao discurso de V. Ex^a. E não podia deixar de comparecer a este plenário para também apartear-lo e saudá-lo pelo seu pronunciamento. Tive oportuni-

dade de tocar no assunto nesta Casa – não com a profundidade de V. Ex^a – e tratei-o também, de forma muito especial, com os produtores de leite de nosso Estado. Já quase tivemos em Alagoas a segunda bacia leiteira do País. Isso ocorreu no semi-árido, região importantíssima para a estrutura do setor produtivo, em função da dinamização da economia local, da geração de emprego e renda e da produção de alimentos. Houve dificuldades gigantescas, por insensibilidade ou por incompetência dos governos estaduais em estabelecer relações com o setor produtivo local para a aquisição da sua produção, embora o leite seja alimento essencial para crianças, jovens, gestantes e idosos. Além, portanto, da incompetência do poder local, a bacia leiteira alagoana passa também pelas mesmas dificuldades aqui discutidas por V. Ex^a. E aproveito o pronunciamento de V. Ex^a para fazer um apelo ao Ministro Raul Jungmann, que esteve com toda a Bancada do Nordeste numa reunião realizada na sala do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros. A proposição que fiz, devido à situação da bacia leiteira do meu Estado, foi aceita não apenas pelos Parlamentares de Alagoas, mas também do Nordeste, e consiste na suspensão imediata das execuções das agências oficiais. Muitos pequenos proprietários, muitos representantes do setor agropecuário, em vários Estados deste País – refiro-me ao Nordeste, mas sei que no Estado de V. Ex^a ocorre o mesmo –, passam por uma situação difícilíssima diante da incompetência e insensibilidade do Governo Federal, que podemos dificultar o quadro. Há a questão do estoque da dívida, ainda reajustada pela TJLP, e há um projeto na Casa, do Senador Antonio Carlos Valadares, que gostaríamos que fosse aprovado. Mas sabendo da dificuldade e morosidade para que os projetos sejam aprovados aqui, cremos que poderia ser editada uma medida provisória, a fim de solucionar esse gravíssimo problema. Certamente, outros produtores que estiverem nos escutando vão dizer que a situação do coco também é semelhante. Aliás, países que não têm um coqueiro conseguem vender coco muito mais barato do que se vende no litoral brasileiro, o que é lógico. Sabemos da abertura desvairada, da incompetência do Governo Federal, das barreiras protecionistas que as grandes nações nos impõem devido à suposta globalização – que não é globalização coisa nenhuma, já que as barreiras protecionistas permanecem sendo impostas a nós do mesmo jeito, assim como há, por meio da triangulação, o gravíssimo problema do leite. Os grandes conglomerados não estão nada preocupados com a questão. Como V. Ex^a bem disse, os grandes conglomerados de laticínios não se

importam com isso. Entretanto, para o pequeno produtor a situação é gravíssima. O último censo agropecuário mostrou que praticamente 40% do setor fechou. Quarenta por cento do setor agropecuário relacionado ao leite está absolutamente quebrado, por não ter condição de sobreviver dessa forma imposta pela irresponsável e — o que é pior — incompetente política econômica do Governo Federal, que acaba privilegiando a balança comercial, a abertura desvairada da economia para haver dólar em caixa para efetuar o pagamento dos juros e serviço da dívida, enquanto o setor produtivo está realmente quebrando. Desculpe-me o longo aparte, mas não poderia deixar de saudar V. Ex^a pelo pronunciamento, de oferecer a minha solidariedade e de dizer que essa situação é uma realidade não apenas no Estado de V. Ex^a e de Alagoas, mas no Brasil, em função da irresponsabilidade, da incompetência e da insensibilidade com que se dirige a política econômica do nosso País.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Senadora Heloísa Helena, o aparte de V. Ex^a honrou-me sobremaneira, valorizou meu pronunciamento e ajudará a sensibilizar e despertar a consciência dos que têm nas mãos a responsabilidade pela condução da política leiteira em nosso País.

O que não se admite é que continuemos deixando os nossos produtores sem rumo, sem perspectivas, na dependência da vontade dos que têm a aquisição do leite nas mãos. Fiz em passant uma referência a milhares de pequenas indústrias e empresas sufocadas pelas grandes empresas, que aumentam o preço da matéria-prima e diminuem o do subproduto. Tais empresas são levadas à falência do dia para a noite. Com isso, o setor fica nas mãos de poucos, que se aproveitam da situação. Em plena entressafra, descaradamente, reduzem o preço do leite, alegando o problema da energia elétrica, como se ela fosse fundamental para produzi-lo.

Agradeço a generosidade da Mesa, que permitiu que eu recebesse os apartes.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PDT – DF) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Sr. Presidente, permita-me receber o aparte do nosso ilustre mestre, Senador pelo Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Iris Rezende, é impossível não admitir um aparte do Senador Lauro Campos.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PDT – DF) – Agradeço muito a gentileza da Mesa e a concessão do aparte feita pelo eminente Senador Iris Rezende. Por isso mesmo, serei muito breve. Eu vinha escutando o discurso de V. Ex^a, e, realmente, é uma peça admirável, colocada em um momento mais do que oportuno, o apagão na entressafra. Já que a Senadora Heloísa Helena fez um aparte magnífico, abordando aquilo de que eu ia falar com muito mais brilhantismo e propriedade, só quero dizer que o que está posto agora é a prova de que, no Brasil, instalou-se o antiestado nacional brasileiro, como o Presidente Fernando Henrique Cardoso escreveu em um de seus livros esquecidos. Sua Excelência disse que se estava instalando no Brasil o antiestado nacional brasileiro, com as multinacionais, os interesses externos, a dívida externa dominando-nos. E, agora, ele é o presidente do antiestado nacional brasileiro; o primeiro presidente consciente do antiestado nacional brasileiro, que estraga todo o nosso parque industrial, arrebenta a nossa produção de leite, a nossa agricultura, em nome, obviamente, dos interesses externos. E aqueles que têm dupla nacionalidade soltam foguetes quando isso acontece. O Sr. Armínio Fraga, por exemplo, deve estar muito satisfeito por essas coisas estarem ocorrendo no Brasil, porque os compatriotas dele, de sua outranacionalidade, estão satisfeitos, nadando em lucro e em vantagens. Muito obrigado.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Senador Lauro Campos, eu me sinto gratificado com o aparte de V. Ex^a, que valoriza ainda mais a minha presença nesta tribuna, o debate dessa questão. Para muitos, pode parecer estranha a veemência de um Senador que ultrapassa o limite do seu horário com um item da nossa economia. Mas não para V. Ex^a, como professor universitário e Senador do Distrito Federal – embora a produção do leite não tenha para o Estado de V. Ex^a a importância que tem para o nosso, porque a economia do Distrito Federal se assenta em outras áreas. É importante salientar a nossa preocupação e a nossa angústia, porque foi com o incentivo, com a conclamação aos produtores que a produção nacional conseguiu atender às centenas de projetos de distribuição de leite aos mais carentes, sobretudo às crianças, em todo o território nacional. Foi assim que Goiás conseguiu, nos últimos anos, aumentar em 92% a sua produção. Os Estados de Minas Gerais e Paraná aumentaram em 36% e 44%, respectivamente. O único Estado produtor que reduziu a sua produção em 3% foi São Paulo. De forma que podemos concluir que existem milhões de pessoas envolvidas nessa área que estão à mercê da boa vontade de

duas, três ou quatro empresas. Não podemos aceitar isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Iris Rezende, o Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão.) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, por permuta com o Senador Ademir Andrade.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tive oportunidade de comparecer, entre os dias dois e quatro do corrente mês, ao Encontro Internacional Socialista, organizado pelo Partido Socialista Brasileiro, e a honrosa incumbência de representar a Mesa do Senado Federal, uma vez que fui designado para essa missão pelo meu colega e amigo, Presidente em exercício, Senador Edison Lobão.

Vários foram os palestrantes que compareceram a esse encontro e manifestaram as suas opiniões e as suas sugestões sobre o mundo globalizado em que estamos vivendo.

Uma das palestras mais marcantes, que ficou bem gravada na minha memória devido às denúncias – posso dizer assim – que foram feitas contra a economia globalizada e o mercado financeiro unificado, foi a palestra enfocada pelo expositor Jean Ziegler, do Partido Socialista suíço, professor da Universidade de Genebra e relator da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas. O tema da palestra foi “A Nova Agenda Internacional: Direitos Humanos, Direitos Sociais e Descontrole dos Fluxos de Capital”.

Anotei algumas frases do Professor Jean Ziegler sobre o momento atual, em que predomina, acima de tudo, o lucro, a ambição desmedida de forças poderosas que formam um verdadeiro império invisível e consolidado na quiloa que chamamos de mercado financeiro.

Trazemos alguns dados estarrecedores. Das 60 mil empresas transnacionais, pelo menos 200 controlam 60% do PIB do planeta; é verdadeira monopolização da economia mundial. Duzentas empresas controlam 60% da riqueza do planeta!

A automatização do capital faz com que pelo menos um trilhão de dólares mude de mãos no mundo. E o que representa esse trilhão de dólares que circula no mercado financeiro globalizado, unificado?

Desse capital, 80% são flutuantes ou especulativos, e apenas 13% representam algum investimento.

E ele fala, lembrando Adam Smith, aquele grande economista professor, que tanto estudamos nas nossas faculdades, não só de Economia como também de Direito, que mobilidade de capital é igual a lucro máximo, significando dizer que, quanto mais o capital se movimenta, mais ele especula atrás do lucro, do lucro máximo.

Ele ainda denuncia que apenas 225 fortunas no mundo têm uma receita equivalente a 47% da receita anual da população do planeta, isto é, quase 50% do patrimônio em dinheiro existente hoje no mundo é controlado por 225 fortunas. Duzentas e vinte e cinco pessoas detêm 47% da riqueza do mundo! Ele deu um exemplo interessante: nos Estados Unidos, o Bill Gates, o famoso Bill Gates do computador, da Informática, ganha tanto quanto 106 milhões de americanos. Isso é a concentração de riqueza! E ainda faz uma denúncia gravíssima, que me inspirou a apresentar, Sr. Presidente, uma proposta de emenda constitucional, que já foi assinada por muitos dos Srs. Senadores – e a lei vai para os que não assinaram, para que também possam fazê-lo. Ele denunciou: “Há fome no mundo! Há fome no mundo! Mais de cem milhões de pessoas morrem por dia de fome por falta de um prato de comida”. Cem milhões de pessoas por dia equivalem a 36,5 milhões de pessoas por ano.

Um outro dado é que a agricultura mundial poderia alimentar hoje, pela produção proveniente do campo, 12 bilhões de pessoas, ou seja, o dobro da população mundial. Então, o que é isso? O mundo produz alimentos para o dobro da população mundial, mas morrem cem milhões de pessoas por dia de fome!

Sr. Presidente, é preciso que algo seja feito não só no Brasil, como no mundo inteiro. Que as nações mais poderosas do mundo se conscientizem de que, amanhã, poderá haver uma revolução mundial dos famintos! E aí a situação vai ser muito grave!

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PDT – DF) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PDT – DF) – Fico muito agradecido, nobre Senador Antonio Carlos Valadares, por esta oportunidade. Procurarei ser telegráfico. O tema que V. Ex^a traz à tribuna é aquele que, por profissão, me preocupou durante praticamente toda a minha existência. Procurarei ser muito rápido. O que V. Ex^a está dizendo retrata mais ou menos aquilo que Paul Ormerod, um professor que foi diretor

do *The Economist* – que, talvez, na área de Economia, seja a maior revista do mundo –, escreveu sobre o tema. Vou ler somente o título: “A Morte da Economia”, *The Death of Economics*. Se esse eminente pensador e autor inglês estivesse no PT, talvez ele fosse expulsado de lá. Entre outras coisas, ele, que me foi lembrado por Will Huttan, que possui dois livros traduzidos para o português e publicados pela Editora Teotônio Vilela, ele, que é do grupo e que partilha de algumas das idéias da Terceira Via Inglesa, despertou-me a curiosidade para a leitura muito profícua desse livro. Desse modo, é isso mesmo que V. Ex^a está dizendo. Os dados de V. Ex^a são atuais e muito proveitosos. Por outro lado, só para completar, 385 pessoas no mundo detêm a mesma renda que 2,85 bilhões de seres humanos. Assim, quanto mais se fala em redistribuir renda, mais ela se concentra, dando uma grande banana para os tecnocratas e para os economistas. O processo continua, independentemente da boa vontade que habita as cabeças desses debilóides que aí estão. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Senador Lauro Campos, o aparte de V. Ex^a, que incorporo ao meu discurso, representa não apenas a sua indignação, mas a indignação de uma sociedade consciente, uma sociedade que sabe que essa situação precisa mudar, porque, do contrário, haverá uma nova ordem mundial. A ordem mundial de hoje é a comandada pelo capital injusto, desumano, cruel, que, em muitos países, inclusive no Brasil, tem contribuído para a infelicidade de milhões de pessoas.

No Brasil, por exemplo, o Governo vai tomar emprestado mais US\$15 bilhões, e, graças a um requerimento de iniciativa da Senadora Heloísa Helena e de outros Srs. Senadores, o Ministro da Fazenda virá aqui explicar as razões desse empréstimo. Mas o que fica evidente é que o Brasil deverá tomar esse empréstimo – ou seja, em dividir-se mais – para pagar financiamentos antigos, alguns dos quais não sabemos nem por que foram feitos. Estamos mergulhados em uma dívida impagável, que, a cada dia, a cada mês e a cada ano, vem aumentando a miséria do povo brasileiro.

A Fundação Getúlio Vargas – e isso já foi dito aqui por alguns Senadores – divulgou uma pesquisa, feita há poucos dias, que demonstra que 50 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha de pobreza, ganhando menos de R\$80.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Constituição Federal, em seu art. 6º, aponta como direitos sociais dos brasileiros a educação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a

proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Ao que sabemos, no entanto, um dos graves problemas com que vem se deparando o povo brasileiro é a alimentação. E isso ocorre não só no Nordeste do Brasil, onde ocorrem os chamados bolsões de pobreza e de miséria, mas também nas grandes capitais, devido à crise econômica em que estamos mergulhados. No Rio de Janeiro, em São Paulo, em Minas Gerais, na Bahia, enfim, onde quer que estejamos podemos verificar que grande parte do povo brasileiro está passando fome.

A nossa proposta de emenda constitucional procura incluir a alimentação no rol dos direitos sociais. Num dia desses, inclusive, o Congresso aprovou a moradia como direito social. Não posso compreender, portanto, como um cidadão pode ter saúde se não se alimenta.

Isso não significa dizer, no entanto, que, estando a alimentação no rol dos direitos sociais, o Governo vá distribuir os alimentos de forma aleatória e demagógica. Esse dispositivo obrigará o Governo a estabelecer campanhas públicas no sentido de criar infraestrutura em nosso País para evitar a fome que está grassando em muitos lugares deste Brasil.

O direito à alimentação foi reconhecido pela Comissão de Direitos Humanos da ONU, em 1993, em reunião realizada na cidade de Viena, integrada por 52 países. E contou-se com o voto favorável do Brasil, registrando apenas um voto contrário, o dos Estados Unidos. A referida Comissão da ONU, com essa decisão histórica, enriqueceu a Carta dos Direitos de 1948, colocando, em primeiro lugar, o direito do cidadão à alimentação.

Segundo Jean Ziegler – e está aqui o meu querido Senador Bernardo Cabral, que naturalmente conhece as obras do Professor Jean Ziegler, que é relator especial da ONU sobre o direito à alimentação –, “há um genocídio silencioso num planeta, que segundo a FAO (Organização das Nações Unidas para alimentação), pode dar de comer ao dobro de sua população” (*Jornal do Brasil*, edição de 04/08/2001, pag.10). O que ele quis dizer é que a economia mundial produz alimentação para 12 bilhões de pessoas (duas vezes a população mundial), enquanto morrem de fome mais de 100 mil pessoas por dia.

A justa indignação de Ziegler é gerada pela indiferença do mundo desenvolvido que encara a morte pela fome “como uma fatalidade, quando é um assassinato cometido por uma ordem mundial em que só come quem pode pagar”. Ele discrimina as causas: distribuição desigual da riqueza, enquadramento de uma necessidade vital em regras de oferta e procura

determinadas por negócios globais da Bolsa Mercantil de Chicago, ou então, corrupção, ditaduras, o alimento usado como arma de guerra (no Afeganistão, na Palestina), a drenagem de recursos para o pagamento da dívida, a detenção de patentes universais por empresas agroalimentares.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Senador Roberto Saturnino, é um prazer ouvi-lo. V. Ex^a, que compareceu ao Encontro Internacional Socialista, tendo sido um dos palestrantes, naturalmente tem muito a dizer, como sempre o fez nesta Casa, sobre essa falência da globalização, prejudicando milhões e milhões de seres humanos.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Senador Antonio Carlos Valadares, antes de tudo, meus cumprimentos pelo pronunciamento de V. Ex^a e por essa iniciativa de colocar na Constituição o direito à alimentação, mais uma iniciativa que se vem somar a muitas outras de caráter social com que V. Ex^a tem contribuído no exercício do seu mandato. Estive no encontro a que V. Ex^a se referiu, o encontro promovido pela Fundação João Mangabeira, um encontro internacional, no qual compareceu o Professor Jean Ziegler, que é também Deputado do Partido Socialista suíço. O pronunciamento dele foi interessantíssimo e, inclusive, seguiu a mesma linha do que V. Ex^a apresenta no seu pronunciamento. Mas ouvi e guardei na memória, de forma indelével, uma frase dele: “Ou o Brasil rompe com esse modelo do endividamento e da submissão ao capital internacional financeiro, sob a égide do FMI, ou nada adianta”. Ele disse que não queria passar por incrédulo, mas que, sem romper com esse modelo, poderíamos chamar Jesus Cristo para administrar o nosso País e mesmo assim não conseguiríamos realizar nenhum investimento, nenhuma melhoria de natureza social, porque todos os recursos estão comprometidos com os rendimentos e os lucros dos bancos nacionais e internacionais. V. Ex^a está absolutamente certo, mas é preciso romper com essa linha. Vamos firmar mais um acordo com o FMI. Estou inteiramente a favor da convocação do Ministro Pedro Malan para explicar o acordo, mas o Ministro explicará, mais uma vez, o fato consumado, o endividamento feito, o acordo assinado com o FMI. O Senado tinha exigir que, para que tivessem validade, os acordos fossem aprovados pelo Senado. Se a aprovação precedesse a assinatura do compromisso, estaria bem. Agora, vir aqui o Ministro Malan, cujos discursos, até aqueles que ainda não foram pronunciados, eu já conheço, não adianta nada. Ele vem aqui

explicar que é isso mesmo, que não tem outra alternativa, que é isso, que é aqui. Vamos contestar aqui e ali, mas o fato já está consumado. É preciso que o Senado em conjunto, como um todo, tome a iniciativa – como V. Ex^a está fazendo, de forma brilhante, juntamente com a Bancada do Partido Socialista – de reverter esse modelo de falso desenvolvimento ou de entrega das riquezas do País ao capital financeiro internacional, sob a égide do FMI. Parabéns V. Ex^a. Temos que continuar fazendo isto mesmo, lutando individualmente, mesmo sabendo que vamos ser derrotados, mas colocando nossos pontos de vista, as nossas razões à defesa do interesse nacional. Meus cumprimentos!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Saturnino Braga. Os seus discursos nesta Casa destacam-se sempre pela preocupação com o social. A pobreza no Brasil está aumentando e V. Ex^a tem apontado os caminhos, as saídas. O Governo é que se faz de surdo, não ouve a experiência de V. Ex^a, o aconselhamento de um homem comprometido apenas com os destinos do Brasil, de um povo que vem sofrendo na própria pele as consequências de uma política desastrosa, cruel e perversa, que está sendo implementada por este Governo.

Sr. Presidente, para concluir, na reunião da ONU, o Brasil manifestou-se, oficialmente, favorável à inclusão da alimentação como direito social do cidadão. Inserir esse direito em nossa Carta Magna é confirmar esse nobre pensamento em não permitir que nenhum brasileiro venha a morrer por falta de um prato de comida.

O Senador Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Com muito prazer, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Senador Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senador Antonio Carlos Valadares, dou meu testemunho de como V. Ex^a tem-se preocupado com o problema da alimentação, ou seja, da fome. Quando V. Ex^a apresentou essa emenda constitucional, teve a gentileza de mostrá-la a este seu velho amigo não para que me fizesse alguma consulta, mas para confirmar a preocupação que V. Ex^a vem mantendo com o tema ao longo de todos esses anos de vida pública. É bom que V. Ex^a faça inserir no texto constitucional o que se pensou na Assembleia Nacional Constituinte e não foi possível, porque hoje a fome mata muito mais que qualquer pelotão de fuzilamento. Geralmente as vítimas são crianças, e aquelas que morrem pela fome

adquirem sepulturas sem inscrição. Não existe nome, não são identificáveis. É claro que V. Ex^a tem uma preocupação que transcende o mandato de qualquer Senador, porque a aborda do ponto de vista mais crucial, que é o social. Senador Antonio Carlos Valadares, ao longo desses anos, se V. Ex^a não tivesse tido qualquer outra atuação – o que tem tido, e com muito brilho –, essa bastaria para lhe credenciar à admiração deste seu velho amigo. Meus cumprimentos!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Senador Bernardo Cabral, agradeço a V. Ex^a esse aparte tão generoso, que, em muitos pontos, deve-se à nossa grande amizade e admiração recíproca.

Quando mostrei a proposta de emenda constitucional a V. Ex^a, fi-lo por que V. Ex^a já me havia dito que essa tentativa já acontecera por ocasião da elaboração da nova Carta Magna, durante a Constituinte, mas não teve sucesso. V. Ex^a foi, então, depois de mim, o primeiro signatário. Essa foi uma homenagem que resolveu fazer não só ao velho amigo, mas também ao Relator, que lutou muito para que o Brasil tivesse uma Constituição representativa do sentimento de bondade do povo brasileiro.

Sr. Presidente, essa previsão constitucional não tem o objetivo de forçar a distribuição aleatória ou demagógica de cestas básicas, sem critérios ou sem motivação. A principal finalidade é assegurar aos segmentos mais pobres da população o estabelecimento de políticas públicas consistentes que evitem a fome e a miséria, para que, assim, cada brasileiro possa usufruir de uma alimentação adequada à sua sobrevivência.

Há mais de 200 anos, Sr. Presidente, já dizia Jean-Jacques Rousseau: “Entre o fraco e o forte, é a liberdade que oprime e é a lei que liberta”.

Não seremos um País digno enquanto assistirmos a esse quadro de miséria, onde a comida não chega à mesa de muitos de nossos irmãos, onde a fome persiste não apenas nos bolsões do Nordeste, mas, infelizmente, em todo o Brasil. Enquanto isso, a alta concentração de renda aqui reinante aumenta a cada dia os privilégios de uma minoria de abastados que vive na opulência e na fartura.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 409, DE 2001

Faleceu, ontem, às 19 horas e 30 minutos em Salvador – BA, aos 88 anos, o escritor Jorge Amado, que era casado com a também escritora Zélia Gattai.

Jorge Amado foi Deputado Federal constituinte em 1946, membro da Academia Brasileira de Letras e um dos mais respeitados escritores brasileiros no exterior. Tem, entre os símbolos de suas obras, os livros “Gabriela Cravo e Canela”, “Dona Flor e seus Dois Maridos”, “Tieta”, e “Teresa Batista Cansada de Guerra”.

Pelos grandes serviços prestados ao país e que, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e, de acordo com as tradições da Casa, requeremos que sejam prestadas as seguintes homenagens:

? Inserção em ata de voto de profundo pesar;

? Apresentação de condolências à família, à Assembléia Legislativa, ao Governo do Estado da Bahia e à Academia Brasileira de Letras; e

? Representação nos funerais.

Sala das Sessões, 7 de agosto de 2001. – Senador Antonio Carlos Júnior – Senador Paulo Souto – Waldeck Ornelas – Maguito Vilela – Hugo Napoleão

REQUERIMENTO Nº 410, DE 2001

Requeremos, nos termos dos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do escritor Jorge Amado, que morreu no último dia 6.

Justificação

O escritor Jorge Amado merece uma homenagem de toda a Nação brasileira. Não apenas por haver criado alguns dos personagens mais vibrantes e inesquecíveis da nossa literatura, habitantes de realidades cruéis mas profundamente humanas, e que carregam em si o registro dos costumes de toda uma região e uma época, mas também por ter sido sem pre possuído de um senso de responsabilidade quanto à importância social do escritor no processo de construção de uma cultura nacional. Sua vocação política e literária, seu senso de dever, sua profunda compreensão dos homens e das mulheres que observou, suas palavras sedutoras, sua intimidade com o povo, suas cenas recolhidas nos becos da cidade ou nos campos de cacau, nas areias das dunas ou nas alcovas dos sobrados, nos deram um rosto mais nítido, mais completo, mais brasileiro. Jorge Amado registrou em sua obra muitas das características da nossa sociedade,

imortalizando uma realidade que é apenas nossa, e por isso tão reconhecida e universalmente aceita. Sua participação na construção de nossa alma nos deixa uma herança que se tornará cada vez mais imprescindível neste mundo em que tantas identidades têm sido esmagadas em nome de uma hegemonia cultural entrelaçada a interesses econômicos cegos e devastadores. Sua clara intenção ideológica, de homem comprometido com o povo, com os pobres, com os problemas sociais, com a liberdade, dão a sua obra uma dimensão transcendente, encontrada por exemplo em Dickens, sua grande paixão literária, ou em Tólstói. Jorge Amado soube interpretar sua vivência nas ruas de Salvador, nas fazendas de cacau em Ilhéus, nos candomblés, nas rodas de capoeira, nas feiras e mercados, nas prisões em que tantas vezes foi jogado, nas praças públicas em que seus livros foram queimados, transformando-a em questões significativas para a compreensão da existência humana. É de homens assim que se constrói uma nação viva, justa, poderosa e feliz.

À Zélia Gattai, aos seus filhos Paloma e João Jorge a todo povo baiano que tanto o amava e ama, o nosso sentimento de pesar e solidariedade nesse momento.

Sala das sessões, 7 de agosto de 2001. – Senador Eduardo Suplicy – Senador Carlos Wilson.

REQUERIMENTO Nº 411, DE 2001

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, homenagens de Pesar pelo falecimento do escritor baiano Jorge Amado:

a) inserção em ata de voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família; ao Estado de seu nascimento e às entidades culturais de nosso País.

Sala das Sessões, 7 de agosto de 2001. – Senadora Marluce Pinto.

REQUERIMENTO Nº 412, DE 2001

Com fundamento no disposto no art. 218, inciso III alínea c, do Regimento interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a inserção em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento, ontem, em Salvador, do renomado e querido escritor brasileiro, Jorge Amado, com envio de mensagens de condolência à sua família.

Justificação

É com profunda tristeza que solicito esta manifestação de pesar do Senado Federal sobre o falecimento do maior escritor Contemporâneo brasileiro, Jorge Amado, que morreu ontem, às 19h30min, de insuficiência cardíaca.

Jorge Amado, baiano de Itabuna, que era membro da Academia Brasileira de Letras há 40 anos, deixa a mulher, a também escritora Zélia Gattai, 85, com quem era casado desde 1945, e os filhos João Jorge, 54, e Paloma 50. Ele completaria 89 anos na próxima sexta, dia 10.

Os numerosos associados à sua produção literária são superlativos. Jorge Amado vendeu mais de 20 milhões de exemplares em mais de 46 países em 36 idiomas.

Com a falta de Jorge Amado, a Bahia, o Brasil e o mundo perdem o contato fluídico do homem consigo mesmo. A realidade para Jorge Amado é a que se encontra nas ruas – às vezes muito sujas –, no peso da linguagem real do cotidiano trágico-cômico, na crueza da dor e da alegria contagiante de seu maior personagem – o povo.

Sala das Sessões, 7 de agosto de 2001. – Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Os requerimentos que acabaram de ser lidos dependem de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Junior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (PFL – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, nos últimos meses, Jorge Amado mais uma vez prendeu a atenção dos brasileiros. Desta vez, infelizmente, o desfecho nos cobre a todos de tristeza. Perdemos o maior contador de história da Bahia. O maior que ela deu ao País. O maior que o Brasil conheceu.

Por mais que a Bahia procurasse se preparar, esse desfecho que afinal se deu calou fundo em nossa alma, marcando-a com uma inenarrável sensação de perplexidade e perda.

Jorge Amado há muito não pertencia à Bahia. Sua obra transcendeu, desde sempre, os limites de sua terra. No Brasil, são mais de 20 milhões de livros vendidos.

A Bahia sofre. Sofre a dor doída da perda de um de seus filhos mais queridos. Daquele que é,

sem dúvida, no presente momento, o mais ilustre e que encarnou, realmente, a legenda de inteligência e talento em tudo que pudesse expressar o sentimento não apenas dos baianos, mas do povo brasileiro.

Sr. Presidente, Jorge Amado nos legou uma herança literária sem tamanho. Uma obra fértil em personagens de conteúdo psicológico riquíssimo, extraídos, em sua maioria, do cotidiano baiano, mas que se mostraram mais que baianos, mais que brasileiros.

O que é, se não universal, uma obra publicada em mais de 60 países, em mais de 40 línguas?

O Jorge Amado conhecido de todos é o Jorge contador de histórias. O Jorge sensual de Gabriela, de Tieta, de Esmeralda, de Dona Flor, de Tereza; das tramas bem urdidas que, com malícia e talento, criaram um universo paralelo do cotidiano, influenciado pela realidade e a ela influenciando.

Mas o Jorge homem público é inesgotável.

Na Assembléia Constituinte de 1946, integrando o Partido Comunista Brasileiro, no esplendor de sua juventude, demonstrou com seu espírito combatente o posicionamento político que marcaria e traria conseqüências à sua vida.

O comunista que, como Deputado Federal, lutou pela liberdade religiosa. Perseguido, cassado, preso, exilado, jamais abdicou de sua crença; jamais deixou de amar e ser amado por sua terra; de demonstrar esse amor a cada passo de sua trajetória.

Homem de posição ideológica firme, foi admirado por todos os setores da vida nacional.

Deixando à margem as atividades partidárias por imposição de uma conjuntura adversa, entregou-se de corpo e alma à literatura, trazendo em suas obras a marca de suas convicções, que nunca o impediram de conviver com pessoas que abraçavam caminhos diferentes no campo da atividade política.

O imortal da Academia que lutou contra a censura, que biografou Luiz Carlos Prestes, o Cavaleiro da Esperança, que teve o seu valor reconhecido e premiado dezenas de vezes na Bahia, no Brasil e no exterior.

Para mim, Jorge Amado tem um significado especial. Nossas famílias têm toda uma vida em comum. São mais de trinta anos de um estreito, carinhoso, fraternal e doce relacionamento. O amor por nossa terra e nossa gente forjou e fortaleceu essa

união. Por mais que me esforce, faltarão adjetivos que me permitam qualificar o que essa convivência significou e permanecerá significando para nós.

Uma carta de Jorge Amado a meu pai, que orgulhosamente a exibia em seu gabinete, e lá permanece comigo, dá bem a dimensão dessa convivência. Permito-me reproduzir um pequeno trecho, solicitando que sua íntegra faça parte deste meu pronunciamento e figure nos Anais desta Casa.

“Querido Antonio,

Somos do teu tempo e da tua terra e, como se isso não bastasse, gozamos da tua amizade e da amizade dos que te cercam”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sei muito bem como a dor transpassa o coração quando perdemos uma pessoa querida. Mas também sei, Sr. Presidente, como o tempo nos ensina que ela permanece presente em nossas lembranças por meio de suas obras, ensinamentos e exemplos.

Assim será com o amado Jorge.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por isso o seu desaparecimento não poderia deixar de ser registrado desta tribuna e, ao fazê-lo, desejava que esta Casa se associasse ao luto, ao pesar, à compulsão que envolvem, hoje, toda a nossa gente baiana.

Com profunda tristeza na alma e a certeza de que essa dor se transformará em uma doce e orgulhosa lembrança, encaminhamos, o Senador Paulo Souto e eu, este requerimento de voto de pesar à apreciação dos nobres Pares do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTONIO CARLOS
JÚNIOR EM SEU PRONUNCIAMENTO,
INSERIDO NOS TERMOS DO ART. 210 DO
REGIMENTO INTERNO.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Souto para encaminhar a votação do requerimento.

O SR. PAULO SOUTO (PFL – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, baianos de todas as cores, de todas as raças, de todos os partidos políticos tiveram, talvez, a partir de ontem às 10h, o seu momento mais triste ao entrarem no Palácio da Aclamação. Lá estávamos todos recebendo o corpo de Jorge

Salvador, 4 de setembro de 1997

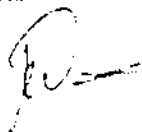
Querido Antônio,
Setenta anos! Quem diria! Tanto fizeste, tanto tens ainda a fazer pela Bahia, pelo Brasil, dedicação tamanha nunca se viu.

Os teus amigos estão orgulhosos de ti, mas não só os teus amigos. Toda a gente do povo, do povo simples, pensa em ti neste dia. És um exemplo a seguir, um exemplo a seguir. Ainda bem que existes e estás presente. Temos teu nome, é nossa bandeira e nosso privilégio, temos do que nos gabar, temos do teu tempo e da tua terra e, como se isso não bastasse, gostamos da tua amizade e da amizade dos que te cercam.

Zélia, João Jorge, Paloma e eu decretamos o dia de hoje feriado nacional e comemoramos na festa e na alegria, tua presença entre nós.

Viva Antônio Carlos
Primeiro e Único da Bahia!

Jorge Amado



Amado para a última homenagem que os baianos e os brasileiros lhe prestariam. Ali, o abraço afetuoso em Zélia, em João Jorge, em Paloma, em James, enfim, em todos os seus familiares representava o abraço que, sem dúvida, todos os brasileiros e baianos gostariam de dar para demonstrar sua tristeza.

Mas, se é verdade que aquele era um momento triste para todos nós, não deixa também de ser verdade que a morte de Jorge Amado não invalida as passagens de sua vida. Jorge Amado não é um imortal apenas porque pertencia à Academia Brasileira de Letras. O que o immortaliza, sem dúvida, é a riqueza de sua obra, são os personagens que ficaram populares no rádio, na televisão e no cinema, tornando sua obra conhecida de todos os brasileiros e também além de nossas fronteiras.

Ontem alguém dizia, com muita propriedade, que a literatura brasileira realmente não seria conhecida no estrangeiro não fora a obra desse grande brasileiro e grande baiano.

A sua generosidade e a sua doçura foram forjadas no seu convívio com os baianos. Ele representava bem o que chamamos de sentimento de "baianidade". Ninguém o representava como ele. E ele conseguiu reproduzi-lo nos seus livros e na sua obra.

Por isso, nós que presenciamos, ontem, aquele momento de tristeza – falo aqui também em nome do Senador Waldeck Ornélas – dirigimo-nos ao Senado Federal para dizer que consideramos justas todas essas manifestações de pesar, que, certamente, serão encampadas pela grande maioria dos Senadores aqui presentes.

Dessa forma, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Bahia se sente contristada. A Bahia sente que perdeu um grande filho, um grande brasileiro. Nós, da Bahia, não perdemos apenas o escritor que honrou o Brasil, mas perdemos um filho ilustre, perdemos um grande amigo, aquele que immortalizou, por intermédio de seus personagens, o nosso Estado, e levou para todo o mundo as paisagens mais diversificadas da nossa querida Bahia.

Por isso, estamos aqui, hoje, participando, juntamente com o Senado Federal, desse momento de tristeza, mas certos de que a obra deixada por Jorge Amado vai immortalizá-lo, será reproduzida para sempre e deixará um grande exemplo desse baiano e brasileiro que soube honrar o nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Hugo Napoleão, Líder do PFL.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI. Para encaminhar a votação.) –

Sr. Presidente, em nome da Liderança do Partido da Frente Liberal venho trazer a minha palavra de saudade, secundando o requerimento dos Senadores Antonio Carlos Juniores e Paulo Souto, que também tive a honra de assinar.

A Nação chora, Sr. Presidente, a perda de um de seus mais notáveis filhos, que teve uma atuação destacada e significativa em todos os setores da atividade brasileira e internacional. Poucos como ele terão tido uma abrangência tão grande, tão expressiva e tão intensa quanto Jorge Amado. Seus livros, sua obra foi publicada em dezenas de línguas, uma delas o farsi.

Quando o meu pai foi Embaixador do Brasil naquele país, no tempo do Xá, Jorge Amado, que era seu amigo dos tempos de juventude, pediu-lhe que conseguisse uma tradução em farsi do seu O Cavaleiro da Esperança. As mais variadas nações, o diversos países, parece que todos absorveram a obra de Jorge Amado, tão variada, tão genuinamente baiana, tão autenticamente brasileira.

A caracterização de seus personagens era, sem dúvida alguma, algo de essencialíssimo. Era um deleite folhear as páginas e ainda o é – e por muito tempo o será –, e ler os romances de Jorge Amado. Começam com O País do Carnaval, já consagrado na admiração de Agripino Grieco, grande crítico literário, que lhe valeu um passo para Suor, para Mar Morto e para Jubiabá. Depois, uma verdadeira pletora com as publicações de Gabriela, Cravo e Canela, Tereza Batis-

ta Cansada de Guerra, Quincas Berro D'água, etc. Enfim, uma obra interminável.

É interessante notar a firmeza das suas atitudes: a sua filiação e a sua lealdade ao Partido Comunista, que terminou em cassação. Fui advogado de prisioneiro político, portanto, sei o que significa ser um cassado.

Jorge Amado foi para o exílio, para a França. Amava Paris e, ali, fez relacionamentos dos mais variados no mundo intelectual: Sartre, Simone Signoret e até mesmo teve um encontro com Albert Camus. Mais do que isto: encontrou-se, também, com o escritor colombiano Gabriel Garcia Marquez, cuja obra é tão vasta e tão rica.

Aproximou-se dos intelectuais das letras e dos intelectuais da música: Georges Moustaki, Harry Belafonte, Yves Montand, enfim, cantores e cantoras de vários países do mundo. A todos encantava com o seu tom, com a sua marca de simplicidade.

Nesta Casa, registro a amizade que teve com dois colegas nossos: o ex-Senador Antonio Carlos Magalhães e o Senador e ex-Presidente José Sarney. Eram seus amigos diletos, companheiros de várias horas.

Portanto, Jorge Amado era assim, admirado pela esquerda, pela direita, pelo centro e pelas alturas da consciência nacional. Basta olhar os jornais de hoje e observar as suas fotografias ao lado de populares na querida Bahia; senta do nas calçadas do Pelourinho ou caminhando com José Saramago, também seu amigo, e, muitas vezes, com cantoras e cantores baianos. E, claro, que brasileiros!

É isso o que encantava em Jorge Amado. Equilibrava a grandeza de sua inteligência com a simplicidade, quase inocente, da sua bondade.

Certamente, está garantida a sua passagem para o destino.

Para encerra essas singelas e modestas, mas sinceras palavras, Sr. Presidente, eu gostaria de lembrar Eduardo Portella, meu antecessor no Ministério da Educação. Um nome laureado pela crítica literária, inclusive por meio da revista *O Tempo*, que tão bem conduziu; sendo hoje Presidente da Biblioteca Nacional e membro da Academia Brasileira de Letras. Disse ele: "Desaparece o escritor virtuoso, a vida do escritor virtuoso, e começa a vida do escritor virtual".

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Senador Bernardo Cabral para encaminhar.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não tinha ideia de que fosse falar após o Líder Hugo Napoleão, até por que S. Ex^a o fez em nome de todos os integrantes do Partido ao exercer o múnus da liderança.

Eu pensava quealaria depois de Antonio Carlos Júnior, uma vez que eu queria ouvir a voz dos baianos. Foi o que fez Paulo Souto, logo a seguir, mostrando que a Bahia perde um grande vulto. E eu queria falar depois de S. Ex^a para dizer que não só a Bahia perde um grande vulto, uma vez que Jorge Amado foi um cidadão do mundo.

Todas as loas que em vida lhe prestaram, em nenhum instante ele deixou de reconhecer que elas estavam abaixo das injustiças sociais pelas quais ele bradava, reclamava e das quais ele sempre conseguia lembrar que tinha sido vítima.

Por que então, Sr. Presidente, ocupou esta tribuna após esta explicação?

O convívio não foi muito grande. Não tive a felicidade de vê-lo nas vezes em que fui à Bahia, e uma delas na qualidade de Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados, mas havia uma ligação de afeto recíproco.

Em 1937, Jorge Amado deu à lume o seu *Capitães de Areia*, que não foi o primeiro livro. Ainda universitário, eu falava sobre isso, sobre a figura do Pedro Bala. Anos depois, ele me fez uma bela surpresa, que darei aos meus netos. Ele me enviou, em janeiro de 88, uma dedicatória carinhosa na sua edição belíssima de *Capitães de Areia*, com este poema em prosa:

"Para Bernardo Cabral, do seu velho admirador, com abraço cordial.

Jorge Amado.

Brasília, janeiro de 88".

Sr. Presidente, essa é a razão. Quero agradecer a quem prestou tantos serviços ao Brasil.

Ele era homem ligado ao mar, era uma espécie de marinheiro, e o interessante é que, já ao final, se recolheu à Bahia, assim como um marinheiro ancorado no cais de tantas recordações, e ficou lá, como um forasteiro que perdeu o hábito de partir. Era a sua Bahia.

Sr. Presidente, como brasileiro, quero deixar registrado que Jorge Amado, depois de muitos sofrimentos – porque foi até para a prisão e teve perda de mandato –, conseguiu deixar, com a marca do seu talento, as cicatrizes do dever cumprido em favor da sua Bahia.

Por tudo isso, Sr. Presidente, ele não é apenas um baiano que se foi. Ele é o brasileiro que perdemos.

Muito obrigado, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao eminente Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho um discurso aqui, escrito, e solicito que ele conste dos Anais da Casa.

Quero apenas parafrasear um conterrâneo de V. Ex^a, um grande brasileiro, companheiro nosso, o poeta Ferreira Gullar.

Hoje, em um artigo para o Jornal do Brasil, ele disse que as sociedades são invenções; invenções de todos nós, que somos integrantes dela. Na brasileira, nós brasileiros. E há aqueles grandes inventores. Jorge Amado começou inventando a Bahia e inventou o Brasil. Talvez, essa seja a maior homenagem que se lhe possa prestar. Ele é inventor do que nós somos, do Brasil. E, se era imortal, hoje ele se encantou.

A ele, a homenagem do PPS, do antigo Partido Comunista Brasileiro, a minha homenagem fraterna como Presidente do PPS e herdeiro do PCB, do socialismo, da utopia e de sonhos que Jorge Amado também teve, junto com a invenção do Brasil.

(SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SENADOR ROBERTO FREIRE.)

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, depois de ler os jornais de hoje, ouvir as emissoras de rádio e assistir aos programas especiais e noticiosos da televisão, falar de Jorge Amado, o maior escritor popular brasileiro de todos os tempos, é cair na repetição. O Brasil, triste, dobrou-se ante a história deste gigante da literatura mundial, deste Amado terno que amou o seu povo energicamente, munido sempre de sentimentos sinceros e por uma convicção democrática comum a poucos.

Poderíamos dizer que a vida de Jorge Amado é a síntese de tudo aquilo que se escreveu sobre o povo brasileiro. Como afirmou, dentro dele conviviam todas as raças. Diria mais, no seu interior também conviveram todas as cores, religiões, paixões, amores, culturas, construindo um forte sentimento de brasilidade ao mesmo tempo crítico e otimista.

Ódio era algo descartável na vida do escritor. Nem ódio de classe ele possuía mais, embora sempre afirmasse, até os últimos dias, a sua convicção fa-

vorável ao socialismo democrático, a sua grande utopia. Ao contrário da maioria dos mortais, tinha a capacidade de afirmar princípios sem deixar de gostar das pessoas, à esquerda ou à direita. Defensor do direito pleno à felicidade de todos os diferentes, ele foi uma espécie de fiador desta nação que ora ainda estamos consolidando, a nação da ninguentude, para utilizarmos um conceito original do também saudoso Darcy Ribeiro.

Muitos brasileiros passaram pelas fileiras do Partido Comunista Brasileiro, do qual o PPS é herdeiro. Um tanto nos orgulha, outro tanto não. Jorge Amado está no zênite da galeria que nos orgulha, acompanhado de Carlos Drummond de Andrade, Graciliano Ramos, Di Cavalcanti, Oswald de Andrade, Portinari, Caio Prado Junior, Artigas, Darcy Ribeiro, Prestes, só para ficar em alguns. Nunca chegamos ao poder, mas todos eles são nomes de escolas, universidades, avenidas, cidades, centros culturais no país imaginário dos nossos sonhos. Aliás, como diz o companheiro Ferreira Gullar – também testemunho vivo do nosso orgulho –, em brilhante artigo sobre Jorge Amado, dizendo-o inventor da sociedade brasileira que seria uma invenção de seus integrantes, todos esses citados, e outros lembrados junto ao Amado, são os nossos grandes e magistrais inventores.

O mais brasileiro dos baianos deixa para nós centenas, milhares de lições. Nestes tempos de fundamentalismos e intolerância religiosa no Mundo e, recentemente entre nós, de um certo recrudescimento de preconceitos, inclusive com o surgimento de fanáticos quebrando imagens de santos e, pior, alimentado pelo uso, para nós inaceitável, do discurso de teor político, não podemos esquecer o fato histórico de ter sido Amado, um materialista nem tanto, o autor da emenda constitucional que garantiu a liberdade de culto no Brasil. Sempre unindo, jamais dividindo.

Particularmente, lembro com emoção meus encontros com Jorge Amado, que já povoava a minha juventude, em Pernambuco, e que também está na raiz da formação de minhas convicções socialistas e democráticas. Em 89, em Paris, estivemos juntos em um jantar com jornalistas correspondentes brasileiros na casa do cientista Hildebrando – também comunista –, um dos expoentes mundiais das pesquisas referentes a doenças tropicais, hoje mergulhado na Amazônia.

Na campanha presidencial de 89, de Jorge Amado recebi apoio explícito, encontrando-nos no velho ideal socialista. No bairro do Rio Vermelho, em comício do PCB, lá estiveram usando o microfone, doce e conscientemente, Zélia Gattai e sua neta –

Amado descansava em casa, quase alcançável pelo som da praça. Só com esse fato, entre dezenas de outros, já pude me considerar vitorioso naquelas eleições, mesmo em dessintonia com as urnas. Aliás, as vitórias não precisam ser obrigatoriamente majoritárias e quantificáveis. Elas também vêm pela emoção, pela sensibilidade, por um simples e singelo gesto humano.

Jorge de todos os santos amou o seu povo com uma força inimaginável, mas acredito que colocou alguns gramas de força a mais no amor que tinha pela filha de anarquistas, graças a Deus, sua mulher. Envio nesse momento, para Zélia, em meu nome e no do PPS, um abraço fraterno, estendendo-o ainda aos filhos João Cláudio e Paloma, bem como aos seus netos.

Se Jorge Amado já era imortal, agora se encantou.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, Sr^{as} e Srs. Senadores, o escritor Jorge Amado merece a homenagem de toda a Nação brasileira, não apenas por haver criado alguns dos personagens mais vibrantes e inesquecíveis da nossa literatura, habitantes de realidades cruéis mas profundamente humanas e que carregam em si o registro dos costumes de toda uma região e uma época, mas também por ter sido sempre possuído de um senso de responsabilidade quanto à importância social do escritor no processo de construção de uma cultura nacional.

Sua vocação política e literária, seu senso de dever, sua profunda compreensão dos homens e das mulheres que observou, suas palavras sedutoras, sua intimidade com o povo, suas cenas recolhidas nos becos da cidade ou nos campos de cacau, nas areias das dunas ou nas alcovas dos sobrados, deram-nos um rosto mais nítido, mais completo, mais brasileiro. Jorge Amado registrou em sua obra muitas das características da nossa sociedade, imortalizando uma realidade que é apenas nossa, e por isso tão reconhecida e universalmente aceita.

Sua participação na construção de nossa alma nos deixa uma herança que se tornará cada vez mais imprescindível neste mundo em que tantas identidades têm sido esmagadas em nome de uma hegemonia cultural entrelaçada a interesses econômicos cegos e devastadores. Sua clara intenção ideológica, de homem comprometido com o povo, com os pobres, com os problemas sociais, com a liberdade, dão a sua obra uma dimensão transcendente, encontra-

da, por exemplo, em Dickens, sua grande paixão literária, ou em Tolstói.

Jorge Amado soube interpretar sua vivência nas ruas de Salvador, nas fazendas de cacau em Ilhéus, nos candomblés, nas rodas de capoeira, nas feiras e mercados, nas prisões em que tantas vezes foi jogado, nas praças públicas em que seus livros foram queimados, transformando-a em questões significativas para a compreensão da existência humana. É de homens assim que se constrói uma nação viva, justa, poderosa e feliz.

À Zélia Gattai, aos seus filhos, a todo o povo baiano, que tanto o amava e ama, o nosso sentimento de pesar e solidariedade neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também quero, em nome do PMDB, do povo goiano e dos Senadores Iris Rezende e Mauro Miranda, prestar as nossas homenagens a esse que foi o maior e melhor escritor brasileiro.

Suas obras não só encantaram o Brasil, mas o mundo, pois mais de cinquenta e cinco países tiveram acesso a elas, com dezenas de traduções, de forma que tudo o que foi dito é o que realmente sentimos.

Não só a Bahia perdeu o seu expoente, como o País perdeu o seu grande escritor o mundo perdeu Jorge Amado.

Deixo aqui as homenagens de Goiás e do PMDB.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero também, em meu nome, em nome da Liderança do Governo e do Estado de Roraima, associar-me ao requerimento de pesar pelo falecimento de Jorge Amado.

Sem dúvida nenhuma, Jorge Amado faz parte de nossas vidas. Aprendemos a viver, a sonhar, a sentir e a nos entreter com as histórias de Jorge Amado, com a sua forma de ver o mundo e com as lições que deu por intermédio do seu trabalho e da sua obra.

Hoje, o Brasil está mais pobre, pois perdeu um grande homem, visto como referência por várias gerações, e, sem dúvida alguma, esse fato merece ser registrado no Senado Federal.

Quero encaminhar favoravelmente a votação do requerimento e falar do nosso pesar pelo falecimento de Jorge Amado, ao tempo em que transmito ao povo baiano, à família de Jorge Amado e a Zélia Gattai os nossos mais profundos sentimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lúcio Alcântara, como último inscrito.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por mais que eu me esforçasse não poderia ser original na tarde de hoje, depois de ouvirem tantas manifestações sobre diferentes aspectos da vida e da obra de Jorge Amado.

Apenas quero trazer a voz do Ceará, Estado com o qual ele tinha ligações muito estreitas. Havia um cronista cearense, de quem ele era muito amigo, chamado Milton Dias, homem muito ligado à cultura cearense e à nossa realidade. Muitas vezes, Jorge Amado trocou com ele idéias e ouviu histórias contadas por Milton, que era um grande contador de histórias. Assim, havia esse estreito canal de comunicação, que se reforçava com um maranhense que também viveu muito tempo no Ceará, que foi Floriano Teixeira, grande pintor já falecido e ilustrador de várias obras de Jorge Amado.

Então, neste momento, quero apenas trazer a nossa solidariedade à família pela enorme perda não só da Bahia, mas do Brasil. No entanto, a Bahia é, de certa forma, o coração do Brasil. Quando levou a vida, a cultura baiana para suas páginas imortais, ele também levou a vida e a cultura brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador José Alencar.

O SR. JOSÉ ALENCAR (PMDB – MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Estado de Minas Gerais, que tenho a honra de representar, não poderia deixar de trazer o seu profundo pesar pela perda desse grande brasileiro que foi Jorge Amado.

Nós, em Minas, até reivindicamos o fato de Jorge Amado ser mineiro, mas lembramos, ao ler a sua obra, que foi a Bahia principalmente que o inspirou. Ele era baiano. Mas como a Bahia é Brasil, todos temos o direito de sofrer tanto quanto os baianos essa grande perda. Foi realmente uma perda do Brasil como um todo e, por que não dizer, uma perda de toda essa literatura, intelectualidade e representação dos grandes romancistas do mundo inteiro. Hoje estamos todos de luto.

É por isso, Sr. Presidente, que registro também a nossa participação no requerimento de pesar que o Senado presta à família Jorge Amado, especialmente na pessoa de sua querida esposa Zélia Gattai.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, também, como sergipano e admirador da vasta obra de Jorge Amado, prestar-lhe, nesta hora, uma simples, porém sincera, homenagem de alguém que, na mocidade, leu muitos dos seus livros, inclusive Teresa Batista, cansada de guerra, onde muitas cenas foram inspiradas no movimento social em Sergipe, o meu Estado.

Jorge Amado – podemos afirmar alto e bom som – foi o primeiro escritor contemporâneo que se alçou ao mundo como um grande literato, um grande escritor, lido em todo o planeta, narrando, nos seus livros, não apenas episódios típicos da Bahia, mas a grandiosidade da alma do povo brasileiro.

Por isso, Sr. Presidente, faço aqui este registro de saudade.

Jorge Amado, certamente, estará na memória de cada um de nós, imortalizado na sua obra.

A sua morte é realmente uma grande perda para todos os brasileiros. Mas fica o seu exemplo de tenacidade, a sua identificação com as raízes populares, com a nossa cultura, com a divulgação de tudo aquilo que representa a riqueza do nosso povo querido da Bahia e do Brasil.

Minhas homenagens, portanto, a esse brilhante escritor e à sua esposa, Zélia, também grande escritora.

A sua imortalidade está não apenas nas palavras que aqui foram proferidas, mas nas obras que honraram a inteligência brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não poderia deixar, neste momento, de registrar o profundo pesar não só do Estado de Rondônia, mas de toda a Nação pelo desaparecimento de Jorge Amado.

Aos seus familiares, os nossos votos de pesar.

Sr. Presidente, Jorge Amado, neste momento, deve estar diante do Criador, levando na bagagem essa produção imortal – e, diante de Deus, talvez, to-

das as suas angústias – poderá ele desfiar e ser muito mais feliz do que nós que ainda permanecemos com o mesmo sofrimento e a mesma dor de um povo que ele soube pintar com mestria, com beleza, com a estética e com a estrutura com que a palavra consegue encantar a todos.

Exatamente agora, quando ele sai do nosso convívio, poderíamos relembrar a idéia de Michelangelo, que, diante da morte, afirmou: “morrer: não ser nada; não ser mais ninguém; despojar-se da fascinação de si próprio”.

É esse vazio que o artista deixa de si mesmo, mas não de sua obra, porque ela há de desfiar os séculos. Com ele vai sobreviver a cultura nacional. Jorge Amado faz parte do grande acervo da memória deste País. Não tenho dúvidas de que sua obra sobreviverá para mostrar às gerações vindouras o que foi o retrato de um Brasil, sobretudo o dos excluídos, o Brasil de um povo que ainda tem esperança e sonha um dia ser feliz. Essa a mensagem que encontro na obra de Jorge Amado. Apesar de todas as mazelas da vida, das dificuldades, o homem tem ainda um projeto de felicidade.

É por isso que, nesta hora, ao dizer que a imortalidade não só o acompanhará, mas também o Brasil pelos séculos afora, por que essa literatura será lida e revivida, pois Jorge Amado encenou o Brasil para o mundo inteiro e para os brasileiros. É isso que fica na nossa memória; é isso que fica na quilombaia que reverenciamos.

O artista não morre. A arte sobrevive a todos nós, e há de sobreviver Jorge Amado com ela.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Coêlho.

O SR. JOSÉ COÊLHO (PFL – PE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não sei se devo falar como pernambucano ou como filho da Bahia, porque, desde cedo, eu pegava o trem que saía de Juazeiro, na Bahia, para Salvador, onde concluí o ginásio e o meu curso superior. Portanto, sou baiano por formação e pernambucano por nascimento.

Sr. Presidente, participei de todas as lutas acadêmicas que se desenvolveram desde 1934 a 1946, quando terminou a II Guerra Mundial. Convivi com os estudantes e com Jorge Amado, não na sua intimidade familiar, mas como companheiro de luta, naquela oportunidade em que se imaginava sair do Estado Novo para o regime democrático.

Jorge Amado foi cantado e decantado por todos os oradores que me antecederam, os quais descreveram a sua imagem de cidadão perfeito, completo e de uma inteligência que vai fazer falta à Bahia e ao Brasil. Jorge Amado era um homem humilde, um homem extraordinário, de uma visão espetacular. Poucos homens neste País foram tão próximos dos humildes como Jorge Amado. Nesta oportunidade, como baiano, não poderia deixar de dar uma palavra, quando um grande manto negro cai sobre a Bahia, deixando os baianos todos entristecidos e chorando.

A Bahia perde uma grande figura. Certamente que os baianos vão venerar a sua inteligência, a sua vivacidade, o seu contágio, enfim, todas as qualidades extraordinárias que ele possuía. E nós, que hoje estamos aqui, entristecidos, haveremos de, também, juntar tudo isso em favor dessa figura extraordinária, transferindo à sua família os nossos sentimentos, os nossos pesares, na certeza de que tudo o que estamos fazendo é em nome do que Jorge Amado merecia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PDT – DF. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje posso falar pelo meu Distrito Federal, por que os meus outros dois companheiros, representantes de Brasília, aqui não se encontram. Posso também falar em nome do meu Partido, o PDT, Partido que me recebeu com tanto carinho, Partido onde eu me sinto tão bem.

Eu gostaria de poder chorar uma lágrima maior, mas a minha modéstia só produz, como tudo o que sai de mim, coisas pequenas. Se pudesse, eu choraria lágrimas mais grossas. Jorge Amado foi, para mim, a surpresa de quem encontra um outro mundo. Mineiro, e mineirão mesmo, cheio de preconceitos e de limitações, respeitador de tabus, contra os quais iria lutar de pois, saí, uma vez, quando não era comum esse turismo, para conhecer a Bahia. E o fiz, escutando o chamamento de alguém com quem nunca pessoalmente convivi: Jorge Amado. Foi ele quem me despertou a curiosidade pela Bahia. Eu queria sentir o cheiro, ver as cores, sentir a euforia espontânea da Bahia. Eu queria conhecer um outro dia de religiosidade que não fossem aqueles dias tristes da velha Vila Rica, da nossa Ouro Preto, encapuzada, entristecida, silente e ensimesmada. Lá na Bahia, conheci um outro conteúdo do catolicismo. Que beleza um Finados na Bahia! Que beleza um janeiro, quando o povo lava a escadaria como se estivesse lavando a sua própria alma!

Fiquei lá em Itapoã trinta inesquecíveis dias, reconhecendo aquilo que Jorge Amado já havia, com a magia de seu espírito e com a agilidade de sua pena, transformado em curiosidade insopitável.

Jorge Amado não poderia deixar de ser socialista, não poderia deixar de ser comunista. Mas, quando ele o foi – e foi deputado pelo Partido Comunista, deputado cassado –, ao deparar com a rigidez, com as paredes frias, com as informações longínquas daquilo que estava acontecendo, por exemplo, no ditosocialismo real, na União Soviética, a sensibilidade humana de Jorge Amado não poderia ser engaiolada dentro da rigidez daqueles princípios e daquela prática em grande parte desumana.

De modo que a sua humanidade, o seu socialismo humano, a sua visão de um futuro digno do homem, amplo, livre, em que a liberdade realmente fosse a liberdade de alimentar, de fazer sexo, de amar, de se entusiasmar, em que a liberdade fosse a liberdade política da expressão, sempre as, essas liberdades que sempre animaram Jorge Amado não encontraram, e não poderiam encontrar, espaço, não poderiam respirar dentro do Partido Comunista Brasileiro, no qual entrou e do qual foi um militante. Obviamente um militante constrangido, um militante menor, não tão grande quanto foi em outros momentos em que a liberdade para o seu espírito, para a sua criação, se mostrava infinita.

Agradeço o espaço que me foi dado. Eu estava ali, disposto a escutar os importantes e sensíveis pronunciamentos que me antecederam, mas não poderia deixar de dizer essas palavras.

Penso que, no final deste mundo encantado de Jorge Amado, ele se transformou em um de seus personagens. Será que não foi Jorge Amado que, rodeado de seus amigos cachaceiros que foram assistir ao seu funeral, levantou-se de seu caixão e saiu por aí, brincando de baiano, engrandecendo a Bahia e o Brasil?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também quero deixar registrada, nesta sessão memorável, uma expressão do Rio de Janeiro. Afinal de contas, Jorge Amado é um escritor brasileiro, talvez o escritor brasileiro mais conhecido no mundo inteiro. Desempenhou um papel essencial na história da literatura como pioneiro de uma literatura moderna, que estimulou e ins-

pirou a juventude dos anos 40 e 50. Tive o interesse pela literatura despertado pelas obras de Jorge Amado, especialmente Jubiabá, Mar Morto, Capitães da Areia. É precisamente desse período de juventude que me vem nesta hora a recordação mais amável e gratificante do contato que tive com essa grande figura brasileira, exatamente nesse período, quando Jorge Amado era comunista. Esta é que é a verdade. Eu era estudante, pertencia à juventude comunista. Eu estudava engenharia, mas cantava; eu era cantor e cantava peças tanto folclóricas quanto de música erudita.

Jorge Amado gostava das coisas que eu cantava, muito especialmente de uma balada, cuja poesia foi escrita por Ethel Rosenberg, esposa de Julius Rosenberg, casal condenado à morte nos anos 50, por uma suposta ação de espionagem nos Estados Unidos, o que provocou uma reação mundial muito grande. Ethel Rosenberg deixou esta balada escrita e Edino Gieger, nosso grande compositor, expoente da nossa música hoje, musicou essa balada e eu a cantava. Jorge Amado gostava especialmente dessa peça e me convidava a eventos no País e fora dele exatamente para me apresentar cantando essa balada. Lembro-me de que vim a Goiânia, nos anos 50, e fomos acolhidos pelo então Governador Pedro Ludovico, sediando um Congresso Brasileiro de Intelectuais, por volta de 1954 por aí, não me recordo exatamente. Compareci, e Jorge Amado foi o grande líder desse Congresso, por ser a figura do Partido Comunista mais acatada e mais respeitada, de maior destaque nos meios intelectuais, e ele praticamente promoveu esse congresso e me convidou a participar dele. Eu lá estive.

Convidou-me a participar do Congresso Mundial da Paz, em Helsinque, do Festival da Juventude, em Varsóvia, e, em seguida, a integrar uma delegação de artistas brasileiros na União Soviética. Fomos juntos, sempre.

Tivemos essa convivência muito próxima naquele tempo, que depois perdeu-se na medida em que deixei essa atividade, que me tornei um engenheiro e um economista, e ele continuou; mas depois, também separou-se do Partido Comunista e eu deixei a Juventude, ingressei no Partido Socialista.

Enfim, separamo-nos; mas ficou essa lembrança amável que para mim é comovente neste dia de hoje, quando apreciamos o voto de pesar pelo falecimento deste que foi um expoente da literatura brasileira, com o seu caráter de pioneirismo na forma dos seus romances e especialmente no levantamento da

questão social, que era, para ele, fundamental, essencial na missão do escritor, do romancista.

Sr. Presidente, fica aqui o registro de uma voz do Rio de Janeiro, pesarosa por essa perda inestimável; a voz de quem foi chamado à literatura pelas obras dele e uma voz de quem compartilhou, na juventude, um ideal muito forte, animador, motivador, que nos movia a todos, em busca da utopia internacional da fraternidade entre todos os seres humanos. Registro o meu pesar pelo falecimento dessa figura imorredoura, o escritor brasileiro Jorge Amado, a quem eu e o meu Estado, o Rio de Janeiro, prestamos homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concede a palavra ao eminente Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Sem Partido – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o meu Estado, o Pará, também não poderia deixar de render homenagem a Jorge Amado, falecido ontem na Bahia. O Brasil todo está triste.

Na obra de Jorge Amado, o povo brasileiro tinha horas de lazer, de satisfação e de grande esperança. Mas essa esperança continuará a existir. Hoje, os personagens de Jorge Amado não são apenas brasileiros, mas internacionais. Seu romance Gabriela, Cravo e Canela, transformado em novela, foi transmitido pela grande instituição de comunicação Rede Globo para vários países. Desse modo, o artista brasileiro pôde mostrar a sua capacidade de expressão e ser reconhecido internacionalmente. Suas obras, aqui lembradas pelos Senadores que se manifestaram, são marcas para a juventude, para as crianças, para todos os brasileiros.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concede a palavra ao nobre Senador Paulo Hartung.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Roberto Freire já falou em nome do nosso Partido, o PPS, registrando todo o nosso orgulho por este grande baiano, este grande brasileiro, Jorge Amado, e que estará sempre entre nós, na nossa vida cultural, por meio de sua obra.

Respeitando o tempo da sessão – já fui alertado pelo Presidente – desejo apenas, em nome da Bancada capixaba, do Senador Ricardo Santos, do Senador Gerson Camata, e em nome do povo do Estado do Espírito Santo, dizer da nossa tristeza aos familiares de Jorge Amado, ao povo baiano, ao povo brasileiro,

por esta grande perda nacional, para um País que precisa ver reconhecidas sua cultura e sua identidade.

Portanto, fica o nosso registro, o meu e o dos capixabas, da dor e da tristeza pela perda de alguém tão importante para um País que tentava buscar o seu caminho, sua trajetória, sua afirmação cultural.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SR. SENADOR PAULO HARTUNG.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em nome de PPS, queiro registrar o nosso pesar pela perda de Jorge Amado que, antes de ser o grande homem das Letras, era um cidadão preocupado com os destinos do Brasil. Foi através de suas obras que ele refletiu o nosso País, captando a alma brasileira a partir da Bahia, e fez a nossa literatura inserir-se no plano internacional, abrindo as portas do mercado editorial para obras de outros autores.

Jorge Amado interpretou este Brasil eclético, heterogêneo e multifacetado, traduzindo todo nosso sincretismo através dos personagens que habitaram suas obras, retirados do imaginário popular baiano, com toda sua cara de paixão, sensualidade e tensão.

O legado literário de Jorge Amado é inestimável. Suas obras, que foram publicadas em mais de 50 países, tendo vendido mais de 100 milhões de exemplares em todo o mundo, falam de um Brasil de carne e osso, o Brasil dos trabalhadores que suam suas camisas no cais do porto, o Brasil da diversidade religiosa, dos trabalhadores rurais nas plantações de cacau, das prostitutas, dos menores abandonados, dos imigrantes e das populações ribeirinhas.

Seus livros retratam o Brasil como um grande mosaico, imortalizando personagens como Gabriela, Dona Flor, Vadinho, Teobaldo, o turco Nacib, Teresa Batista, Tietê e tantos outros que são a imagem fiel de um país que, apesar de todos os contrastes, tem esperanças. Seus temas são variados, do lirismo de amores impossíveis em *Mar morto*, passando pela denúncia da miséria e da exploração política da seca em *Terras do sem fim*; retratando o universo dos meninos de rua em *Capitães de areia*, ou mostrando a sensualidade e os costumes em *Gabriela, cravo e canela* e *Os velhos Marinheiros*. Jorge Amado escreveu a verdadeira literatura brasileira, dentro de um padrão estético e psicológico fiel às nossas origens afro-portuguesas, na mesma linha de um Sérgio Buarque de Holanda e de um Gilberto Freyre, que fizeram uma brilhante interpretação sociológica do Brasil.

Jorge Amado honra não só a cultura nacional, mas também o PPS, pois foi um histórico membro do extinto PCB. Foi deputado federal em 1945, assumindo-se como um “escritor do partido”, dada sua formação marxista e seu repúdio ao Estado Novo e ao nazifascismo europeu. Sofreu perseguições, exílio e prisões, foi cassado em 1948, e seguiu para a Tchecoslováquia, só retornando ao Brasil em 1956. Nosso velho comunista abandonou a luta partidária, mas não as idéias, convencido de que, através da literatura poderia contribuir, melhor do que na vida parlamentar, para pensar criticamente o Brasil. E o fez sem desvirtuar-se de seu sentimento de amor ao País, à sua gente, à Bahia e aos livros, com a mesma simplicidade com que viveu. Para ele, “o socialismo é o futuro. A queda do muro de Berlim significou o fim de ditaduras medonhas que existiam em nome do comunismo, mas não eram comunismo”.

Foi um escritor avesso à intelectualidade, porque acreditava mais na simplicidade do que na futilidade, por isso sua obra permanecerá entre as mais destacadas de nossa literatura e uma das mais traduzidas no mundo inteiro, porque o escritor não se dissociou do homem, não se fechou no hermetismo vocabular, nem deixou que o pedantismo intelectual ofusasse as pessoas. Ele sempre esteve perto do povo e esse povo, com o qual conviveu, é que forneceu matéria e circunstância para seus romances de sucesso.

Esse é Jorge Amado, um homem que amou a vida, as pessoas, foi fiel aos amigos, e, acima de tudo, contou com a parceria, a solidariedade e a cumplicidade de sua mulher, a escritora Zélia Gattai, com quem viveu uma vida de intensa parceria pessoal e literária.

De Jorge Amado fica uma grande lição para todos nós, e quero aqui destacar uma de suas falas, que exemplifica muito bem o caráter de sua escritura: “É ótimo que os escritores sejam cultos, lidos. Mas nada disso servirá, se eles não viverem ardentemente a vida, não amarem os homens, as coisas, as paisagens, não se misturarem intensamente à vida. Se não o fizerem, ficarão livrescos, e essa é a pior desgraça que pode suceder a um escritor”.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, embora em poucas palavras, eu não poderia deixar de falar do desejo de abraçar a família do grande escritor, ensaísta e romancista Jorge Amado, o maior escritor que o Brasil

já conheceu, e todas as famílias brasileiras, porque o luto é de todos nós, brasileiros.

Sr. Presidente, se o nobre escritor Jorge Amado tivesse conseguido implantar as suas idéias no campo político, ainda que não tivesse escrito qualquer obra, o Brasil seria um País muito diferente, pois ele sempre pensou na verdadeira democracia social.

O Brasil está de luto e chora a sua morte. Falar da morte de Jorge Amado parece paradoxal, porque ele é um grande imortal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sou um paraense baiano, ou um baiano paraense e, como todos, sinto profundamente a morte de Jorge Amado.

Não convivi com ele, mas vivi, na minha adolescência e juventude, junto ao povo com quem ele viveu, um povo cuja vida ele relatou de maneira inigualável. Não conheço outro escritor que tenha retratado tão bem o povo humilde, pobre, sofrido, e que tem as mais diversas e imagináveis crenças. Não conheço outro escritor tão entrosado, tão real naquilo que escrevia como foi Jorge Amado.

É uma pena para o Brasil e para o mundo a sua morte.

Jorge Amado levou o nome do nosso País e o da Bahia para todo o planeta Terra. Além de brilhante escritor, de ter sabido observar e interpretar a vida do povo simples da Bahia, foi político que orgulha a todos nós. Somente um homem sensível, um socialista, poderia falar do povo como ele o fez.

De forma que não apenas as suas obras, o relato da vida do povo com quem ele conviveu, mas fundamentalmente as suas idéias políticas devem ser preservadas e devem servir de exemplo para todo o povo brasileiro, principalmente para os políticos. Seria muito interessante se os políticos do Brasil observassem Jorge Amado na sua capacidade literata, mas, fundamentalmente, no seu pensamento e na sua dedicação política.

Assim, la mento pelo Pará, pela Bahia, pelo Brasil, pelo PSB a morte de Jorge Amado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, quisera eu, neste

instante, dispor de capacidade ou poder incorporar mesmo o imenso talento de Jorge Amado para lhe prestar uma homenagem merecida, digna de sua capacidade literária. Ao lado de Graciliano Ramos, José Lins do Rego e Raquel de Queiroz, ainda que estejam claras as diferenças estilísticas, Jorge Amado é o romancista nordestino que representa o emblema da inventividade. É um ficcionista contemporâneo e em constante evolução.

Todas as suas sagas estão ambientadas na Bahia. Aprendeu como ninguém o cotidiano de sua realidade, de romantismo e o cenário mítico de sua terra, nela projetando seus personagens, que já estão eternizados na memória brasileira. Nacib, Gabriela, Dona Flor e Tieta, graças à força imagética de seus romances, conquistaram o mundo pelo cinema e pela televisão.

Suas primeiras ficções como País do Carnaval, Jubiabá, Mar Morto e Capitães da Areia estão permeadas de intencionalidade política e social. São obras que denunciam a decomposição social, evidenciam a luta de classes dentro de um País, à época, subpolitizado. Jubiabá, sem dúvida, é a melhor representação desse período.

São páginas escritas no período em que Jorge Amado teve uma intensa atividade política no Partido Comunista, pelo qual foi Deputado. Mesmo com a reserva de alguns críticos, Jorge Amado soube ousar e avançar. Sintetizou em suas obras a alma do povo brasileiro. O sincretismo religioso, a convivência, a tolerância e o pacifismo estão sobejamente espelhados nos romances: Gabriela, Cravo e Canela, Tenda dos Milagres, Tieta do Agreste, Teresa Batista Cansada de Guerra, Tocaia Grande e no autobiográfico Navegação de Cabotagem.

Ao lado de Graciliano Ramos, Guimarães Rosa e Machado de Assis, Jorge Amado é, inquestionavelmente, um dos maiores ficcionistas da história literária brasileira e, sem dúvida, o autor nacional mais conhecido no mundo. As traduções de suas sagas já alcançaram mais de sessenta países e sua importância literária é indiscutível.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, a Bahia hoje está desidratada. Perde a intensidade de suas cores, a pujança de seus aromas, o vigor de sua mística. A Bahia, particularmente, e o Brasil estão órfãos de quem melhor viu, interpretou e fabulou aquele Estado e o Brasil, conseqüentemente.

Que Jorge Amado descanse em paz na sua amada Bahia.

Sr. Presidente, como Líder do PMDB, suponho estar expressando o sentimento de todos os membros da nossa Bancada, apoiando a aprovação desse requerimento.

Antes de encerrar, solidarizo-me com a família, na pessoa da também escritora Zelia Gattai, e sugiro, em boa hora, que o Governo brasileiro encampe a indicação de Jorge Amado para o Nobel de Literatura.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, último orador inscrito.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, não há nenhuma dúvida de que Jorge Amado praticamente criou a Bahia que conhecemos. Como representante do Rio Grande do Sul, sou um dos que subscrevo o requerimento de pesar pela morte desse que foi talvez o maior escritor que falou sobre o Brasil.

Hoje é um dia de muito sofrimento para nós, não apenas pelo grande escritor, o extraordinário escritor, Jorge Amado era mais do que um escritor. A figura humana de Jorge Amado, a sua vida, a sua trajetória e as suas preocupações são de uma profundidade, de um conteúdo tal que faz com que nos apaixonemos, porque não há nenhum de nós que não tenha passado muitas e muitas horas vibrando, lendo os livros de Jorge Amado, ou momentos emocionantes vendo os filmes que retrataram suas obras.

Mas Jorge Amado era um extraordinário homem público. Deputado constituinte, lutou na sua mocidade contra o Estado Novo, na busca pela implantação da democracia. E aconseguiu, junto com tantos, num dos momentos mais emocionantes da vida brasileira, que foi a Constituinte de 1946. Ali, homens de grande cultura, de grande competência, de pensamento jurídico e social os mais diferentes se uniram para fazer uma extraordinária Constituição. Reli os debates da Constituinte de 46. Senti o que é uma Constituição feita por pessoas que conhecem, que vibraram, que viveram o seu País. Aqueles que, exilados pelo Estado Novo, vieram dos mais recônditos países do mundo, voltaram à sua terra e, pelo voto popular, vieram para a Constituinte; e daqueles que ficaram aqui batendo palmas, inclusive para o sistema, mas que tinham que se adaptar à nova realidade.

Foi um grande momento aquele da Constituinte de 1946, com grandes figuras, grandes juristas, grandes parlamentares e grandes culturas, principalmen-

te, porque cada uma delas tinha uma vida de sacrifício, de lutas, de sangue e de suor pela sua pátria.

Infelizmente, a vida é assim mesmo, aquela mesma gente magnífica, que fez a extraordinária Constituição de 46, num gesto mesquinho, até hoje incompreensível, cassou o mandato dos seus irmãos constituintes e deixou fora da lei o Partido Comunista Brasileiro, o que foi um erro sob todos os pontos de vista, sob o ponto de vista ético, moral e político. Eram pessoas que deviam se constituir, se organizar, para debater, discutir e defender aqui as suas idéias. Eram a minoria; poucos, é verdade. Cassados, passaram a fazer a política do anticomunismo, perseguindo, prendendo e inventando as mais sérias e variadas razões contra um grupo que até ontem — e agora, pelo que se vê em alguns jornais, tentam refazer — existia na tese do anticomunismo. Mesmo assim, esse grande brasileiro que percorreu congressos do mundo inteiro a favor da paz, que participou de reuniões e conferências político-intelectuais pelo mundo afora a favor da paz, continuou a sua trajetória. E aqueles livros, Sr. Presidente, como *Capitães da Areia*, que, na minha mocidade, emocionaram-me? Dizia que, tal vez, tenha sido das obras a que mais fundo tocou a minha sensibilidade e cobrou de mim uma resposta, uma reação, fosse ela qual fosse, ainda que utópica. O Jorge Amado de *Capitães da Areia* continua. E, de certa forma, de maneira emocionante e fantástica, o líder político, o líder intelectual, o líder social, escolheu uma fórmula diferente para subir e ocupar as alturas da literatura. Considero a obra de Jorge Amado como *A Comédia Humana*, de Balzac. Vemos aquelas criaturas que ele criava e que apareciam num romance, daqui a pouco noutro e parecia que eram criaturas que estavam à nossa roda. Os personagens criados pelo nosso querido baiano eram realmente cada um à sua feitura, cada um ao seu jeito.

Jorge Amado é um autor que se deve ler e reler nas entrelinhas. Deve-se ver o sentido do deboche, da flauta, da ironia, da forma como ele apresenta. Mas tem que se ler. O conteúdo mostra o desmando social e os equívocos praticados naquela sociedade. Mas Jorge Amado era um retratista. Darcy Ribeiro, quando escreveu o seu livro *O Povo Brasileiro*, dizia: “Escrevo o livro *O Povo Brasileiro* porque existe a raça brasileira, que se está constituindo. A raça brasileira, que não tem igual no mundo, porque se constituiu da mescla das outras raças”. Vemos, nos Estados Unidos, negros isolados ali, africanos ali, latino-americanos ali, japoneses ali, chineses ali, italianos ali. Já no Brasil, mesclou-se e daí surgiu a raça brasileira. É o que faz o nosso Jorge Amado na sua

obra: ele mescla as raças no cantinho da composição permanente e constante da sua Bahia.

Hoje, é um dia diferente! Hoje, chora a Bahia e choramos nós. Nas nossas igrejas, 365 na Bahia, há gente rezando. Nos candomblés, aos milhares pela Bahia, há gente rezando. Os marinheiros na beira do mar, aos milhares e milhares pela Bahia, estão olhando o seu mar, estão vendo e voltando as embarcações, mas sentem uma falta profunda. O sol é o mesmo na Bahia. A beleza daquele território, a beleza daquele mar é a mesma. Mas hoje é como se o sol não tivesse se levantado. É como se as pessoas passassem a andar sem entender para onde vão e por que vão. Hoje é dia de se fecharem os olhos e recordar os personagens de Jorge Amado.

Às duas e meia da madrugada, a TV Globo fez passar o filme *Gabriela, Cravo e Canela*. Foi uma grande homenagem que a TV Globo prestou, porque não há dúvida de que nós que estávamos magoados, chocados com a morte, entendemos que Jorge Amado não morreu. Um homem como Jorge Amado, com a sua obra, com a sua história, não morre. Os personagens dele, não apenas ele, não apenas sua esposa, flutuarão permanentemente no ar. E o seu exemplo sim. Não nos iludamos, não vamos bater palmas e vibrar quase chorando como eu ontem, às quatro da madrugada, quando terminou *Gabriela, Cravo e Canela*; lembrar Jorge Amado por *Gabriela* sim; lembrar pelas obras e pelos tipos que ele criou sim, mas lembrar Jorge Amado pela sua luta social, pela defesa que ele fez das teses de este seu País ser diferente, ser mais fraterno, ser mais social e ser mais justo. Ele fez por merecer, ele lutou por isso, ele quis isso; e a sua obra toda deve se engalantar dentro do objetivo do justo e do social, do imortal e querido Jorge Amado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Em votação os requerimentos lidos.

As Srs. e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Srs. e Srs. Senadores, Jorge Amado vai sobreviver na memória do povo brasileiro. Raras são as personalidades, como Jorge, que se eternizam na história e nas lendas de uma Nação por força de seu extraordinário talento. Um talento que beira a genialidade pela elevação de suas criações, sempre a serviço do povo simples, com as suas qualidades e os seus feitos.

Desde jovem, Jorge Amado cumpriu o roteiro do seu destino, que era o de lutar pela Justiça e pelos desvalidos. Por eles foi eleito Deputado Federal e por eles enfrentou na própria carne as dores da prisão e do exílio. Transplantou para a sua obra a alma mais autêntica do brasileiro. Como figura humana – temperamento cheio de doçura, generosidade e alegria –, fez legiões de amigos no Brasil e no exterior. Com a sua literatura, honrou e expandiu o perfil do nosso País. Hoje choramos a sua morte física, mas certos estamos de que ele permanecerá sempre vivo, por meio de suas utopias, do culto das futuras gerações de brasileiros.

Sr^{as} e Srs. Senadores, fui encontrá-lo certa vez em Paris produzindo riqueza. E não se suponha que me refiro à riqueza financeira, à riqueza monetária. Refiro-me àquela riqueza de que foram pródigos os gregos e os egípcios: refiro-me à riqueza da cultura, que é imorredoura, à riqueza do saber, de que as gerações se valem por toda a eternidade.

Aqui tudo se disse sobre Jorge Amado, e ainda há pouco se falou sobre o Constituinte Jorge Amado. O Brasil tem sido pródigo em Constituições – a Constituição de 1891, a Constituição de 1937, a Constituição de 1946, a Constituição de 1967, a Constituição de 1969, a Constituição de 1988 –, mas foi exatamente na Constituição de 1946 que Jorge Amado firmou a sua presença com o brilho do seu talento e do seu saber.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a Presidência designa comissão formada pelos Senadores José Sarney, Waldeck Ornélas e Francelino Pereira para representar o Senado nas cerimônias fúnebres.

Em homenagem ao ilustre falecido, a esse grande baiano e brasileiro, determino o hasteamento, a meio mastro, da Bandeira Nacional fixada em frente ao edifício sede do Senado Federal, em sinal de luto oficial.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

REQUERIMENTO Nº 413, DE 2001

Nos termos do art. 199 do Regimento Interno, requeremos a realização de Sessão Especial do Senado, destinada a homenagear

Jorge Amado

7 de agosto de 2001

Sala das Sessões, em

Luiz F. de L.

Carlos Wilson
Paulo Hartung

Balbin

João

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que será lida pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 21, DE 2001

Altera a redação do artigo 6º da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado do Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 6º da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º São direitos sociais, a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição."

Art. 2º Esta Emenda, entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal em seu artigo 6º aponta como direitos sociais dos brasileiros a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

Esta proposta de emenda à Constituição inclui a alimentação no rol dos direitos sociais.

O Direito à alimentação foi reconhecido pela Comissão de Direitos Humanos da ONU, em 1993, em reunião realizada na cidade de Viena, Integrada por 52 países, e contando com o voto favorável do Brasil, registrando apenas um voto contra (EUA), a referida Comissão da ONU com essa decisão histórica enriqueceu a Carta dos Direitos de 1948, colocando em primeiro lugar, entre os direitos do cidadão, a alimentação.

Segundo Jean Ziegler, que é relator especial da ONU sobre o direito à alimentação, "há um genocídio silencioso num planeta que, segundo a FAO (Organização das Nações Unidas para alimentação), pode dar de comer ao dobro de sua população" (JB, ed. De 4/8/2001, pág. 10). O que ele quis dizer é que a economia mundial produz alimentação para 12 bilhões de pessoas (duas vezes a população mundial), enquanto morrem de fome mais de 100 mil pessoas por dia. A justa indignação de Ziegler é gerada pela indiferença do mundo desenvolvido que encara a morte pela fome "como uma fatalidade, quando é um assassinato cometido por uma ordem mundial em que só come quem pode pagar". Ele discrimina as causas: distribuição desigual da riqueza, enquadramento de uma necessidade vital em regras de oferta e procura determinadas por negócios globais na Bolsa Mercantil de Chicago — ou então corrupção, ditaduras, o alimento usado como arma de guerra (no Afeganistão, na Palestina), a drenagem de recursos para o pagamento da dívida, a detenção de patentes universais por empresas agroalimentares.

Em nosso país, 1/3 da população brasileira é mal nutrida, 9% das crianças morrem antes de completar um ano de vida.

Em pesquisa da FGV elaborada com o objetivo de mostrar o Mapa da Fome no Brasil, encontramos que há 50 milhões de miseráveis no Brasil (29,3% da população tem renda inferior a 80 reais per capita). O custo agregado para a erradicação da indigência brasileira corresponde a 1.69 bilhões mensais ou 3.81 da renda familiar.

Foi provado cientificamente que a fome crônica reduz a capacidade de aprendizado das crianças, di-

minuindo o rendimento escolar. No adulto gera mal estar, e sua capacidade física fica muito reduzida, além disso, as mulheres acabam gerando filhos prematuros.

São várias as soluções que existem: os governos deveriam dar ênfase a projetos sociais para a geração do bem comum. Deveriam ser investidos recursos na agricultura familiar, na desapropriação de terras improdutivas, onde os assentados passariam a produzir seus próprios alimentos e a vender o excedente na cidade, agregando renda; investimentos em programas de combate a fome e a miséria; abastecimento d'água e saneamento básico; saúde e educação como prioridades reais.

Como vimos, o Brasil manifestou-se oficialmente, na ONU, favorável à inclusão da alimentação como direito social do cidadão.

Inserir esse direito em nossa Carta Magna é a confirmação desse nobre pensamento em não permitir que ninguém venha a morrer no Brasil por falta de um prato de comida. Essa previsão constitucional, não tem o objetivo de forçar uma distribuição aleatória ou demagógica de cestas básicas, sem critérios ou sem motivação. A principal finalidade é assegurar aos segmentos mais pobres da população o estabelecimento de políticas públicas consistentes que evitem a fome e a miséria, e assim, cada brasileiro possa usufruir de uma alimentação adequada à sua sobrevivência.

Há mais de 200 anos já dizia Jean-Jacques Rousseau: "Entre o fraco e o forte, é a liberdade que oprime, e é a lei que liberta".

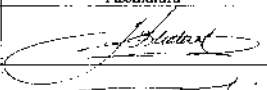

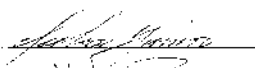

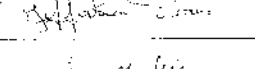
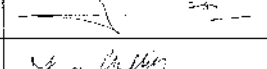
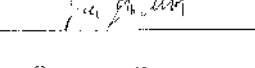
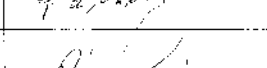

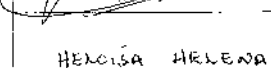
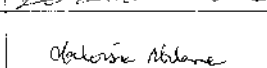
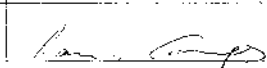
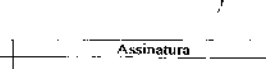
Não seremos um país digno enquanto assistirmos a esse quadro dantesco de miséria, onde a comida não chega à mesa de muitos dos nossos irmãos, onde a fome persiste não apenas nos bolsões do Nordeste, mas, infelizmente, em todo o Brasil. Enquanto isso a alta concentração de renda aqui reinante aumenta a cada dia os privilégios de uma minoria de abastados que vive na opulência e na fartura.

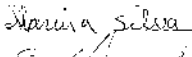
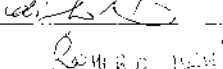

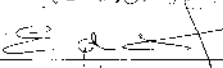
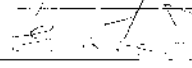
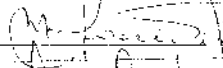
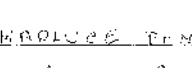
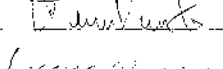
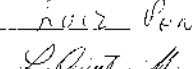
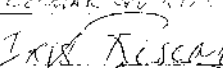
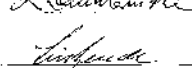
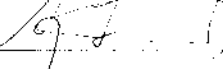
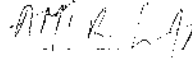
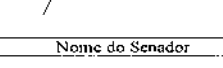
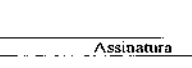
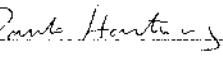
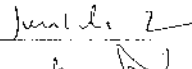
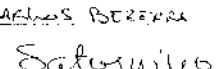

Sala das Sessões, 7 de agosto de 2001. – Senador Antonio Carlos Valadares.

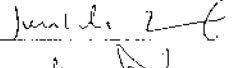

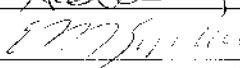
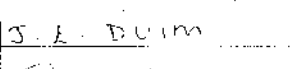
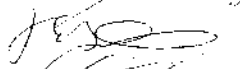

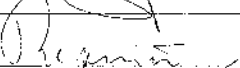
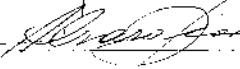


LEGISLAÇÃO CITADA

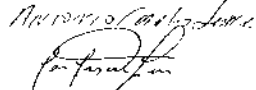
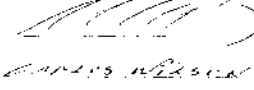
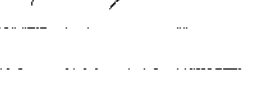


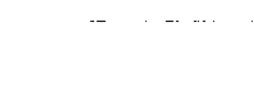


CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

Nome do Senador	Assinatura
GERINAPAS CABRAL	
MUZARIUSO CAVALANTI	
	
	
	
CHAGAS PATACIANO	
	
HERCISA ARELHA	
LACER CAMPOS	

Nome do Senador	Assinatura
MARINA SILVA	
	
	
	
	
	
	
	
	
	

Nome do Senador	Assinatura
Paulo Henrique	
CARLOS BEREÇA	
Salomillo	
	
J. L. DUIM	
Correia L. L. L.	
FR. V. L.	
ROBERTO G. G.	
ALCANTARA	

Nome do Senador	Assinatura
	
	
	
	

CAPÍTULO II Dos Direitos Sociais

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

*Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I – relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

II – seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III – fundo de garantia do tempo de serviço;

IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

*EC 20/98.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes do art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos pelo 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO
(Nº 131, 2001)

Cria o Serviço Social da Saúde (SESS) e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde (SENASS).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam cometidos à Confederação Nacional de Saúde – Hospitais, Estabelecimentos e Serviços (CNS), observadas as disposições desta lei, os encargos de criar, organizar e administrar o Serviço Social da Saúde (SESS) e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde (SENASS), com personalidade jurídica de direito privado, sem prejuízo da fiscalização da aplicação de seus recursos pelo Tribunal de Contas da União.

Art. 2º Compete ao SESS, atuando em estreita cooperação com órgãos do Poder Público e com a iniciativa privada, desenvolver, executar e apoiar programas voltados à promoção social e humana dos trabalhadores em estabelecimentos de serviços de saúde, notadamente nos campos da saúde, alimentação, higiene e segurança no trabalho, educação, cultura, esporte, lazer, assistência à infância e demais atividades afins.

Art. 3º Compete ao Senass, atuando em estreita cooperação com os órgãos do Poder Público e com a iniciativa privada, organizar, manter e administrar escolas de aprendizagem e centros de treinamento para os trabalhadores em estabelecimentos de serviços de saúde, além do aperfeiçoamento da mão-de-obra existente.

Art. 4º O SESS e o Senass serão dirigidos, cada um deles, por um Conselho Nacional, que definirá as políticas e diretrizes do respectivo serviço e elegerá sua Diretoria Executiva.

Art. 5º Os Conselhos Nacionais referidos no artigo anterior serão constituídos pelos seguintes membros:

a) Presidente da Confederação Nacional de Saúde – Hospitais, Estabelecimentos e Serviços (CNS) que os dirigirá;

b) Presidente das Federações que compõem a Confederação Nacional de Saúde – Hospitais, Estabelecimentos e Serviços (CNS);

c) um representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Saúde;

d) um representante do Ministério do Trabalho;

e) um representante do Ministério da Saúde;

f) um representante do Ministério da Previdência Social.

Art. 6º A administração do SESS e do Senass, será descentralizada, cabendo aos respectivos Conselhos Nacionais definir a extensão territorial de cada unidade administrativa, que poderá ser de âmbito estadual ou interestadual.

Art. 7º Cada unidade administrativa do SESS e do Senass será dirigida por um Conselho Regional, que zelará pela adequada aplicação dos recursos disponíveis, no desenvolvimento do programas de sua competência, de acordo com as políticas e diretrizes do Conselho Nacional.

Parágrafo único. Cada Conselho Regional do SESS e do Senass, elegerá sua Diretoria Executiva.

Art. 8º Os Conselhos Regionais referidos no artigo anterior serão constituídos pelos seguintes membros:

a) Presidente da Federação que os dirigirá;

b) Presidente dos Sindicatos que compõem a Federação;

c) Presidente da Federação Regional dos Trabalhos da Saúde;

d) Um representante da Delegacia Regional do Trabalho;

e) Um representante regional do Ministério da Previdência e Assistência Social;

f) Um representante da Secretaria Estadual de Saúde.

Parágrafo único. Nos Conselhos Regionais, de âmbito interestadual, as Federações poderão indicar um representante para cada Estado de sua base territorial, abrangido pela respectiva unidade administrativa, aplicando-se o mesmo critério à representação dos Conselhos Estaduais de Saúde

Art. 9º Os Conselhos Regionais do SESS e do Senass, poderão autorizar a instalação de agências nas cidades ou regiões metropolitanas em que se registrem grandes concentrações de trabalhadores na Saúde.

Parágrafo único. As agências de que trata este artigo serão vinculadas administrativamente às respectivas diretorias executivas regionais.

Art. 10. As contribuições hoje devidas pelos estabelecimentos de serviços de Saúde ao SESC e ao Senac, instituídas no art. 3º dos Decretos-Lei nºs. 9.403/46 e 9.853/46, passarão a ser recolhidas, nas mesmas alíquotas e prazos e pelo mesmo sistema, a favor do SESS e do Senass, respectivamente.

Art. 11. Os profissionais autônomos (médicos, dentistas, psicólogos, terapeutas ocupacionais e demais profissionais liberais), passarão a contribuir anualmente, para o SESS e para o Senass, contribuições essas que serão recolhidas através de guias próprias, por ocasião do recolhimento de suas contribuições sindicais.

Art. 12 – As contribuições referidas nos artigos 10 e 11 ficam sujeitas às mesmas condições, prazos, sanções e privilégios, inclusive no que se refere à cobrança judicial, aplicáveis às contribuições para a Seguridade Social arrecadadas pelo INSS.

Art. 13. Os recursos financeiros ao SESS e ao Senass, deduzida a quota de 10% (dez por cento) para as despesas gerais a cargo dos Conselhos e Diretorias Executivas nacionais, serão aplicados na mesma região em que forem arrecadados, observado o disposto no art. 11 da presente lei.

Art. 14. Aplicam-se ao SESS e ao Senass, as disposições legais referentes ao SESC que não conflitarem com a presente lei.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O setor de serviços de saúde responde por significativa parcela de circulação de pessoas e bens, com dezenas de milhares de empresas que geram em torno de 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil) empregos diretos e cerca de mesmo número de empregos indiretos.

Apesar desses números expressivos, o setor não é dotado de um Serviço Social e de um Serviço de Aprendizagem próprios, capazes de atender às necessidades específicas dos seus trabalhadores, permanecendo vinculado, há mais de 40 anos, ao SESC e ao Senac.

Sem embargo dos relevantes serviços que essas instituições têm prestado aos comerciários, credenciando-os ao respeito e à admiração de quantos em nosso País ocupam-se da assistência social e da formação profissional, o certo é que, sendo dirigidos pelas entidades sindicais representativas do comércio, por óbvio, não podem ter a mesma sensibilidade para a problemática do trabalhador da Saúde, quase

sempre desqualificado e sem condições de acesso a um aprimoramento profissional tão indispensável ao conforto e a segurança dos pacientes e aos seus cuidados.

O tratamento diferenciado para o trabalhador da área da saúde, justifica-se pelas suas próprias características como ser humano que convive com a dor e com a compaixão, sentimentos que são presentes no seu dia a dia.

A formação desse trabalhador deve ter uma especificidade que somente as pessoas vinculadas às ações e serviços de Saúde serão capazes de descobrir e implementar.

Ao longo desses anos de vinculação ao SESC e ao Senac, o setor de prestação de serviços de Saúde acumulou problemas graves e crônicos nos campos de assistência social e da capacitação profissional de seus trabalhadores, apesar de carrear, anualmente milhões de reais, aos cofres dos SESC e do Senac.

Tal distorção ajuda a compreender o descompasso tecnológico do setor da Saúde em relação do conjunto da economia brasileira, explicando também o elevado índice de infecções hospitalares e doenças profissionais.

O presente projeto objetiva corrigir essa situação, prevenindo a criação do Serviço Social de Saúde e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde, preconizando um sistema de administração democrático, descentralizado e participativo, com o envolvimento de todos os segmentos e órgãos públicos interessados. E o faz sem gerar novos encargos para o Poder Público ou para as empresas vinculadas ao setor, apenas redireciona os recursos já despendidos pela iniciativa privada, assegurando à Confederação Nacional de Saúde – Hospitais, Estabelecimentos e Serviços (CNS) a ocupação de todo o espaço que lhe está garantido como entidade de grau superior.

O setor de saúde contribui com 2,5% (dois e meio por cento) de suas folhas de pagamento para SESC e Senac. É inadmissível, por incompatível com a ordem constitucional e social vigentes, que uma categoria inteiramente diversa, a do Comércio, continue prevalecendo-se dessas suas significativas contribuições mensais, enquanto a própria categoria, que poderia ser atendida com estes recursos, continue desassistida.

Esta mesma área de Saúde, que hoje conta com um sistema representativo próprio, constituído pela Confederação Nacional de Saúde — Hospitais, Estabelecimentos e Serviços (CNS), 6 federações e 72 sindicatos e mais de 10 escritórios de representação,

em nada vê justificada sua permanência tutelada e indesejada nas entidades sindicais do Comércio. Essa sólida estrutura sindical, até mesmo com representação nos próprios órgãos gestores do Sistema Único de Saúde, justifica o seu desatrelamento, no particular, do setor do Comércio.

Saúde não é comércio, é serviço, inclusive reconhecido há mais de 30 anos pelo Supremo Tribunal Federal, quando isentou a categoria do recolhimento do ICMS.

A aprovação do presente Projeto de lei, portanto, além de fazer justiça ao setor da Saúde no Brasil, propiciará, a médio e longo prazo, benefícios consideráveis à população brasileira, que poderá contar com funcionários competentes, bem treinados e eficientes, à altura das exigências do mercado de trabalho que caminha, a passos largos, para uma medicina de alta tecnologia

Sala das Sessões, 7 de agosto de 2001. – Senador Geraldo Althoff.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de assuntos Sociais – terminativa cabendo à última a decisão.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2001

Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para prever a convocação de plebiscito para decidir sobre a transposição das águas do Rio São Francisco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigor acrescido do seguinte parágrafo único:

Art. 4º

Parágrafo único. A transposição do Rio São Francisco só poderá ser efetivada se for previamente aprovada, mediante plebiscito, pelos eleitores dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Na pauta das discussões que se travam no âmbito do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, surge a transposição do Rio São Francisco como matéria das mais polêmicas, de alta complexidade e de

grande controvérsia, gerando argumentos contra ou a favor em ambas as Casas do Congresso Nacional.

O debate se intensifica mais ainda nos Estados banhados pelo Rio São Francisco e naqueles que desejam receber as suas águas, promovendo uma divisão de opiniões que poderá atingir a própria essência do federalismo.

As comunidades beneficiadas pelo Rio São Francisco temem que, executada a transposição, poderão ocorrer imprevisíveis perdas ao desenvolvimento regional, impactando negativamente quanto à plena realização dos projetos voltados para a irrigação, energia elétrica, abastecimento d'água, turismo rural etc, que são fundamentais para a economia da área.

A transposição em apreço constitui, em verdade, uma ameaça ao progresso das regiões que têm o São Francisco como suporte hídrico para a sua economia, notadamente se não forem levados em consideração determinados aspectos como o da revitalização visando a regularização de seu fluxo para usos múltiplos de seu potencial hídrico.

Preocupações semelhantes também existem entre as populações que dependem, para a sua sobrevivência, do uso das águas das mais diversas bacias em todo o Brasil.

Portanto, entendemos que a transposição do Rio São Francisco constitui matéria de grande relevância regional e nacional, uma vez que envolve diversos Estados da Federação, cujos interesses, neste caso, não são, a nosso ver, convergentes, pois pretende promover transferência do patrimônio natural do povo que habita os Estados banhados pelo Velho Chico, em benefício de outros Estados.

Assim, parece-nos ser fundamental que essa mesma população seja chamada a se manifestar sobre essa questão de suma importância para o desenvolvimento regional, em razão de sua repercussão na geração de energia elétrica, agricultura irrigada e abastecimento d'água para consumo humano e animal.

Desse modo, entendemos ser indispensável ouvir o povo sobre a questão da transposição do Rio São Francisco, para que se decida, de forma legítima, sobre o adequado aproveitamento dessa grande dádiva que a natureza concedeu à Região Nordeste.

Sala das Sessões, 7 de agosto de 2001. – Senador Antônio Carlos Valadares.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997

Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art 21 da Constituição Federal, e altera o art 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 414, DE 2001

Requeiro a V. Exª, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 216 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro do Planejamento Orçamento e Gestão no sentido de enviar a esta Casa relação dos imóveis de propriedade da União (terrenos e terrenos + construção), especialmente administrados pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, que não estejam sendo utilizados nas atividades fins daquele Ministério e que não tenham pendência judicial, devendo tal relação conter no mínimo: localização, descrição sumária e valor de mercado.

Justificação

É por demais sabido que a União possui inúmeros imóveis arrecadados das mais variadas formas (inclusive em cobrança da dívida ativa) e de natureza devoluta que não têm nenhuma utilidade para a mesma, estando – muitas vezes – sendo ocupados por terceiros, com aluguéis irrisórios ou até gratuitamente. Nesta fase de poucos recursos para investimentos, especialmente de natureza social, seria importante verificar-se a possibilidade de entregar tais imóveis à Caixa Econômica Federal para vendê-los em nome da União e reforçar os recursos do Tesouro Nacional. O primeiro passo seria conhecer a relação de tais imóveis e esta a principal razão deste requerimento.

Sala das Sessões, 7 de agosto de 2001. – Carlos Bezerra.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 415, DE 2001

Requeiro a V. Exª, com base no art 50 da Constituição Federal e na forma do art 216 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social no sentido de enviar a esta Casa relação dos imóveis de propriedade da União (terrenos e terrenos + construção), especialmente administrados pelo Instituto Nacional de Seguridade Social, que não estejam sendo utilizados nas atividades fins daquele Ministério e que não tenham pendência judicial, devendo tal relação conter no mínimo: localização, descrição sumária e valor de mercado.

Justificação

É por demais sabido que a União possui inúmeros imóveis arrecadados das mais variadas formas (inclusive em cobrança da dívida ativa) e de natureza devoluta que não têm nenhuma utilidade para a mesma, estando – muitas vezes – sendo ocupados por terceiros, com aluguéis irrisórios ou até gratuitamente. Nesta fase de poucos recursos para investimentos, especialmente de natureza social, seria importante verificar-se a possibilidade de entregar tais imóveis à Caixa Econômica Federal para vendê-los em nome da União e reforçar os recursos do Tesouro Nacional. O primeiro passo seria conhecer a relação de tais imóveis e esta a principal razão deste requerimento.

Sala das Sessões, 7 de agosto de 2001. – Carlos Bezerra.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno do Senado.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 416, DE 2001

Requeiro, nos termos do art. 256, do Regimento Interno, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2001, de minha autoria, que "Altera a redação dos arts. 148 e o § 2º do art. 902 da Lei nº 5.869, de 1973 – Código de Processo Civil," tendo em vista a já existência do Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2000, também de minha autoria, tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, desta Casa.

Sala das Sessões, 7 de agosto de 2001. – Senador Carlos Patrocínio.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 256 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

Ofício nº 116/2001-GSLCAM

Brasília, 6 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que desde o último dia 28 de junho estou filiado ao Partido Democrático Trabalhista – PDT.

Atenciosamente, – Senador Lauro Campos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário. Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 417, DE 2001

Requeiro a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento de Irmã Marcelina de São Luiz, vítima de derrame cerebral, ocorrido no último dia 30 de julho, segunda-feira, em Cariacica – ES, bem como de apresentação de votos de condolências à sua irmã Rita Santanna, residente na Rua Raul Pompéia, nº 30, apt. 301, Copacabana, Rio de Janeiro, CEP 22.080-000.

Foi ela uma das mais respeitadas líderes religiosas do interior do Espírito Santo, carinhosamente chamada pelo povo do nosso Estado de "anjo capixaba", em razão da meritória obra assistencial e filantrópica que realizou em nossa terra.

Justificação

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

Quero registrar o falecimento, no último dia 30 de julho, aos 88 anos, vítima de derrame cerebral, da Irmã

Marcelina de São Luiz. Foi ela uma das mais respeitadas líderes religiosas do interior do Espírito Santo, carinhosamente chamada pelo povo do nosso Estado de "anjo capixaba", tendo em vista suas obras assistenciais em favor da população menos favorecida.

Seu trabalho benéfico e comunitário teve repercussões muito positivas no meio em que atuou. Por mais de quatro décadas esteve à frente do Orfanato Cristo Rei, em Cariacica. Nessa instituição, apesar das notórias dificuldades para manter um projeto de solidariedade social, nunca mediu esforços para ajudar os mais necessitados.

E, foi nesse orfanato de Cariacica que um sem-número de crianças abandonadas foram acolhidas durante todos esses anos de seu sacerdócio filantrópico, num testemunho permanente de amor abnegado ao próximo, oferecendo tudo de si para minorar a dor e o sofrimento daqueles sem lar e sem família.

Irmã Marcelina era carioca e civilmente chamava-se Maria Braz Santanna. Filha mais velha de uma família de oito irmãos, ainda pequena, aos três anos, mudou-se com a família para Muqui, no Espírito Santo, tendo optado, aos 13 anos, pela vida religiosa. E essa escolha deu-se por consciência e vocação, pois fugiu da casa dos pais para morar num convento, enfrentando a oposição da mãe, Francisca, que por sete anos ficou afastada da filha, até que houve a reconciliação e sua família acabou apoiando sua causa, dando-lhe força na continuidade do grande projeto espiritual em que se converteu sua vida.

Irmã Marcelina integrou-se à Congregação Irmãs de Jesus Cristo na Eucaristia e residiu em Belo Horizonte, fundando, na capital mineira, o Hospital Santa Marta. Morou em Campos e depois em Vitória. Sua trajetória foi marcada pela intensa dedicação aos menores, principalmente órfãos e abandonados e foi no Orfanato Cristo Rei, fundado em 1924, pelo Padre Leandro Dello Homo, ao qual ela chegou em 1957, que dispensou todos os esforços para concretizar seu sonho de menina.

Graças à sua atuação, pois seu amor não conhecia barreiras nem fronteiras, o Orfanato pode construir sua sede própria, contando com o apoio da população capixaba, inclusive com a religiosa viajando na boléia de caminhões ao interior do Estado, onde ia recolher a madeira doada pelos fazendeiros para a construção. Nesse período, enfrentou chuva, frio, sede, tendo até sofrido um acidente quando recolhia doativos.

Nesses 75 anos dedicados à caridade e à assistência, 44 estiveram ligados ao Orfanato Cristo Rei,

que hoje abriga 110 menores, mas já acolheu 280 por ano. Nesses anos, Irmã Marcelina e seus colaboradores não só deram abrigo, mas educaram e prepararam cidadãos que se inseriram socialmente e hoje são profissionais liberais, professores, religiosos, pessoas que um dia tiveram uma mão amiga que os recolhesse e um coração que os amparasse.

A morte de Irmã Marcelina deixa-nos um grande vazio. Seu exemplo de voluntariado, bem como sua humildade, abnegação e espiritualidade são uma importante referência para todos nós. Vivemos num mundo cheio de carências, em que ainda persiste a falta de solidariedade e a competição desenfreada. Com tamanho egoísmo da sociedade e das elites dirigentes, a vida de Irmã Marcelina se destaca como um referencial de humanidade, já que colocou a vida do próximo em primeiro plano, em detrimento de seus próprios interesses. Que sua vida nos sirva de exemplo, lição e farol.

Sala das Sessões 7 de agosto de 2001. _ Senador Paulo Hartung.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 133, DE 1997

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 4, de 1999)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Cantá-RR), tendo

Parecer favorável, sob nº 15, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Bianco, com abstenção do Senador Romero Jucá e declaração de voto do Senador Francelino Pereira.

Durante o prazo regimental de cinco dias úteis, perante a Mesa, não foram oferecidas emendas à matéria.

Em discussão.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas registrar a importância de mais um projeto que define um distrito agropecuário. Dessa vez falamos do Município de Cantá, que vai buscar um perfil de desenvolvimento para o interior do meu Estado. Esse município é novo e sofreu muito com as queimadas. É, portanto, pertinente no que diz respeito à produção agrícola e pecuária.

Peço aos Srs. Senadores que votem favoravelmente ao projeto. Assim, estaremos ampliando o trabalho de desenvolvimento auto-sustentado da Amazônia por meio da preservação ambiental e com o controle necessário para gerar riquezas e melhorar a qualidade de vida de nosso povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, deixo bem claro que não tenho dúvidas quanto à intenção do Senador Romero Jucá nem quanto ao esforço que S. Ex^a tem feito para defender a região amazônica, de modo especial a unidade da federação que aqui representa, o Estado de Roraima. No entanto, é bem verdade que o projeto traz algumas dúvidas e condições que colocam em risco, até, a compreensão do que é o princípio federativo, a autonomia dos Estados, a relação Estado/Município. Hoje, há um amplo processo de descentralização, de fortalecimento do Município. É preciso que esse processo passe por uma pactuação bem definida, por uma relação clara. O Estado, jamais, poderá deixar de ser um Estado na relação político-administrativa em sua própria unidade federada.

Esse projeto apresenta como erro, no meu entendimento, o fato de excluir o papel do Estado na busca do desenvolvimento do Município. Veja que o próprio art. 3º do projeto dispõe que compete ao Ministério do Planejamento e Orçamento, através da Superintendência da Zona Franca de Manaus, a Su-

frama, fixar as diretrizes e normas pertinentes à seleção e avaliação da viabilidade técnica e financeira dos projetos a serem implantados. Nota-se que a participação do Governo do Estado no processo é virtualmente nula.

Por essa razão, opo-nho-me ao projeto. Entendo que temos de descentralizar todas as ações administrativas e de desenvolvimento do País, como sei que quer o Senador Romero Jucá, mas jamais podemos criar ilhas dentro de um Estado, na qual este não se faz presente com sua influência.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – V. Ex^a permite-me um aparte, Senador Tião Viana?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Com prazer, Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – Quer ia apenas registrar que V. Ex^a está lendo de for ma equívoca da o artigo. A in ter pre ta ção dele é a de que a Suframa irá definir os projetos que serão financiados pelo órgão. Isso acontece com o BASA, com o Banco do Brasil; é um mecanismo de financiamento de produção. Não se está retirando a autonomia de um Município ou de um Estado que que i ra ex e cu tar qual quer coisa no distrito agropecuário. Os recursos que serão alocados pela Suframa deverão ser analisados para se verificar a pertinência dos projetos, se respeitam o meio ambiente, se estão vinculados à produção de forma a compatibilizar a realidade local com as linhas de financiamento do Governo Federal. Mas não há nenhum choque entre Estado, Município e Suframa no que diz respeito aos financiamentos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Talvez, então, Senador Romero Jucá, haja uma falha na redação do projeto que não de i xa cla ro esse aspecto. O que diz o art. 3º é exatamente o que li aqui. Entendo que se há vocação da própria comunidade de defender o desenvolvimento sustentável, o aumento da oferta de emprego e a criação de desenvolvimento agrícola para a região, de modo específico, vinculando isso ao apoio da União, tem seu mérito, como V. Ex^a muito bem busca na origem do projeto. Entre tanto se exclui o papel do Estado. É perigoso criarmos uma ilha, o que traria a compreensão de uma atipia dentro da visão de descentralização, pactuação e fortalecimento das unidades municipais do País.

Por essa razão, voto contrariamente ao projeto, respeitando — é claro — a intenção do Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Com a palavra o Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, as dúvidas do eminente Senador Tião Viana também me assaltam. Já existe jurisprudência — digamos assim — na Câmara dos Deputados quanto à apresentação desse tipo de projeto de lei. A Comissão de Constituição, Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados entende que isso é atribuição exclusivamente do Poder Executivo. No caso, parece-me se tratar do Poder Executivo Estadual ou Municipal.

Louvo a intenção do eminente Senador Romero Jucá, que sempre tem defendido seu Estado, com muita galhardia, procurando os incentivos normais para o desenvolvimento daquela região.

Todavia, tendo em vista o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e também a declaração de voto em separado do eminente Senador Francelino Pereira, que achei que seria contrário à aprovação desse projeto, darei meu voto favorável, em consideração ao parecer da Comissão e ao voto em separado do eminente Senador Francelino Pereira, temendo, entretanto, que esta matéria não prospere na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Sem Partido – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este assunto parece não ter tanta relevância, mas penso que seja uma das matérias de maior importância dos últimos tempos no Senado Federal.

A criação de um distrito agropecuário da forma como o projeto do Senador Romero Jucá se apresenta, bastante enxuto, na verdade deixa uma margem de mudanças, de aplicações e de adaptações que realmente não sabemos aonde pode chegar. Quem sabe, pode ser a solução para a criação daqueles territórios do Estado do Amazonas.

Recentemente, os Ministros da Justiça e da Defesa apresentaram como sugestão para o Estado do Amazonas, quanto à questão das fronteiras, do combate ao narcotráfico, do contrabando, a opção que o Governo Federal teria de criar três territórios federais, em vez de dividir o Estado do Amazonas. Isso demandaria um tempo muito grande e dependeria, com certeza, de muitos recursos, não só para a criação mas para a formação dos territórios.

O projeto do Senador Romero Jucá é aparentemente simples. Se a idéia vale para Roraima — que também é uma preocupação e exige a atenção desta

Casa, o Senado da República, e do próprio Governo, o Executivo, no caso o Presidente Fernando Henrique Cardoso –, também queremos distritos agropecuários para outros Estados da região amazônica, já que distritos industriais desapareceram, perderam seu charme, sua vocação e, principalmente, recursos do Orçamento da União para serem aplicados nos Estados e em Municípios pólos.

O Amapá criou vários distritos industriais e um distrito comercial, tipo Zona Franca, apenas para mercadorias. Também foi criada uma área de livre comércio no Pará, em Barcarena, na Vila do Conde, mas que até hoje não saiu do papel. Por isso assim não o Recurso nº 4, de 1999. O § 3º do art. 91 do Regimento Interno estabelecia que esse projeto retornasse ao Plenário para ser mais bem discutido. Se o distrito agropecuário proposto em Roraima pelo Senador Romero Jucá seguir a diretriz básica da Superintendência da Zona Franca de Manaus, lá no Amazonas, praticamente fica estabelecida, como disse o Senador Tião Viana, uma intervenção branca na autonomia do Município, e pior, de outro Estado também. Sei que a Zona Franca de Manaus existe para a Amazônia legal. Conheço, com alguns detalhes, a influência e a condição que a Superintendência da Zona Franca de Manaus tem.

A Sudam foi extinta. O que temos agora é uma agência de desenvolvimento que não cheira nem fede e para a qual não aparecem recursos, nem se definem projetos que estão lá em andamento. Também não há sequer funcionários.

Não sei se isso é, na verdade, uma intervenção. Pediria, para mudar de opinião, ao Senador Romero Jucá que fizesse uma explanação a fim de realmente convencer os nossos Países de que esse distrito agropecuário não é apenas um projeto ou uma idéia que, muitas vezes, todos nós temos, por nossa vivência – e sei da experiência e do conhecimento que o Senador Romero Jucá tem –, pela necessidade de atender aos Municípios, aos reclamos da população, de nos empenharmos aqui em levar recursos aos Municípios.

Compreendo tudo isso, mas penso que vamos abrir uma oportunidade bastante complicada no que se refere ao texto da Constituição Federal.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – Senador Luiz Otávio, V. Exª me permite um aparte?

O SR. LUIZ OTÁVIO (Sem Partido – PA) – Ouço V. Exª, Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – Primeiramente, quando V. Exª fala na questão da autonomia e que, portanto, um distrito agroindustrial pode

transformar-se em território, na verdade essa afirmação não é pertinente. O distrito agropecuário é um modelo que já existe no Estado do Amazonas. A Suframa já tem distritos agropecuários, onde se financiam projetos e se dá assistência técnica a determinadas culturas e atividades econômicas. Portanto, não há qualquer intervenção. Se naquele espaço não for necessário o financiamento da Suframa, ela não irá dar opinião. Não há nenhuma quebra de territorialidade, nenhuma questão de ingerência no Poder Estadual ou Municipal. Pelo contrário, trata-se de mais uma linha de financiamento e de assistência técnica para viabilizar atividades de autodesenvolvimento e desenvolvimento sustentado. Então, faço este registro para não parecer que se está criando um quisto no Município. Não é verdade. Está criando-se uma área para a qual a Suframa vai poder financiar projetos, a despeito do que já faz no Estado do Amazonas. Por que foi abordada a questão dos projetos de Roraima? O Senado já aprovou projetos para outros Municípios do Estado, este é apenas mais um. Quando houve aquele grande incêndio que queimou quase todo o Estado de Roraima, verificou-se que ele ocorreu por conta das queimadas, da execução sem muito controle. Buscou-se, então, uma forma de maximizar um tipo de intervenção, de assistência técnica, enfim, de atividade agropecuária que pudesse representar menos agressão à região das queimadas. Surgiu então a discussão desse modelo já implantado no Estado do Amazonas. Não estamos, portanto, trazendo nenhuma novidade. Infelizmente, a Suframa não atende ao Estado do Pará. Votarei favoravelmente a qualquer proposta que procure criar alternativas para o desenvolvimento econômico, principalmente nas regiões de matas, de ocupação vegetal, para dotar a população de mecanismos modernos e viáveis de auto-sustentação, sem agressão ao meio ambiente. Portanto, esclareço que não há nenhum problema quanto aos Estados e Municípios, com relação à criação do distrito agropecuário, porque ele já existe e funciona no Estado do Amazonas.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Sem Partido – PA) – Senador Romero Jucá, realmente V. Exª, na hora de justificar, tenta desviar-se daquilo que estou apresentando.

Respeito a sua opinião, mas insisto: embora V. Exª diga que a Suframa não atende ao Estado do Pará, o órgão tinha, pelo menos durante a existência da Sudam, um representante no Conselho que votava os projetos de incentivos fiscais na Amazônia, ou seja, também participava do processo de desenvolvimento da Amazônia mediante a Sudam.

Chama-me a atenção o fato de este projeto não ter sido analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos, haja vista que não podemos negar que certamente haverá necessidade de alocação de recursos orçamentários oriundos do Poder Executivo. Após o simples estudo da proposta, queremos saber como esses recursos serão alocados. Então, poderei até convencer-me de votar favoravelmente à matéria. Contudo, até agora não estou convencido da necessidade, como também da prioridade deste projeto e do que realmente poderá tornar-se não só para Roraima, mas também para todos os Estados que compõem a nossa querida Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra à eminente Senadora Marluce Pinto.

A SR^a MARLUCE PINTO (PMDB – RR. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Nobres Colegas, Senador Romero Jucá, na condição de representante do Estado de Roraima, e depois dos questionamentos dos nossos Colegas, solicito a V. Ex^a que adie essa votação, para que possamos conversar com os técnicos da Suframa e do Ministério do Planejamento, pois já passou um projeto autorizativo de V. Ex^a no mesmo sentido em outro município. Quando vejo Senadores como Tião Viana, do Acre, um representante do Pará e Carlos Patrocínio, do Tocantins, um Estado novo como o nosso, estudando os detalhes como nós, no nosso Estado, penso que precisamos sentar para conversar.

Tenho acompanhado nesses 22 anos, no Estado de Roraima, a participação da Suframa que sempre foi positiva para o nosso Estado, principalmente nos últimos quatro anos. Eu mesma consegui para o Município de Boa Vista recursos para a construção do pólo moveleiro que V. Ex^a conhece tão bem. Roraima não possuía um secador de madeira, e lá existe uma grande quantidade de madeira e muitas fábricas de móveis. Conseguimos todos os equipamentos, ônibus zero, caminhões, empilhadeiras, secadores, e sem a participação direta do Poder Executivo. Depois das discussões, lembrei-me do que, neste ano mesmo, ficou designado pelo Conselho Deliberativo da Suframa: a designação dos recursos aos Estados. Existe aquela parcela em que os programas são apresentados pelo Governo do Estado e aquela em que os programas são apresentados pelos municípios. Dada essa discussão, acredito que deveríamos – os três representantes do Estado de Roraima, com todo respeito que tenho a V. Ex^a pela apresentação desse projeto – nos sentar com o Secretário do Planejamento, com os técnicos, representantes do Governo do Estado, com os Prefeitos e chegarmos a uma conclusão.

são. Deixo bem claro que não estou contra o projeto de V. Ex^a. Mas fico em dúvida de como votar. No projeto anterior, eu votei favoravelmente, acreditando que iria ser um projeto localizado, mas, já está surgindo outro.

V. Ex^a conhece muito bem aquela região do Cantá. Eu estive, neste final de semana, em várias localidades daquela região, cujo solo é muito fértil e possui muitos produtores rurais. Quando há investimento, ela tem dado uma produção bastante rentável para o Município. Precisamos aprimorar, mas, sem deixar que os próprios Prefeitos tenham a sua autonomia de decisão para a escolha dos projetos, como também o Governador do Estado.

Eu poderia até aprovar hoje, sem fazer nenhuma interferência, até porque, no Município do Cantá, como V. Ex^a sabe muito bem, o Prefeito é do nosso grupo político. Não quero dizer com isso que outros Senadores, principalmente V. Ex^a, têm ajudado aquele Município – quero deixar isso muito claro. Muitas vezes, isso parte de V. Ex^a, de mim ou de qualquer um de nossos colegas. Podemos apresentar um projeto, mesmo sendo autorizativo, que posteriormente não será tão salutar. Hoje é um governante, amanhã será outro.

Tendo em vista a responsabilidade que temos como representantes de cada Estado, penso que deveria haver uma discussão entre nós – não no sentido de críticas. Absolutamente. Em projetos como o de V. Ex^a, do Senador Mozarildo Cavalcanti ou de qualquer Deputado, nunca interfiro em nada que possa prejudicar o nosso Estado. Muito pelo contrário. Porém, considerando a nossa responsabilidade, vamos aguardar. Sugiro que fique para a próxima semana. Temos como levar ao conhecimento de nossos nobres colegas, se julgarmos que devemos votar favoravelmente e que o projeto será benéfico para o nosso Estado. Pelos questionamentos de outros Senadores, observei que também estão preocupados com o que possa acontecer nos seus Estados.

Era essa a solicitação que eu desejava fazer a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado n.º 133, de 1997.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 418, DE 2001

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, do art. 6º do Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Cantá – RR), para adequação ao art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Sala das Sessões, 7 de agosto de 2001. – Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O dispositivo destacado será apreciado oportunamente.

Votação do projeto, sem prejuízo do destaque.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com os votos contrários do Senador Tião Viana e Geraldo Cândido.

Em votação o art. 6º do projeto destacado para adequação ao art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 1998.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

O art. 6º será suprimido do projeto.

A matéria vai a Comissão Diretora para a redação final.

É seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO
(Nº 133, de 1997)

Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Município de Cantá, no Estado de Roraima, Distrito Agropecuário destinado a desenvolver, preferencialmente, atividades de agropecuária, colonização, turismo ecológico, mineração, bem como áreas institucionais para preservação e pesquisas.

Art. 2º O Distrito Agropecuário de que trata esta lei terá por principais objetivos a criação de pólo de desenvolvimento agropecuário, o aumento da oferta de alimentos nos mercados da Amazônia Ocidental e,

especialmente, dos Estados de Roraima e Amazonas, o aproveitamento racional dos recursos naturais, a diminuição dos custos de produção e comercialização de produtos agrícolas e extrativos, a criação de tradição agrícola e a geração de novos empregos na região.

Art. 3º Compete ao Ministério do Planejamento e Orçamento, através da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, fixar as diretrizes e normas pertinentes à seleção e avaliação da viabilidade técnica e financeira dos projetos a serem implantados no Distrito Agropecuário de que trata o art. 1º

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei, no prazo de noventa dias a contar da data de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º

É o seguinte o artigo 6º, suprimido:

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2001 (nº 563/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Artística e Ecológica de Planalto a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planalto, Estado da Bahia, tendo

Parecer favorável, sob nº 659, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Waldeck Ornêlas.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 20, DE 2001

(Nº 563/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Artística e Ecológica de Planalto a

executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planalto, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada o ato a que se refere a Portaria nº 204, de 8 de dezembro de 1999, que autoriza a Associação Comunitária Artística e Ecológica de Planalto a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planalto, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 2001 (nº 564/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Jaguariúna a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 660, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Pedro Piva.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 21, DE 2001

(Nº 564/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Jaguariúna a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada o ato a que se refere a Portaria nº 9, de 10 de janeiro de 2000, que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Jaguariúna a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 2001 (nº 551/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural São Francisco para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 619, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Francelino Pereira.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 39, DE 2001

(Nº 551/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural São Francisco para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada o ato a que se refere a Portaria nº 211, de 8 de dezembro de 1999, que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural São Francisco para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Item 5:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 2001 (nº 571/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Vale da Eletrôni-

ca F.M. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 620, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 40, DE 2001

(Nº 571/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Vale da Eletrônica FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 21, de 2 de fevereiro de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Vale da Eletrônica FM a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Item 6:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2001 (nº 527/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga a permissão à MR Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Codó, Estado do Maranhão, tendo

Parecer favorável, sob nº 678, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Freitas Neto, favorável.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 115, DE 2001

(Nº 527/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à MR Radiodifusão LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Codó, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 274, de 4 de dezembro de 1998, que outorga permissão à MR Radiodifusão Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Codó, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1997, que, nos termos do art. 320 do Regimento Interno, se não houver objeção do Plenário, será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 726, DE 2001

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1997.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1997, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências.

Sala de Reuniões da Comissão, 7 de agosto de 2001. _ Edison Lobão, Presidente _ Carlos Wilson, Relator _ Mozarildo Cavalcanti _ Antonio Carlos Valadares.

ANEXO AO PARECER Nº 726, DE 2001

Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Cantá, no Estado de Roraima, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a criar no Município de Cantá, no Estado de Roraima, Distrito Agropecuário destinado a desenvolver, preferencialmente, atividades de agropecuária, colonização, turismo ecológico, mineração, bem como áreas institucionais para preservação e pesquisas.

Art. 2º O Distrito Agropecuário de que trata esta lei terá por principais objetivos a criação de pólo de desenvolvimento agropecuário, o aumento da oferta de alimentos nos mercados da Amazônia Ocidental, especialmente, dos Estados de Roraima e Amazonas, o aproveitamento racional dos recursos naturais, a diminuição dos custos de produção e comercialização de produtos agrícolas e extrativos, a criação de tradição agrícola e a geração de novos empregos na região.

Art. 3º Compete ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, fixar as diretrizes e normas pertinentes à seleção e avaliação da viabilidade técnica e financeira dos projetos a serem implantados no Distrito Agropecuário de que trata o art. 1º

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias a contar da data de sua publicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 419, DE 2001

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requero a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Cantá-RR).

Sala das Sessões, 7 de agosto de 2001. _ Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Aprova o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, como Líder.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR). Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, peço a palavra para fazer um breve comunicado que considero extremamente importante para o meu Estado de Roraima.

Trata-se da reabertura, na semana passada, do Projeto Anauá, no Município de Rorainópolis – um projeto do Incra –, que, há quatro anos, estava suspenso das suas atividades de financiamento por denúncia de irregularidades na condução do programa.

O Governo brasileiro investiu mais de R\$30 milhões no assentamento de 3.300 famílias. Um dos maiores projetos de assentamento do País é retomado agora e voltará a ter financiamentos e atividades, ações que a população de Rorainópolis e do sul do Estado de Roraima cobra.

Parabenizo o Dr. Ramiro Teixeira, Superintendente do Incra, pelas atividades de correção do projeto; o Dr. Sebastião Azevedo, Presidente do Incra; e também o Ministro Raul Jungmann.

Registro aqui a importância da reabertura desses trabalhos, que vão beneficiar, e muito, a população do sul do meu Estado.

Peço a transcrição nos Anais dos dados de Incra reabre Projeto Anauá, para que façam parte do meu pronunciamento.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO INTERNO.

Senador Romero Jucá

Política

Incra reabre projeto Anauá

O projeto Anauá, em Rorainópolis, está reaberto. O anúncio foi feito pelo superintendente do Incra (Instituto Nacional de

Colonização e Reforma Agrária), Ramiro Teixeira, na presença de 500 produtores rurais. A iniciativa vai beneficiar mais de 600 pessoas com pagamento de crédito, regularização de lotes e expedição de títulos definitivos.

A notícia foi dada aos agricultores na festa em comemoração ao dia do agricultor, realizada pelo Incra, em parceria com o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), no sábado. Além dos agricultores, participaram da festa autoridades federais, estaduais e municipais de Boa Vista, Rorainópolis e Iracema.

O projeto de assentamento Anauá, o segundo maior do País, estava paralisado há quase quatro anos devido à intervenção do Governo Federal por denúncia de irregularidades na condução do programa de reforma agrária. Agora o projeto será saneado e nos próximos dias técnicos do Incra vão fazer o cadastramento e fiscalizar os lotes para regularizar a situação dos colonos.

A ideia do superintendente do Incra, ao reabrir o projeto Anauá, é retomar o desenvolvimento do município de Rorainópolis, nascido dentro do projeto de colonização.

Neste projeto, o instituto investiu mais de R\$30 milhões no assentamento de 3.300 famílias, onde entregou mais de 1.500 títulos definitivos e pagou créditos. Além disso, construiu 47 vilas, somando mais de mil quilômetros de estradas, mais de 10 escolas, postos de saúde e armazém de abastecimento.

Segundo o Incra, também investiu nas instalações da sede do projeto, construindo casas residenciais, oficinas, alojamentos, atualmente utilizados por várias entidades que trabalham em prol da população local. "Estamos trabalhando para que o projeto Anauá recupere o tempo perdido pela sua paralisação, que foi um grande prejuízo para o homem do campo," declarou Ramiro Teixeira.

Organizada pelo executor do Incra em Rorainópolis, Antônio de Castro e Silva Neto, a festa em comemoração ao dia do agricultor contou com o apoio e a presença de representantes da Federação da Agricultura de Roraima, Senar, Central dos Assentados de Roraima, Associação das Madeiras de Rorainópolis, Fórum da Comunidade Ativa, escola José de Alencar, Sescop e empresários locais.

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – V. Exª será atendido na forma regimental.

Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador José Fogaça. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Lúdio Coelho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade. (Pausa.)

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Marina Silva. S. Exª dispõe de vinte minutos.

A SRª MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero secundar alguns dos Srs. Senadores com quem tive a oportunidade de interagir, como o Senador Pedro Simon e o Senador José Fogaça, quando fizeram pronunciamentos referentes ao dito "pacote ético", apresentado pelo Presidente da Câmara dos Deputados, que tem sido motivo de debate pelas duas Casas e tem sido acompanhado com interesse pelos meios de comunicação e, com certeza, pela sociedade brasileira.

Antes de qualquer discussão quanto ao mérito dessa junção de projetos, que recebe o apelido de "pacote ético", quero fazer uma breve referência sobre o que é esse pacote. De repente, ele pode ser visto pela sociedade como uma novidade proposta pelo Congresso Nacional, num momento conjuntural, em que há uma grande quantidade de denúncias dos meios de comunicação referentes a práticas indevidas não só no Executivo, mas principalmente no Legislativo. Recentemente, houve aqui a cassação do Senador Luiz Estevão, as renúncias dos Senadores Antônio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, em função do episódio do painel do Senado, e agora as denúncias sobre o Presidente afastado do Congresso, Senador Jader Barbalho. Devido a esses problemas que o Congresso Nacional está enfrentando, pode estar sendo tomado pela sociedade como um momento em que se faz necessária uma resposta à altura da crise que a instituição Congresso Nacional vive.

E o pacote aparece nessa conjuntura. Ocorre que a denominação "pacote", da qual discordo completamente, talvez denuncie o que na verdade é, ou seja, uma junção de projetos que estavam em tramitação nas duas Casas. A maioria deles teve origem no Senado, sendo aprovada há mais de dois anos, como é o caso dos projetos de autoria do Senador Pedro Simon. Infelizmente, esses projetos, essas di-

ferentes iniciativas de Deputados e Senadores, estavam dormitando nas Comissões do Congresso Nacional, particularmente na Câmara dos Deputados.

Quero fazer alusão ao Senador Pedro Simon, quando, em seu pronunciamento, disse que Deputados às vezes alegam que Senadores somente aprovaram determinadas matérias porque tinham certeza de que não seriam aprovadas na Câmara dos Deputados.

Não faço parte desse grupo e tenho certeza de que tanto os Senadores que apresentaram essas propostas quanto uma boa parte da queles que nelas votaram, e empenharam-se para que fossem aprovadas, jamais fizeram esse esforço pensando que futuramente as iniciativas seriam barradas pelo “conservadorismo” da Câmara dos Deputados. Quando nós, da Oposição – pois falo pelo nosso Bloco –, aprovamos essas iniciativas estávamos conscientes do seu mérito, por isso nos esforçamos para que fossem aprovadas e queríamos e queremos que elas sejam aprovadas o quanto antes na Câmara dos Deputados.

A junção dessas iniciativas com a caricatura de pacote, como se fosse um pacote econômico bem à moda do que o Poder Executivo vem fazendo a cada crise que surge, principalmente na área econômica, acontece não por uma iniciativa endógena do Congresso Nacional, mas por pressão da sociedade brasileira. A informação dos problemas que temos aqui, o tempo todo, está sendo levada aos cidadãos brasileiros, que começam a fazer uma série de cobranças para que se tome uma atitude.

Então, eu diria que o Congresso Nacional está agindo, como costumamos dizer na nossa Região Amazônica, puxado pelo beijo – que é a forma como pescamos o famoso tambaqui –, e não por iniciativa própria, e não por um interesse histórico na tramitação das matérias, e não por ação deliberada de uma maioria aqui dentro, volta da para a aprovação desses projetos.

E quais são os projetos que compõem o “pacote”? A sociedade brasileira e os meios de comunicação já os têm anunciado com riqueza de detalhes. Portanto, vou apenas citá-los de forma bem rápida.

Um deles seria aquele que acaba com a imunidade parlamentar para os crimes comuns praticados por Deputados e Senadores. Esse projeto foi aprovado há mais de dois anos e, infelizmente, estava dormitando nas Comissões de mérito na Câmara dos Deputados.

Também temos o projeto do Senador Pedro Simon que acaba com o sigilo bancário para os chamados agentes públicos, ou seja, para membros dos três Poderes. Ao aprová-lo, não existiriam mais segredos com relação à vida e às contas bancárias dos agentes públicos. Muitas vezes, alguns deles, não todos, ingressam na vida pública numa determinada situação financeira e, ao se retirarem da vida pública ou em alguns anos, já possum um patrimônio que não teria como explicar à luz dos vencimentos que recebem apenas na atribuição que lhes foi conferida, seja a de deputado, senador, ministro ou outra qualquer. De sorte que considero o projeto altamente oportuno. O Senador Pedro Simon foi muito feliz quando o apresentou.

Há ainda dois projetos que estabelecem o fim do voto secreto. Um tramita na Câmara dos Deputados e outro foi apresentado por meu colega de Bancada, de Partido e de Estado, Senador Tião Viana, que, infelizmente, também não foi aprovado.

Por último, o projeto de fidelidade partidária, que estabelece a fidelidade por meio do prazo de filiação. Advogo a idéia de fidelidade partidária a partir do compromisso com o programa do partido, e não simplesmente com o critério de filiação ou, menos ainda, com o enquadramento do parlamentar à decisão da sua liderança, uma decisão circunstancial, muitas vezes até de forma contrária ao que é advogado pelo programa do partido. Ao se filiar a um partido, a pessoa, com certeza, tem como referência o seu conteúdo programático, e não as ações circunstanciais, de acordo com os interesses da conjuntura em que, muitas vezes, os Líderes tentam enquadrar os seus liderados em processos de votação. E quero fazer, aqui, uma referência a episódios que temos acompanhado, em muitas ocasiões, da parte do Bloco de Sustentação do Governo. Seriam esses os projetos que compõem o tal pacote ético.

Do meu ponto de vista, talvez o que vai fazer a diferença, em termos de sinalização, de sabermos qual é o empenho do Congresso Nacional em dar consequência àquilo que está dizendo no discurso; é a questão do fim da imunidade parlamentar, porque, na verdade, a imunidade tem sido utilizada como uma forma de impunidade, o que realmente tem trazido um desgaste muito grande para a instituição. Quando o Congresso opera, muitas vezes, é mais por pressão da sociedade. Por esta não perdoar, não aceitar uma resposta à altura é tomada uma decisão, como foi o caso da cassação do Deputado Hildebrando Paschoal, do Senador Luiz Estevão e de tantos outros episódios nos quais tivemos uma resposta mais pela pres-

são da sociedade do que por uma ação de moto próprio do Congresso Nacional. Este talvez seja o grande teste do pacote: o fim da imunidade parlamentar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero deixar bem claro que nada tenho contra o fato de essas matérias serem votadas. Acredito que devem e precisam ser votadas com a devida urgência. Já estamos nessa frequência há muito tempo. Existem projetos que já foram aprovados aqui há mais de dois anos.

No entanto – faço questão de fazer este registro –, esse pacote, numa conjuntura como essa, operando de forma circunstancial e, de certa forma, oportunista, não pode ser visto como uma moeda política, um retorno político para um determinado grupo que sequer faz referência aos projetos já em tramitação. Alguns já haviam sido aprovados; houve pessoas as que os elaboraram e nelas pensaram e, agora, determinados segmentos – ou uma pessoa – tentam apropriar-se desse conteúdo, fazendo uma junção e querendo passar para a opinião pública a idéia de paladinos da moralidade, da preocupação com a ética sem que antes houvesse empenho.

Sr. Presidente, outro aspecto que quero deixar claro é que temos que analisar os porquês de termos agora, nessa conjuntura, o tal do pacote ético. Os porquês são bem claros, na minha percepção. Por que esses projetos entraram agora na pauta do Congresso como sendo a prioridade das prioridades? Primeiro, pelas razões que expus anteriormente: para dar uma resposta às pressões da mídia e da opinião pública, que estão cobrando do Congresso uma posição diante das situações bastante difíceis que estamos vivenciando, principalmente no que concerne à ética das instituições e do agente público.

Caricaturando esse pacote nos velhos moldes como um pacote econômico para dar uma resposta às crises fiscal, cambial e outras – como sempre faz o Governo –, o Congresso tenta copiar o Executivo com a história do pacote ético para dar uma resposta à crise moral pela qual está passando. E aí temos um problema: o de estarmos lidando com valores como se estes pudessem ser tratados em forma de moeda, que, muitas vezes, é utilizada circunstancialmente para dar visibilidade ou crédito político a determinados setores. É também uma tentativa de aliviar a pressão incômoda que a sociedade está exercendo, o que pode trazer prejuízos eleitorais às eleições que se avizinham. Determinados setores não querem pagar o preço de não terem feito nenhum esforço para que os projetos sejam aprovados e agora sentem a necessidade de fazê-lo, porque, com certeza, serão

cobrados pelos eleitores que hoje clamam por respostas diante da crise por que estamos atravessando.

Um outro aspecto que resalto é o fato de estarmos tratando as questões de interesse ético da sociedade como se fossem espasmos ou impulsos do desejo de transformação de procedimentos dos agentes públicos. Esclareço que, cada vez que temos uma crise, geralmente há a tentativa de se lhe dar uma resposta. Só que essa resposta é mais como instrumento de aplacar a fúria, o ímpeto da sociedade de porações contundentes do que de aproveitar esse impulso para, de forma qualitativa e consistente, avançar no sentido de uma legislação que possibilite resultado ético para o funcionamento das instituições.

Cito o caso da criação da Corregedoria-Geral da União, criada no dia 02 de abril. Se tivesse sido no dia 1º de abril, poderia estar fazendo o que hoje está fazendo. Naquele momento, havia uma pressão muito grande da sociedade brasileira para que fosse dada uma resposta às denúncias de corrupção com a criação de uma CPI para investigá-las. E foi no calor, no agridamento dessa discussão que se criou a Corregedoria-Geral da União, a qual, até hoje, do meu ponto de vista, não disse à sociedade brasileira a que veio, mas serviu como resposta para aplacar, como dizem alguns, o ímpeto moralista da sociedade, que cobra uma postura por parte das instituições. Não diria que se trata de um ímpeto moralista. A sociedade brasileira, ao ter acesso à informação do que realmente acontece de errado nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, tem uma postura de cobrança, buscando respostas e exigindo que os eleitos prestem os devidos esclarecimentos.

Em vez de transformarmos esses impulsos numa ação qualitativamente superior ao que já produzimos em termos de legislação, “nós” – não me incluo nesse conjunto de pessoas – utilizamos determinados artifícios e aplacamos a fúria da sociedade, para evitar que esta continue submetendo os agentes públicos a qualquer tipo de desgaste. Num momento rico como este, deveríamos debruçar-nos sobre todas as necessidades, sobre os furros éticos que possibilitam a impunidade. Toda e qualquer legislação que permita que o agente público disponha de mecanismos de fuga para as consequências dos erros que pratica deveria ser reparada, principalmente com o respaldo que a sociedade hoje nos dá. No entanto, isso não vem ocorrendo.

De repente, trata-se a ética como um pacote, que, ao ser lançado sobre a cabeça da sociedade, aplaca seu desejo de respostas mais contundentes –

o que é lamentável. O Congresso, neste momento, deveria estar agindo como um agente propulsor. Não digo que todos estejam comportando-se mal, pois existem pessoas de boa-fé que estão empenhadas, mas existem aqueles que estão esperando a oportunidade para protelar as decisões, para ganhar um tempo, aguardando que a sociedade novamente se recolha e pare de fazer as cobranças e que tudo volte ao normal. Essa sempre foi a lógica daqueles que acreditam que o povo brasileiro ainda continuará defendendo o jargão do “rouba, mas faz”. Muitos acomodaram-se com essa frase, acreditando que o povo brasileiro nunca avançaria politicamente em termos qualitativos, desejando representantes que fazem, mas não roubam, que representam, mas não buscam substituir os seus representados, que constituem uma democracia baseada numa ética que não seja circunstancial, que não seja relativa ao sabor dos acontecimentos.

Temos de buscar nessa discussão uma ética dos valores, em que possamos fazer uma mediação entre os valores duradouros, possíveis de serem universalizados para uma relação histórica com os processos culturais de mudança. Não defendo que esses valores sejam imutáveis, eternos, numa visão fundamentalista, mas advogo que não se pode ter uma ética de circunstância, uma ética que funcione de acordo com o interesse de determinados grupos ou agentes, que seja operada no sentido de determinados resultados que não visam o benefício coletivo e, por consequência, o benefício dos indivíduos. Quando é realmente positiva, busca a conduta ideal e é verdadeira para os indivíduos, a ética favorece a sociedade. Quando ocorre de forma verdadeira e qualitativa para a sociedade, a ética favorece também os indivíduos.

Sr. Presidente, junto-me aos que fazem esse esforço, sem querer acreditar, em momento algum, que o que está sendo feito já é o suficiente. É apenas uma pequena parte do que pode ser feito. Procuro agir sempre de boa vontade. Temos de ter sempre boa vontade com as iniciativas, buscando nelas o que há de correto e de bom, mesmo que, muitas vezes, elas sejam dos nossos oponentes. Precisamos fazer a aeróbica do bem em todos os aspectos da existência humana. Mais uma vez, disponho-me a contribuir e sei que muitos dos Senadores e Deputados também estão imbuídos desse propósito. Não podemos, em momento algum, conformarmo-nos em acenar com uma iniciativa para a sociedade e, depois de um momento de calmaria, permitir que tudo volte à normalidade dos cemitérios, em que os projetos não

avançam, ficam dormitando nas Comissões, não sendo encaminhados, votados nem aprovados.

Tenho absoluta certeza de que estamos vivendo uma oportunidade ímpar no sentido de avançar o interesse da sociedade brasileira em ter representantes que agem de acordo com regras claras e transparentes a fim de coibir a impunidade e os abusos praticados por um conjunto de representantes e agentes públicos que têm desonrado e, de certa forma, envergonhado as instituições.

Hoje, o Congresso Nacional passa por uma crise muito séria, e o Senado Federal está passando por uma crise gravíssima. Mas as situações de emergência servem para dar dois recados: colocar a gravidade dos fatos de forma emergencial e fazer emergir dessa situação de crise as soluções adequadas para os problemas.

Devemos, desta crise, colher os frutos positivos no sentido de avançarmos com maior transparência no que concerne às ações dos agentes públicos, podendo, ao mesmo tempo, a sociedade brasileira sentir-se co-responsável pelos processos de mudança que estão ocorrendo, que, com certeza, têm dependido muito mais do seu esforço de cobrar e de denunciar que dos próprios agentes públicos em tomar a dianteira.

Temos um descompasso entre uma sociedade que impulsiona e um Congresso Nacional que, de certa forma, está refratário, na defensiva. É o momento de irmos para uma ofensividade positiva, para tomar essas iniciativas já existentes e para propor outras – como é o caso da que apresentei, que veda a indicação de parentes para a suplência de Senadores. O melhor projeto talvez seja o que já foi apresentado, que prevê que os suplentes dos Senadores pudessem ser como os suplentes dos Deputados. Até que se consiga uma fórmula para isso, advoga rei meu projeto que proíba a indicação de parentes para a suplência dos Senadores.

Sr. Presidente, não se trata, como dizem alguns, de um projeto que evitará que os parentes também possam galgar um cargo na vida pública. Pelo contrário, todas as famílias têm pessoas que se inspiram em outras: o pai é médico, e o filho também o quer ser; o pai é advogado, e o filho deseja seguir também a carreira jurídica. Na política, isso também ocorre. Mas, para seguir a profissão do pai e se tornar médico ou advogado, é necessário passar no vestibular e fazer a faculdade. Na política, também deverá haver o mesmo processo. Quando se quer ser político, deve-se concorrer a uma eleição e, sendo eleito, transfor-

mar-se em político não por uma transferência dinástica, como se estivéssemos vivendo numa realeza em que os títulos são passados de pai para filho, desrespeitando o processo democrático das urnas que elegem seus representantes.

Atualmente, está-se transferindo o patrimônio político de forma indireta para um dos familiares pelo mecanismo da suplência de Senador. Sou contrária a isso e advoogo que meu projeto se possa fazer presente no “Pacote Ético”, quando este chegar ao Senado. Os projetos dos colegas aprovados nesta Casa precisam desse registro, pois poderíamos passar a falsa idéia de que eles estão surgindo agora.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Geraldo Cândido.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez venho a esta tribuna denunciar a falta de uma política salarial deste Governo, a sua insensibilidade no trato dos servidores públicos federais deste País.

De um modo geral, todos os trabalhadores, os da iniciativa privada e os servidores públicos, vivem uma situação de dificuldade e de miséria, pois recebem um salário aviltante. Mas a questão dos servidores públicos é muito grave. Já vamos para o sétimo ano consecutivo sem sequer um centavo de reajuste. Isso é um absurdo, e não há qualquer perspectiva de melhoria ou de aumento salarial para esses trabalhadores.

Quero falar especificamente de uma categoria que vem sendo muito massacrada: os servidores civis das Forças Armadas.

No dia 17 de julho, em sua coluna diária na Folha de S. Paulo, o jornalista Clóvis Rossi analisa a questão do corte dos salários e aposentadorias dos servidores públicos argentinos. Afirma que ninguém, salvo pessoas ligadas à esquerda, escreveu uma linha sequer sobre tão absurda medida, e que a redução dos salários representa, na linguagem do chamado “mercado” e dos juristas, uma verdadeira quebra de contrato.

A declaração ou decretação de moratória também é uma espécie de quebra de contrato. No entanto, quando alguém ousa falar em moratória das dívi-

das interna e externa, bastante diversa é a reação do chamado “mercado”. Nesse caso, ao contrário do silêncio tumular, os liberais se apressam em promover uma enxurrada de declarações, opiniões, análises e outros salamaleques, desautorizando, condenando e até mesmo ridicularizando o pobre infeliz que ousou pronunciar o termo “moratória”.

Voltando ao artigo: o jornalista afirma, com acerto, que “quando se trata de afetar os mais frágeis, vale tudo. Quando se tenta mexer nos mais fortes, que são os grandes interesses econômicos, aí se acena com todas as desgraças.” E, com brilhante simplicidade, conclui que é no mínimo antidemocrático deixar a cargo do tal “mercado”, quais contratos podem ser respeitados, quais podem ser rasgados.

Digo tudo isso para denunciar um caso de total desrespeito à lei que vem ocorrendo há muito tempo sob nossas barbas, aqui mesmo no Brasil, e que, como no caso dos servidores argentinos, não mereceu nada além do silêncio. Nem o Governo, nem os jornais, ninguém – fora do círculo oficial – teve a coragem de escrever uma única linha sobre a luta de mais de dez anos que o Sindicato dos Servidores Civis nas Forças Armadas vem promovendo para que os servidores civis lotados no Comando da Marinha tenham direito à progressão funcional ou à promoção. Ou seja, além de estarem há mais de sete anos sem qualquer reajuste, como a quase totalidade dos funcionários públicos deste País, esses trabalhadores não conseguem fazer valer nem mesmo direitos garantidos pela Lei nº 8.112, de 1990, que instituiu o Regime Jurídico Único. Isso por pura omissão do Governo, que se recusa a mandar para o Congresso Nacional projeto de lei aprovando Plano de Cargos e Salários para esses trabalhadores.

Além de dar de ombros para a lei, o Governo também afronta a autoridade do Tribunal de Contas da União, que já determinou à Administração que elabore o Plano de Cargos e Salários para os servidores civis do Comando da Marinha.

Até a presente data nada foi feito. O silêncio, ou melhor, a omissão do Governo nesse caso é de dar náuseas. E o Parlamento está de pés e mãos atadas, pois, é bom que se diga, trata-se de matéria de iniciativa privativa do Senhor Presidente da República.

Somente para se ter uma vaga idéia da letargia do Executivo, basta dizer que só no ano passado o Sinfa-RJ participou de quatro audiências com asses-

sores do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Além disso, encaminhou dossiê completo sobre a questão ao titular da pasta, ao Ministro da Defesa, ao Ministro-Chefe da Casa Civil e a todas as lideranças partidárias na Câmara e no Senado. Depois de tudo isso, nenhuma resposta. Nem sim, nem não. Até agora, só o silêncio.

O que fazer então? Se o Executivo, que tem a obrigação constitucional de agir, não age. É preciso que a sociedade se mobilize e demonstre sua indignação. Do mesmo modo como vem fazendo o Sinfa-RJ, em sua incansável cruzada para pôr um ponto final na injustiça que vem sendo perpetrada pelo Governo contra os companheiros do Comando da Marinha.

Dentre os incontáveis esforços de Sinfa-RJ para dar uma solução ao caso dos servidores do Comando da Marinha, é importante destacar o encaminhamento de denúncias ao Ministério Público Federal, no Rio de Janeiro. Nesse documento, o Sinfa-RJ expõe o drama dos funcionários ante a omissão do antigo Ministério da Marinha e do Governo.

O Ministério Público Federal, defensor do interesse público, sensibilizado com o pleito, autorizou a imediata instauração de procedimento, visando a apurar responsabilidades e a fazer cumprir a lei.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é possível que, decorridos treze anos da promulgação da Constituição Federal e quase onze da Lei n. 8.112, de 1990, os servidores civis do Comando da Marinha permaneçam sem um Plano de Cargos e Salários, por absoluta omissão do Poder Executivo. É ultrajante que toda categoria seja ignorada pelas autoridades como se ela não existisse!

Muito pior do que os apagões e a corrupção – um mal que precisa ser extirpado de nosso País – é a atitude omissa do Estado. Omissão que retira do cidadão a possibilidade de ver o seu direito posto em prática.

Quando os governantes, que são a manifestação do poder mais visível no Estado, se omitem e descumprem as leis que eles próprios criaram e juraram defender, não se está vivendo sob o império do Direito, mas sim sob o jugo.

... não se está vivendo sob o império do Direito, mas, sim, sob o jugo de uma disfarçada tirania. A Constituição da República é clara: o Brasil é um Esta-

do Democrático de Direito. No Estado de Direito, não há autoridade que se sobreponha à lei. Nem mesmo o mais alto mandatário, eleito pelo povo para guiar os destinos da Nação, pode se furtar ao cumprimento da lei. Sua autoridade e poder advêm da lei, e ela é o seu norte. Quando o governante ignora a lei, não há mais Estado de Direito, não há Direito nem democracia; haverá apenas Estado, um Estado antidemocrático, capenga e tirano.

Não tenho muitas esperanças, mas desejo sinceramente que este pronunciamento sensibilize o Executivo Federal, para que envie ao Congresso Nacional, o mais breve possível, o projeto de lei com o objetivo de dar um basta no sofrimento dos milhares de servidores civis no comando da Marinha que, há mais de uma década, aguardam pela aprovação de um plano de carreira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, os servidores públicos brasileiros, no próximo dia 22, vão declarar greve geral no País. Eles estão cansados de aguardar do Poder Executivo um aumento salarial. O Governo não aponta com nenhuma possibilidade de reajuste. Por isso, será deflagrada a greve geral no dia 22 deste mês.

Em nome do Sindicato dos Servidores Civis das Forças Armadas, queremos deixar o nosso protesto e o nosso repúdio contra essa política nefasta do Governo Fernando Henrique Cardoso e de seus Ministros, que não têm a menor sensibilidade para a situação dos servidores, deixando-os na mais absoluta miséria neste País.

Era o que eu tinha dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Moreira Mendes, pelo restante do tempo disponível para a sessão.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, depois deste período de recesso, voltando a esta Casa, cabe a mim, dolorosamente, nesta tarde, registrar uma perda histórica para o conjunto dos grandes homens públicos brasileiros, particularmente para o meu Estado e para a minha própria família.

A perda de um dos homens públicos especiais, daqueles que a sociedade produz de tempos em tempos. Rondônia ainda lamenta, profundamente cons-

ternada, o prematuro desaparecimento de Francisco José Chiquilito Coimbra Erse, uma das maiores expressões da política e figura sempre admirada pela população do Estado que aqui represento. E minha família, porque Chiquilito era irmão de minha dedicada esposa, Maria Helena, também sofre, inconformada pela perda do seu ente querido.

Líder incontestável, o ex-Prefeito de Porto Velho, por dois mandatos, e ex-Deputado Federal, faleceu às 6h do dia 07 de julho, em sua residência, ao lado de sua mãe, minha sogra, D. Helena Coimbra Erse, vítima de doença contra a qual bravamente lutava há mais de seis anos, e que a ciência ainda não é capaz de curar: a atrofia cerebelar.

Os primeiros sintomas da enfermidade surgiram ainda em meados de 1995, obrigando-o, em 02 de dezembro de 1998, a renunciar ao cargo de Prefeito de Porto Velho.

Chiquilito Erse, embora nascido em Manaus, em 19 de dezembro de 1949, foi criado em Porto Velho. Com 51 anos, portanto, e pai de três filhos, era administrador de empresas e portador de extenso elenco de serviços prestados à comunidade rondoniense. Foi também Secretário de Estado da Administração e, nessa condição, respondeu, por diversas vezes, pela administração do então Território Federal de Rondônia, hoje transformado em Estado.

Alcançando a posição de um dos líderes mais populares e carismáticos da Capital e do Estado, segundo a correta avaliação da Folha de Rondônia, destacou-se também como Deputado Federal. Membro da Frente Liberal no Congresso, foi uma voz ativa e respeitada dentro do processo de redemocratização do País, que culminaria nas eleições de Tancredo Neves e José Sarney.

Prefeito de Porto Velho, pela primeira vez pela legenda do PTB, obteve mais de 32.000 votos. Destacou-se pelo trabalho de reestruturação da cidade que crescia desordenadamente, concedendo prioridade aos bairros e à periferia. Mercê desse esforço, passou a ser reconhecido como “o mais popular Prefeito da história da Capital” e um dos maiores líderes políticos de Rondônia em todos os tempos.

Na eleição de 1986, para o Senado da República, foi o candidato mais votado, ultrapassando a marca dos 100 mil votos. Contudo, em face de vigorar, à época, o sistema de sublegendas, foi “alijado, de forma injusta, do processo”, que o levaria, tão-somente,

à continuidade de sua ação na vida partidária, especialmente na tarefa de liderar a unificação das oposições.

Sr. Presidente, essa dedicação culminaria com a inquestionável vitória nas eleições de 15 de novembro de 1988. Na eleição de 3 de outubro de 1996, com a coligação de 7 partidos, Chiquilito Erse seria eleito com mais de 70 mil votos para um segundo mandato, a que teria de renunciar em 1998 – como disse – para poder enfrentar a doença, tendo assumido a prefeitura e então Deputado Federal Carlinhos Camurça, vice da chapa amplamente consagrada nas urnas.

Chiquilito Erse, além de notável político, era um profissional com alta qualificação, sendo, por isso, agraciado, em 1992, com o título de Administrador do Ano, concedido pelo Conselho Regional de Administração de Rondônia.

Desenvolvendo na cidade de Porto Velho uma gestão irretocável, foi eleito como um dos melhores prefeitos brasileiros, à custa de um trabalho marcado pelo dinamismo das ações e pela regularidade e transparência de todos os atos de governo.

Prova disso, todos os seus atos administrativos foram aprovados e as suas prestações de contas acolhidas pela Câmara de Vereadores, em decorrência de observarem os mandamentos da legislação e as exigências da probidade administrativa, hoje, lamentavelmente, tão distante do homem público.

Responsável pelo Plano Diretor da cidade e pelo Código de Posturas da cidade, marcou sua presença na vida pública também pela seriedade de seus atos, pela competência com que vencia obstáculos, e pelo trabalho em favor da melhoria da qualidade de vida dos rondonienses.

A capital e o Estado conheceram de perto a lucidez de sua liderança. Presente em todos os instantes do processo de mudança do Território em Estado, não deixou de acompanhar e de viver, próximo e intensamente, os maiores acontecimentos políticos das últimas décadas. Grande gerente dos interesses maiores de seu povo, foi responsável pela deflagração do processo de modernização da capital.

Um dos organizadores e fundadores da Frente Liberal, que, posteriormente, transformou-se no Partido da Frente Liberal – PFL, teve também importante militância no Partido Democrático Social – PDS; no Partido Trabalhista Brasileiro – PTB; e também no Partido Democrático Trabalhista – PDT, sigla pela qual foi eleito pela última vez prefeito da capital. Foi

também Técnico da Secretaria de Planejamento do Governado Estado; Diretor de Administração; Secretário de Administração da Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia – CAERD, e membro do Conselho Regional de Desportos.

Ao velório de Chiquilito Erse, realizado no salão nobre da Assembléia Legislativa, estiveram presentes seus familiares e milhares de rondonienses, sobretudo os porto-velhenses, para lhe prestarem sua última homenagem.

O Governador do Estado, José de Abreu Bianco, após decretar luto oficial por três dias, declarou que “Rondônia está de luto, ante a perda do companheiro, administrador e líder político apaixonado por sua terra e sua gente”. Filho amado de Rondônia, “deixa órfã uma população inteira, carregando consigo a esperança e a grande confiança que sempre inspirou aos seus”. O Governo estadual, unido “em oração aos familiares e amigos por seu repouso sereno”, expressou a “certeza de que sua memória permanecerá viva no coração de cada rondoniense”.

Por sua vez, o Prefeito Carlos Alberto de Azevedo Camurça, de Porto Velho, divulgou nota de pesar em nome de seus servidores e da população da Capital, lamentando “o falecimento do ex-Prefeito Francisco Chiquilito Coimbra Erse”. Com esse acontecimento, “o Município e o Estado de Rondônia perdem um grande homem, um líder político, e sem dúvida, um dos seus maiores administradores”.

Num momento como esse, “de pesar e tristeza, é importante lembrar que Chiquilito Erse deixou para Porto Velho e para os rondonienses uma obra imensa e foi um exemplo de honestidade, de lealdade, de trabalho e competência”.

O sepultamento, realizado às 10 horas do dia 9 de julho no Cemitério Jardim da Saudade, foi antecedido de cortejo pelas principais avenidas da capital, para as últimas homenagens do povo daquela cidade.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, concluímos este breve pronunciamento que se vem acrescentar às tantas e devidas homenagens prestadas à memória de Francisco José Chiquilito Coimbra Erse, reafirmando à família e lutada também o nosso testemunho de profundo pesar e respeito.

Queremos, portanto, deixar registrado, de forma indelével, nos Anais do Senado, o passamento desse

grande homem público rondoniense que foi Francisco José Chiquilito Coimbra Erse.

Entendemos, porém, que não se há de chorar a sua ausência, se não agora, ante o trauma de sua perda, pois Chiquilito Erse é um daqueles raros personagens de nossa história que vivem para sempre na grandeza dos seus exemplos e realizações.

Era o que tínhamos para esta tarde, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 420, DE 2001

Requeremos, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, ocorrido nesta data, em São Paulo – SP.

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família e ao Estado de São Paulo – SP.

Sala das Sessões, 7 de agosto de 2001. – Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Este requerimento depende de votação em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra as Sras. e os Srs. Senadores que desejarem. (Pausa)

Em votação.

As Sr.^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Os Srs. Senadores Eduardo Siqueira Campos, Lúcio Alcântara e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex.^{as} serão atendidos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, se há obras destinadas a transformar literalmente a fisionomia geoeconômica e social não apenas das regiões Norte e Centro-Oeste, mas de todo o País, tais obras são a Hidrovia Araguaia-Tocantins e a Ferrovia Norte-Sul.

São empreendimentos, Sr. Presidente, que vão arrancar uma imensa porção do Brasil da letargia econômica decorrente do subdesenvolvimento, de fla-

grando um vertiginoso processo de atenuação substancial das desigualdades regionais, praga que assola a nossa Nação há séculos e que é fato gerador de conflitos e injustiças sociais intoleráveis no Terceiro Milênio que estamos vivendo.

Em verdade, as duas obras monumentais a que nos estamos referindo integram o Corredor de Transportes Multimodal Centro-Norte, abrangendo áreas de grande parte dos Cerrados Centrais e Setentrionais, compreendendo todo o Estado do Tocantins, o sul do Maranhão e do Piauí, O noroeste de Goiás, o sudeste do Pará, o leste de Mato Grosso e o oeste da Bahia.

Ora, essa imensa região dispõe do maior potencial de expansão das fronteiras agrícolas do País, no que respeita a produção de grãos, especialmente soja e milho, e o barateamento dos custos de transporte, ensejado pela Ferrovia Norte-Sul e pela Hidrovia-Tocantins, o que permitirá vantagens competitivas que, por sua vez, estimularão o incremento dos índices de produtividade locais.

Com seus quase dois mil quilômetros de extensão, a Ferrovia Norte-Sul acelerará de forma sustentável o desenvolvimento regional, permitirá a ocupação econômica e social de extensas regiões, criará milhares de empregos diretos e indiretos, e facilitará a conexão de todo o sistema ferroviário brasileiro.

Já a Hidrovia Araguaia-Tocantins assegurará a navegabilidade desses enormes rios nos períodos de estiagem, configurando uma forma segura, confiável e não-polvente de transporte de cargas, servindo uma imensa área de oitenta milhões de hectares, numa modalidade muitíssimo mais barata do que o transporte rodoviário.

Pois bem, Sr. Presidente, o ilustre Ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, acabou de visitar nosso Estado, exatamente para agilizar as questões relacionadas com as obras da Hidrovia Araguaia-Tocantins. S. Exa. proclamou que os recursos para a viabilidade dessa obra já estão disponíveis no Orçamento da União, anunciando que se trata de empreendimento prioritário.

Aliás, o Sr. Ministro também assegurou que as obras da Ferrovia Norte-Sul também são tratadas como prioridade em sua Pasta e, como a privatização é inevitável, que já recebeu autorização presidencial para a retomada desse processo de transferência para a iniciativa privada, meta, aliás, defendida há anos pelo Governo do Tocantins.

A estada do Ministro Eliseu Padilha em Palmas foi uma honra para nós do Estado, dando-nos a plena

convicção de que o Governo Federal, por intermédio do Ministério dos Transportes, adotará todas as providências indispensáveis ao prosseguimento das obras, à conclusão da Hidrovia Araguaia-Tocantins e Ferrovia Norte-Sul.

É o registro que fazemos, agradecendo, desta tribuna, o empenho do Ministro Eliseu Padilha a tais empreendimentos tão vitais à região e ao País.

Muito obrigado.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta breve intervenção, quero registrar a posse, ocorrida no início de junho, do novo presidente do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – Cebrap, o cientista político Fernando Limongi, que substituiu no cargo o filósofo José Arthur Giannotti.

Como jovem pesquisador, Limongi detém um currículo acadêmico excepcional, tendo frequentado duas de nossas mais importantes universidades. Graduado pela Universidade de São Paulo – USP, ingressou a seguir no programa de mestrado da Universidade de Campinas – Unicamp. Já os seus estudos de doutoramento foram feitos na prestigiosa Universidade de Chicago. Ele também é co-autor de duas obras que se mostram bastante relevantes para o entendimento do País e das relações entre democracia e desenvolvimento, e tem trabalhos publicados, inclusive, originalmente em língua inglesa.

Em suas novas funções, Limongi tem diante de si um considerável desafio, de vez que nos próximos dois anos, período de sua gestão, ele pretende consolidar o Cebrap como um centro autônomo de pesquisas, considerando a sensível modificação, que ora ocorre em todo o mundo, nos modelos de financiamento de pesquisas. O que, aliás, é um ponto crucial para todas as instituições voltadas para a produção de conhecimento, especialmente no âmbito das ciências sociais. Na realidade, há algum tempo a comunidade científica depara-se com um problema sério, devido ao crescimento exponencial do número de projetos e uma escassez crescente de recursos, públicos ou privados, capazes de tornar esses projetos realidade.

O Cebrap, permitam-me recordar, foi fundado em 1969, quando o Brasil vivia sob a égide do governo militar. Naquela época, um grupo de pesquisadores e professores preocupados em pensar e

discutir o País, melhor conhecendo as suas estruturas para avaliar as suas perspectivas futuras, decidiu implantar o Centro. Em pouco mais de três décadas, o Cebrap firmou-se como uma das mais importantes instituições brasileiras, pelas contribuições permanentes que vem oferecendo ao pensamento brasileiro.

Sempre com foco nos estudos transdisciplinares, uma característica que remonta à sua fundação e evidencia um nítido contraste com outros centros similares, o Cebrap está organizado em áreas de pesquisa integradas por especialistas de inúmeros segmentos acadêmicos. São economistas, historiadores, sociólogos, cientistas políticos, antropólogos, filósofos e demógrafos reunidos em áreas temáticas, sob a orientação científica geral de uma câmara de pesquisa, que é o órgão responsável pelas abordagens teórico-metodológicas adotadas nos trabalhos.

Durante os anos 70, o Cebrap orientou seu trabalho em torno de três eixos: as transformações da estrutura social brasileira, a análise da especificidade do regime autoritário e o estudo crítico do padrão de desenvolvimento econômico no período posterior a 1964. A partir do final da década, com o início do processo de redemocratização do País, foram agregados temas sobre o surgimento na esfera pública de novos atores sociais, formando-se os contornos do que foi chamado de nova cidadania. Acompanhando o cotidiano de uma sociedade complexa e dinâmica como a brasileira, o Cebrap vem incluindo outras questões fundamentais para o Brasil, como a especificidade de nosso modelo de democracia e o modo como se processa a urbanização no País.

Atuando como um verdadeiro pólo de reflexão e de geração de conhecimento sobre a realidade brasileira, o Cebrap mantém relações permanentes com intelectuais e estudiosos brasileiros e estrangeiros, realizando com regularidade seminários, com a entusiástica participação da comunidade intelectual e universitária nacional.

Com o apoio da principal agência financiadora oficial do País, a Capes, o Cebrap oferece também aos pós-graduandos brasileiros um programa de formação de dois anos, durante os quais os estudantes selecionados beneficiam-se do contato diário com os pesquisadores da instituição.

Como forma de veicular suas pesquisas e promover o debate brasileiro e internacional das ciências humanas e da filosofia, o Cebrap mantém um conjunto de publicações científicas, tendo editado vários livros de grande difusão e aceitação. A revista *Novos Estudos* estimula e dissemina o debate intelectual no País e na América Latina, circulando em três edições anuais, com publicação desde o início dos anos 80. É, sem favor, uma verdadeira referência dentro das ciências humanas. Além disso, os Cadernos Cebrap marcam a formação de várias gerações de universitários.

Um papel igualmente importante cumprido pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento é o de articulações conjuntas com outras instituições brasileiras e estrangeiras. Assim, desde a sua fundação desenvolve trabalhos com a USP e a Unicamp, com o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, no Brasil. No plano internacional, realiza ações conjuntas com o Programa de Investigações Sociais sobre Problemas de População, do México, o Conselho Latino-americano de Ciências Sociais e o Centro de Estudos de Estado e Sociedade, ambos da Argentina, bem como com a Corporação de Investigações Econômicas para a América Latina, com sede no Chile.

Os qualificados quadros do Cebrap, dentre os quais se encontram alguns dos mais respeitáveis e prestigiados nomes brasileiros das ciências humanas, têm permanentemente contribuído para que o Brasil e os brasileiros conquistem uma inteligência lúcida, produtiva e transformadora sobre si mesmos.

Por tudo isso, Sr. Presidente, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento tem merecido o respeito e a credibilidade que lhe conferem intelectuais, estudiosos e a comunidade científica brasileira e latino-americana. Finalizando, espero que o cientista político Fernando Limongi conduza o Cebrap a um novo patamar, consolidando e difundindo uma tradição de pesquisa social transdisciplinar cada vez mais decisiva para o desenvolvimento do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Brasil, tendo uma das dez maiores economias do mundo, um parque industrial diversificado, competitividade ou mesmo liderança em alguns setores de tecnologia avançada e muitas riquezas naturais, é um País que não logrou, ainda, o respeito da comunidade internacional; não conseguiu livrar-se da condição de País

do Terceiro Mundo; e não assegurou, portanto, seu lugar na comunidade das nações desenvolvidas.

Não é meu propósito, neste pronunciamento, analisar as causas e as circunstâncias que nos remetem a essa condição. No entanto, é mister reconhecer que país algum pode almejar o desenvolvimento enquanto não conseguir elevar o nível de educação do seu povo e não promover uma distribuição justa de renda e de oportunidades.

O tema que hoje me ocupo, Sras. e Srs. Senadores, é o projeto “Rede Amazônia para a Educação”, o qual objetiva, exatamente, promover o ensino e a integração de populações carentes da região Norte – uma vastíssima área que corresponde a praticamente metade do nosso território, mas que dispõe de apenas 6 mil quilômetros de estradas para interligar as diversas comunidades.

O projeto, na verdade denominado Infovia Multimídia para o Desenvolvimento de Programas de Educação e Saúde a Distância das Universidades Amazônicas, consiste em implantar uma rede de serviço de informação e comunicação, de forma a ampliar o alcance e a aperfeiçoar a qualidade do ensino superior e da tele saúde na região.

Participam do projeto, como se pode deduzir, as Universidades Federais do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima, as quais, além de se interligarem por infovia, poderão dispor dos serviços de Internet e de videoconferência. Os campi de cada universidade estarão interligados entre si e também com os campi dos estabelecimentos de outros Estados. Além disso, o projeto prevê a construção de Centros de Recursos Multimídia, para produção e distribuição de cursos e programas na modalidade de ensino à distância em todos os campi das universidades participantes.

Os métodos de ensino, ou, mais exatamente, os processos de ensino-aprendizagem, juntamente com as inovações tecnológicas, vêm transformando significativamente os paradigmas educacionais em todo o mundo, seja no ambiente de ensino, seja na melhoria da qualidade dos currículos e da formação.

“Por isso – explicam os organizadores do projeto – quando pensamos num modelo de ensino à distância baseado na utilização de diferentes possibilidades tecnológicas, que atenda aos anseios e às exigências das comunidades amazônicas, temos que considerar alguns aspectos, principalmente aqueles

relacionados com: a disponibilização dessas tecnologias aos habitantes da região; a estruturação curricular dos cursos; e, por fim, as características individuais dos alunos e a nova relação que estes assumem frente ao uso de tecnologias como recurso de aprendizagem”.

O que se percebe, portanto, Sras. e Srs. Senadores, é que as Universidades Públicas Federais da região Norte, na tentativa de responder às demandas sociais por educação de qualidade, partiram para alternativas não convencionais.

Disso resultou a proposta de um projeto amplo, que leva em conta as perspectivas de desenvolvimento sustentável da região e cujas características lhe possibilitam vencer as circunstâncias que tornavam limitada a oferta de educação de qualidade a grandes parcelas da população.

Aqui, há que se distinguir a produção dos meios de educação e a elaboração dos conteúdos a serem ministrados. Na produção dos meios de educação vai-se buscar sempre o emprego de tecnologias de ponta, acionando-se pesquisadores do ensino à distância, especialistas em hardwares, softwares, métodos, linguagens e ferramentas apropriados a esse tipo de comunicação. Na elaboração dos conteúdos, os docentes trabalham em outro ritmo, com prudência e permanente avaliação das propostas, de forma a sintonizá-las com a velocidade imposta pela informática e pela telecomunicação.

Desse sincronismo, resultará a educação em larga escala, atingindo comunidades carentes e de difícil acesso. A criação e o desenvolvimento de cursos pré-produzidos, combinados com ampla variedade de meios e recursos, como a utilização de periódicos, programas de rádio e televisão, redes de computadores, filmes, videotextos, possibilitará expandir a aprendizagem a segmentos jamais sonhados.

Esse amplo esquema de educação à distância exige, também, para se viabilizar, a implantação de uma rede de Centros de Recursos Multimídia nos campi das universidades participantes do projeto. Em algumas dessas unidades serão produzidos materiais em formato impresso e eletrônico. Em outras, serão desenvolvidas as atividades de distribuição e veiculação desses materiais, e todas elas serão interligadas, funcionando como provedores de acesso ao sistema em cada localidade.

O analfabetismo no Brasil, Sras. e Srs. Senadores, foi reduzido à metade nas últimas três décadas, conforme levantamento do Ministério da Educação. Ainda assim, temos 16 milhões de brasileiros analfabetos com mais de 14 anos de idade, o que é simplesmente inadmissível, em pleno século 21. Para se ter uma idéia do quanto o analfabetismo ou a baixa escolaridade prejudica a vida das pessoas, basta lembrar que 45% dos chefes de famílias indigentes nunca frequentaram a escola, segundo informa ainda o Ministério da Educação.

Foi por isso que a bancada parlamentar da Amazônia se mobilizou na destinação de recursos para a implantação do ensino virtual nas Universidades da Região Norte.

O Brasil vem passando por séria crise, que explica, muitas vezes, o contingenciamento de recursos orçamentários pela equipe econômica comandada pelo Presidente Fernando Henrique. No entanto, nós, parlamentares da Amazônia, estamos empenhados em obter a liberação desses recursos pois, a médio e longo prazos, quaisquer investimentos que se façam na região objetivando o seu desenvolvimento sustentável se revelarão insuficientes, caso o Governo não dê prioridade total à educação e à saúde.

Assim, renovamos nossos apelos ao Presidente Fernando Henrique e à equipe econômica, na certeza de que nossas autoridades, tanto quanto nós, parlamentares e demais representantes da comunidade amazônica, saberão dar o devido valor a um projeto que democratiza o acesso à informação e que faz da educação e da saúde um instrumento de promoção social e econômica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 213, DE 2001

(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2001 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 724, de 2001, Relator: Senador Bello

Parga), que aprova a Programação Monetária relativa ao terceiro trimestre de 2001.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

– 2 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2000 (nº 2.408/96, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao artigo 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (inclui a informática nos currículos dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio), tendo

Parecer favorável, sob nº 552, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Nilo Teixeira Campos.

– 3 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2001 (nº 2.515/2000, na Casa de origem), que dá nova denominação ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, tendo

Parecer favorável, sob nº 553, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: ad hoc Senador Romeu Tuma.

– 4 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 449, DE 1999 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 3, de 2001)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera o art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares, tendo

Pareceres sob nºs 227 e 228, de 2001, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Geraldo Althoff, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Tião Viana, Júlio Eduardo e da Senadora Heloísa Helena, e abstenção do Senador Ricardo Santos; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas perante a Comissão durante o turno suplementar): favorável, nos termos da Emenda nº 2-CAS (Substitutivo).

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do dia 2 do corrente, quando teve sua discussão adiada para hoje.

– 5 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 22, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 2001 (nº 565/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária e Educativa de Cabeceira Grande a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cabeceira Grande, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 661, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

– 6 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 26, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2001 (nº 569/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Mamma Bianca a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Valparaíso, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 662, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Pedro Piva.

– 7 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 73, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 73, de 2001 (nº 619/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Ilha FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parquera-Açu, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 622, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Jonas Pinheiro.

– 8 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 89, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 89, de 2001 (nº 652/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária Palmeirópolis – TO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeirópolis, Estado do Tocantins, tendo

Parecer favorável, sob nº 668, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Carlos Patrocínio.

– 9 –

SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2000, de autoria do Senador Arlindo Porto, que altera a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que “estatui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências”, tendo

Parecer sob nº 634, de 2001, da Comissão Diretora, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, oferecendo a redação do vencido.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

– 10 –

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Requerimento nº 256, de 1999, da Senadora Emilia Fernandes, solicitando o sobrestamento da tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1999 (nº 658/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Comercial celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Indonésia, em Brasília, em 24 de setembro de 1996, até que os conflitos envolvidos do aquele País sejam melhores esclarecidos, tendo

Parecer sob nº 605, de 2001, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Romeu Tuma, pela prejudicialidade do Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) –
Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 22 minutos.)

EMENDA AO
PROJETO DE LEI Nº 22/2001-CN

MENSAGEM Nº 350, de 21-6-2001-CN
(Nº 591, de 20-6-2001, na origem)

Ementa: Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$4.992.470,00 (quatro milhões, novecentos e noventa e dois mil, quatrocentos e setenta reais), para reforço de dotação consignada no vigente orçamento.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENT
CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00001

PL 22/2001 - CN

Mensagem 0350/2001 - CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

22

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA
1 de 1

TEXTO

Acrescente-se R\$ 3.000.000,00 no "Desenvolvimento do sistema integrado de dados orçamentários – SIDOR" – 04 126 0795 3189 0001

Cancele-se R\$ 3.000.000,00 da "Capacitação de gestores locais nos municípios-alvo – nacional" – 08 244 0071 3532 0002

JUSTIFICAÇÃO

A quantia de R\$ 5 milhões para a capacitação de gestores parece excessiva, enquanto o SIDOR requer maiores investimentos.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Dep Virgílio Guimarães

MG

PT

DATA

ASSINATURA

01/08/2001

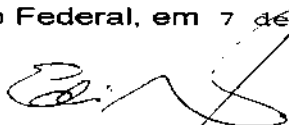
X Virgílio Guimarães

ATO DO PRESIDENTE**ATO DO PRESIDENTE
Nº 213, DE 2001**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato n.º 177, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2334, de 24/05/2001, que nomeou **FRANCISCO DE BRITO MELO**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Órgão Central de Coordenação e Execução, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei nº 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 7 de agosto de 2001.



EDISON LOBÃO
Presidente Interino

POTARIA DO DIRETOR-GERAL**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 90, DE 2001**

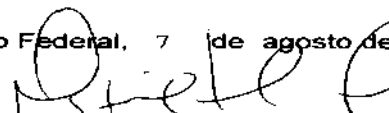
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I – Designar os servidores **DERALDO GOULART**, mat. 5426, **HAROLDO FEITOSA TAJRA**, mat. 5288, **NERIONE NUNES CARDOSO JÚNIOR**, mat. 2538, **VICTOR ANNIBAL SOARES AZEVEDO**, mat. 430-9, **JOÃO LUIZ PAULÚCIO**, mat. 5063 e **CELSO ANTONIO MARTINS MENEZES**, mat. 3054, para sob a presidência do primeiro, integrarem Comissão Especial, incumbida de propor soluções visando a modernização do Portal do Senado Federal na rede mundial de computadores e o seu melhor gerenciamento.

II – Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos da presente Comissão.

Senado Federal, 7 de agosto de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1464, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997,

RESOLVE dispensar o servidor **ÁLVARO PEREIRA SAMPAIO COSTA**, matrícula **3351**, da Função Comissionada de **Assistente Editorial-Gráfico**, Símbolo FC-06, e designar para exercer a mesma função o servidor **LUIS FERNANDO VEIGA AVALONE**, matrícula 2741, com efeitos financeiros a partir de 25 de abril de 2001.

Senado Federal, 7 de agosto de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral